



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

CNPJ/MF n.º: 03.918.869/0001-08

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA



PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT.

2015/2024.

Av. Dom Pedro Casaldáliga n.º 197 – Vila São José – São Félix do Araguaia – MT – CEP: 78.670-000

E-mail: smesfa@hotmail.com - Fone 66 3522 1004



Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA
CNPJ/MF n.º: 03.918.869/0001-08
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA



José Antônio de Almeida

Prefeito Municipal

Sérgio Souza

Vice-Prefeito

Terezinha Gomes de Lima

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Sílvio Bento Leal

Presidente da Câmara de Vereadores

Câmara de Vereadores

Ademar Paranhos de Macedo

Domingos Fernandes Goes

Eurípedes Tavares dos Santos

Felismino do Carmo Ribeiro Filho

Gesner Biondo

Aparecida dos Santos Brandão

Marcos Antonio Miranda Sousa

Patrícia Paiva Alencar



Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA
CNPJ/MF n.º: 03.918.869/0001-08
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA



Equipe de Apoio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Adalberto Rodrigues da Silva
Davi Gomes Barbosa
Dinalva Ribeiro da Silva
Edirene Soares Barbosa
Edna Soares de Souza
Evânia Mendes de Sousa
Leila Cristina dos Santos Sousa
Maria Antônia Jerônima Rodrigues
Marleusa Dias Marinho dos Santos
Otacília Rejane Rodrigues de Souza
Sergildo Ribeiro Gonzaga

Fórum Municipal de Educação

Adalberto Rodrigues da Silva – Relator – Repres. Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Adriana de Araújo – Repres. União de Associação de Bairros
Alice Ferreira Guimarães - Representante da Educação Superior
Antônia Lima Araújo - Representante da Associação de Pescadores
Ceila Gabina Baltazar dos Santos - Representante da Assessoria Pedagógica
Conceição Aparecida Almeida Salustiano – Repres. Secretaria Municipal de Finanças



Débora Pereira da Silva - Representante do Conselho Tutelar
Dionir José de Oliveira – Repres. Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.
Eliomar Silva - Representante dos Meios de Comunicação
Enis Moreira dos Reis - Representante do Sindicato Rural
Fábio Pereira Aguiar - Representante da ANSA
Flávia dos Santos Nascimento - Representante do Conselho da Catedral
Gilmar Barreira de Almeida – Repres. Sindicato dos Servidores Municipais
Jackeline Gomes Milhomem - Representante de Professores
Juracy Lima da Silva - Representante do SINTEP
Manoel da Silva Machado - **Presidente do Fórum** - Representante da Educação de Jovens e Adultos – EJA
Maria de Fátima Lima - Representante da Educação Infantil
Maria de Lourdes Jorge Souza - Representante do CEFAPRO
Milícia Wremoá de Mello - Representante da Educação Indígena
Neusa Pereira Maranhão Silva - Representante da Educação do Campo
Nita dos Santos Costa - Representante do Conselho da Comunidade
Rosilei Skilof Monção - Representante das Escolas Privadas
Tatiane dos Santos - Representante da Loja Maçônica
Valdeci Rodrigues de Carvalho - Representante da APAE

Conselho Municipal de Educação

Ana Cristina M. M. Macedo – Vice – Presidente/ Representante dos Diretores das Escolas Estaduais – Titular / Alex Pablo S. Barros-Suplente



Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA
CNPJ/MF n.º: 03.918.869/0001-08
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA



Terezinha Gomes de Lima – Representante da Secretaria de Educação – Titular/
Marleusa Dias Marinho dos Santos – Presidente/Suplente
Marcos Antônio Miranda Sousa– Representante da Câmara Municipal dos
Vereadores – Titular / Sílvio Bento Leal - Suplente
Luiz Carlos Alves Araújo - Representante da Assessoria
Pedagógica/Titular/Suplente - Claudean Brito Pacheco
Juracy Lima da Silva - Representante do SINTEP/Titular/Suplente - Claudia
Rodrigues Lopes
Ramiro Fabiano Ferreira Melo - Representante dos Conselhos Deliberativo das
Escolas Públicas/Titular /Suplente - Matuzalém P. Lubischink Milhomem
Maria Dileusa Carvalho Parente / Representante do Conselho de Controle e
Acompanhamento Social do FUNDEB/ Titular/Suplente – Ernandi Nogueira
Barros
Dayane Alves Barcelos - Representante do Conselho de Alimentação Escolar –
CAE -Titular/Suplente – Genésio Alves da Silva
Adriane de Araújo - Representante da União de Associação de
Barros/Titular/Suplente - Maria do Socorro Costa
Ilton Silva Pimentel - Representante dos Professores Técnicos e Apoio
Administrativo das Escolas Municipais/ Titular/Suplente – Maria do Socorro
Ferreira dos Santos
Terezinha Batista de Araújo - Representante de Pais e Alunos das Escolas
Municipais / Titular/Suplente – Adan Pimentel



Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA
CNPJ/MF n.º: 03.918.869/0001-08
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA



Colaboração

Escola Estadual Professora Hilda Rocha Sousa
Escola Estadual Presidente Tancredo de Almeida Neves
Escola Estadual Severiano Neves
Escola Particular Caminho Feliz
Cooperativa de Ensino - COOPERIN
Escola Municipal de Educação Básica do Campo São Sebastião
Escola Municipal de Educação Básica do Campo Nova Suiá
Escola Municipal de Educação básica do Campo de Pontinópolis
Creche Municipal D^a Elza Mendes Freitas
Creche Municipal D^a Tunica

“Educação não muda o mundo, educação muda às pessoas, as pessoas mudam o mundo”.

Paulo Freire



SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	15
2.	HISTÓRICO DA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL EM SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA	17
3.	INTRODUÇÃO	19
4.	ASPECTOS HISTÓRICOS CULTURAIS E POLÍTICOS	21
5.	BREVE RELATO DO PROCESSO HISTÓRICO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA	23
6.	ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT	25
4.3	ASPECTOS ECONÔMICOS – PRODUÇÃO	32
4.4	SITUAÇÃO DA AGREGAÇÃO DE VALORES DOS PRODUTOS CULTIVADOS NOS ASSENTAMENTOS DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA	39
4.5	MERCADO DE TRABALHO	40
4.6	INCLUSÃO PRODUTIVA	43
4.7	O QUE É ÍNDICE DE GINI?	46
7.	TURISMO E CULTURA	47
8.	ASPECTOS EDUCACIONAIS	50
5.1	DIRETRIZES, OBJETIVOS E PRIORIDADES DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	50
5.2	DADOS ESCOLARES	54
5.3	DIAGNÓSTICO	56
5.4	ETAPA: EDUCAÇÃO INFANTIL	62
5.5	ETAPA: ENSINO FUNDAMENTAL	66
5.6	ETAPA: EDUCAÇÃO DO CAMPO	73



5.7	ETAPA: ENSINO MÉDIO	83
5.8	EDUCAÇÃO INDÍGENA	87
5.9	ETAPA: EDUCAÇÃO ESPECIAL	94
5.10	ETAPA: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS / EJA	97
5.11	ETAPA: EDUCAÇÃO SUPERIOR	101
5.12	ETAPA: QUALIDADE DE ENSINO	112
5.13	ETAPA: FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO	117
5.14	ETAPA: FINANCIAMENTO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO	128
5.15	ASPECTOS DE GESTÃO MUNICIPAL	132
5.16	TRANSPORTE ESCOLAR	135
5.17	MERENDA ESCOLAR E OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	143
9	METAS E ESTRATÉGIAS	145
10	ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	182
11	CONCLUSÃO	186
12	REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	188

TABELAS

TABELA 1 - ASPECTOS HISTÓRICOS, CULTURAIS E POLÍTICOS	21
MAPA DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT	22
TABELA 2 – BENEFICIÁRIOS DE BPC EM 2015	31
TABELA 3 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA	32
TABELA 4 – PIB – BRASIL, MATO GROSSO, SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA	45
TABELA 5 - CALENDÁRIO TURÍSTICO E CULTURAL RESERVADO ÀS FESTAS NO MUNICÍPIO	48



TABELA 6 – TAXA DE ANALFABETISMO EM SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA	59
TABELA 7 - EVOLUÇÃO DA MATRICULA E APROVEITAMENTO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO / CAMPO	77
TABELA 8 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO AUTODECLARADA INDÍGENA NOS CENSOS 1991, 2000 E 2010, POR UFS E GRANDES REGIÕES	89
TABELA 9 – CLIENTELA COM NECESSIDADES ESPECIAIS	96
TABELA 10 – EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO NO ENSINO SUPERIOR	102
TABELA 11 – QUADRO DE PROFESSORES POR HABILITAÇÃO / 2003	118
TABELA 12 – NÚMERO DE APOIO ADMINISTRATIVO POR GRAU DE FORMAÇÃO – ANO 2004	125
TABELA 13 – CARGA HORÁRIA 30 HORAS / PROFESSORES – ANO 2004	127
TABELA 14 - TABELA SALARIAL DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT - 2015	127
TABELA 15 – REPASSE DIRETO DO GOVERNO FEDERAL	144
TABELA 16 – REPASSE DO ANO DE 2012	145

GRAFICOS

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO POPULACIONAL	22
GRÁFICO 2 – POPULAÇÃO INDÍGENA DO MUNICÍPIO	23
GRÁFICO 3 – TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL POR ÁREA SELECIONADA ENTRE 2000 E 2010	25
GRÁFICO 4 – POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO POR FAIXA ETÁRIA ENTRE 2000 E 2010	26
GRÁFICO 5 – PORÇÃO DE DOMICÍLIO COM ACESSO A REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, A COLETA DE LIXO E AO	27



ESCOAMENTO DO BANHEIRO OU SANITÁRIO ADEQUADO EM 2010	
GRÁFICO 6 – PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO EXTREMAMENTE POBRE NO MUNICÍPIO E NO ESTADO POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO EM 2010	28
GRÁFICO 7 – POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE EXTREMA POBREZA POR FAIXA ETÁRIA	29
GRÁFICO 8 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO EM EXTREMA POBREZA, FREQUENTANDO A ESCOLA POR FAIXA ETÁRIA	30
GRÁFICO 9 – VALORES ANUAIS NOMINAIS REPASSADOS PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (R\$)	32
GRÁFICO 10 – PARTICIPAÇÃO DO SETORES ECONÔMICO NO PRODUTO INTERNO BRUTO DO MUNICÍPIO EM 2009	33
GRÁFICO 11 – PARTICIPAÇÃO DOS SETORES ECONÔMICO NO PRODUTO INTERNO BRUTO DO MUNICÍPIO EM 2010	34
GRÁFICO 12 – TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB NOMINAL POR SETOR ECONÔMICO NO MUNICÍPIO E NO ESTADO – 2005 E 2010	35
GRÁFICO 13 – DISTRIBUIÇÃO DAS 5 (CINCO) PRINCIPAIS CULTURAS DE REBANHO DO MUNICÍPIO – 2011	35
GRÁFICO 14 – DISTRIBUIÇÃO DAS 5 (CINCO) PRINCIPAIS CULTURAS DE AGRICULTURAS DO MUNICÍPIO SEGUNDO CONDIÇÃO PERMANENTE / TEMPORÁRIA (TONELADAS) – 2011	36
GRÁFICO 15 – QUANTIDADE DE AGRICULTORES CADASTRADOS COM DAP (DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF)	37
GRÁFICO 16 – NÚMERO DE AGRICULTORES EM SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA	37
GRÁFICO 17 – PORCENTAGEM DA MÃO DE OBRA DO SETOR DOS AGRICULTORES FAMILIAR	38
GRÁFICO 18 – VALOR DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA MUNICIPAL	38
GRÁFICO 19 – ÁREA E O NÚMERO DE FAMÍLIAS DOS SEGUINTESS ASSENTAMENTOS	39
GRÁFICO 20 – TAXA DE DESEMPREGO POR ÁREA SELECIONADA – 2010	40
GRÁFICO 21 – PESSOAS OCUPADAS POR POSIÇÃO NÃO	41



OCUPAÇÃO – 2010	
GRÁFICO 22 – ADMITIDOS E DESLIGADOS NO MUNICÍPIO ENTRE 2004 E 2010	42
GRÁFICO 23 – ADMITIDOS E DESLIGADOS NO MUNICÍPIO ENTRE 2005 A 2012	42
GRÁFICO 24 – DISTRIBUIÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO FORMAIS POR SETOR DE ATIVIDADES NO MUNICÍPIO EM 2004 A 2010	43
GRÁFICO 25 – TOTAL DE INDIVDUOS CADASTRADOS SIMULTANEAMENTE NO MEI E NO CADASTRO ÚNICO – 2012 E 2013	44
GRÁFICO 26 – DISTRIBUIÇÃO DAS 5 (CINCO) PRINCIPAIS ATIVIDADES DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEI) DO MUNICÍPIO – 2012	
GRÁFICO 27 – PRODUTO INTERNO BRUTO DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA	45
GRÁFICO 28 – ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR - 2015	57
GRÁFICO 29 – LOCALIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO POR REDE	57
GRÁFICO 30 – ALUNOS ATENDIDOS POR FAIXA ETÁRIA NO MUNICÍPIO E DEMANDA EXISTENTE	58
GRÁFICO 31 – TAXA DE ANALFABETISMO	59
GRÁFICO 32 – TAXA DE ANALFABETISMO POR COR/RAÇA/ETNIA	60
GRÁFICO 33 – NÚMERO DE ALUNOS POR REDE EDUCACIONAL DE ENSINO	61
GRÁFICO 34 – CRIANÇAS ATENDIDAS DE 0 A 3 ANOS E DEMANDA EXISTENTE / 2015	64
GRÁFICO 35 – CRIANÇAS ATENDIDAS DE 4 E 5 ANOS E DEMANDA EXISTENTE / 2015	64
GRÁFICO 36 – ALUNOS ATENDIDOS POR FAIXA ETÁRIA E DEMANDA EXISTENTE	65
GRÁFICO 37 – IDEB OBSERVADO NOS ANOS INICIAIS – BRASIL, ESTADO E MUNICÍPIO	70



GRÁFICO 38 – METAS PROJETADAS PARA O IDEB DAS ESCOLAS MUNICIPAIS 2013 À 2021	71
GRÁFICO 39 – IDEB OBSERVADO NOS ANOS FINAIS – BRASIL, ESTADO E MUNICÍPIO	72
GRÁFICO 40 – METAS PROJETADAS PARA EDUCAÇÃO BÁSICA PARA O MUNICÍPIO NO ENSINO PÚBLICO DE 2013 A 2021 NOS ANOS FINAIS	73
GRÁFICO 41 – EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA E APROVEITAMENTO DA REDE MUNICIPAL DO CAMPO – 1º AO 9º ANO	77
GRÁFICO 42 – EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA E APROVEITAMENTO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO / ZONA RURAL – 2014 – ENSINO REGULAR DO 1º A 9º ANO, POR ESCOLA	78
GRÁFICO 43 – DISTORÇÃO IDADE/SÉRIE NAS ESCOLAS MUNICIPAIS	80
GRÁFICO 44 – ALUNOS FORA DA ESCOLA NA FAIXA ETÁRIA DE 4 A 17 ANOS, COR/RAÇA	81
GRÁFICO 45 – ALUNOS FORA DA ESCOLA NA FAIXA ETÁRIA DE 4 A 17 ANOS POR SEXO	81
GRÁFICO 46 – ALUNOS FORA DA ESCOLA NA FAIXA ETÁRIA DE 4 A 17 ANOS, POR LOCALIZAÇÃO	82
GRÁFICO 47 – ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO MÉDIO – ESCOLA ESTADUAL TANCREDO DE ALMEIDA NEVES – 2011 À 2015	85
GRÁFICO 48 – MATRÍCULAS DAS SALAS ANEXAS DA EE PRESIDENTE TANCREDO DE A. NEVES – ENSINO MÉDIO – EDUCAÇÃO DO CAMPO – 2011 A 2015	86
GRÁFICO 49 – NÚMERO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO OFERTADOS	103
GRÁFICO 50 – INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – IES – CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NAS CATEGORIAS PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA. (EAD) 2014	104
GRÁFICO 51 – INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – NÍVEL DE GRADUAÇÃO – CURSOS OFERTADOS E ALUNOS ATENDIDOS	105
	106



GRÁFICO 52 - INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO CURSOS OFERTADOS E ALUNOS ATENDIDOS

GRÁFICO 53 – ALUNOS ATENDIDOS NO ENSINO SUPERIOR E DEMANDA DO MUNICÍPIO 107

GRÁFICO 54 – ESCOLARIDADE DO QUADRO DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL 118

GRÁFICO 55 – ESCOLARIDADE DO QUADRO DE PROFESSORES DA REDE ESTADUAL 119

GRÁFICO 56 – ESCOLARIDADE DO QUADRO DE PROFESSORES DA REDE PRIVADA 120

GRÁFICO 57 – PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA - 2011 121

GRÁFICO 58 – PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA - 2012 121

GRÁFICO 59 – PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA - 2013 122

GRÁFICO 60 – PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA – 2014 123

GRÁFICO 61 – PISO SALARIAL DE APOIO ADMINISTRATIVO ESCOLAR NÃO PROFISSIONALIZADO / 2014 126

GRÁFICO 62 – PISO SALARIAL DE APOIO ADMINISTRATIVO ESCOLAR PROFISSIONALIZADO / 2014 127

GRÁFICO 63 – PISO SALARIAL DE TÉCNICO ADMINISTRATIVO ESCOLAR NÃO PROFISSIONALIZADO / 2014 127

GRÁFICO 64 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS CINCO MAIORES DESPESAS DO MUNICÍPIO EM 2009 131

GRÁFICO 65 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS CINCO PRINCIPAIS DESPESAS DO MUNICÍPIO EM 2011 132

GRÁFICO 66 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS DESPESAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO 2014 133

GRÁFICO 67 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS DESPESAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – ANUAL 2011 133

GRÁFICO 68 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS DESPESAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – ANUAL 2012 134

GRÁFICO 69– DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS DESPESAS DA 134



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – ANUAL 2013	
GRÁFICO 70 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS DESPESAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – ANUAL 2014	135
GRÁFICO 71 – NÚMERO DE ALUNOS QUE USAM O TRANSPORTE ESCOLAR OU RECEBEM AUXÍLIO DA PREFEITURA EM TODO O MUNICÍPIO	136
GRÁFICO 72 – DEMONSTRATIVO DE GASTO COM O TRANSPORTE ESCOLAR	138
GRÁFICO 73 – TIPOS E QUANTIDADES DE VEÍCULOS	139
GRÁFICO 74 – DISTRIBUIÇÃO POR MODELO DE VEÍCULO	140
GRÁFICO 75 – PROPORÇÃO MUNICÍPIO X TERCEIRIZADO EM RELAÇÃO A VEÍCULOS	140
GRÁFICO 76 – ESTIMATIVA KM RODADO MÊS LETIVO	141
GRÁFICO 77 – DEMONSTRATIVO DE ROTAS E KM RODADOS MUNICÍPIO X TERCEIRIZADO	142
GRÁFICO 78 – DEMONSTRATIVO PERCENTUAL DE KM RODADO PELO TERCEIRIZADO E MUNICÍPIO	142
GRÁFICO 79 – INVESTIMENTO DOS RECURSOS PRÓPRIOS – 28% APLICADOS NA EDUCAÇÃO E CULTURA	143
GRÁFICO 80 – TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO FEDERAL E ESTADO PARA A EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT	144



1. APRESENTAÇÃO

O **PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** representa o conjunto de avanços que a sociedade deseja para a Educação nos próximos 10 anos. O documento aqui apresentado está em consonância com o Plano Nacional de Educação, o Plano Estadual de Educação e aos anseios da população que apresentou suas propostas através das conferências realizadas, bem como, sua representação através do Conselho Municipal de Educação e do Fórum Municipal de Educação.

No mundo atual, diante dos desafios educacionais, faz-se necessário estabelecer um Plano Municipal de Educação flexível, aberto as inovações, capaz de promover as relações sociais mais igualitárias. A partir deste documento redesenhamos a escola que queremos, sendo esta gratuita, universal, acolhedora e possibilitando espaços para o desenvolvimento das capacidades e habilidades das nossas crianças, jovens e adultos.

A escola que queremos, a Educação que almejamos para nosso território de São Félix do Araguaia deve possibilitar às classes populares o acesso ao conhecimento sistematizado e a participação ativa no processo de decisão político-cultural e educacional. Desta forma, a Educação deve cumprir o seu papel de inserção social dos cidadãos e o comprometimento de uma Educação de qualidade que atenda aos anseios de todas as camadas da população, onde sejam trabalhados conteúdos significativos que favoreçam a compreensão das relações sociais e o aprofundamento do saber em seus diferentes significados.

A sociedade atual anseia por uma Educação mais humana, mais justa, que reflita sobre os problemas sociais, que favoreçam o bem estar coletivo e o desenvolvimento pleno do ser humano. Buscando estratégias através da participação da sociedade chegaremos a Educação ideal, participativa, igualitária e que seja um espaço de decisões, de aprendizagem e de preparação para a vida.



Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA
CNPJ/MF n.º: 03.918.869/0001-08
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA



A Escola que almejamos, não pode ser a escola do futuro, precisa imediatamente ser a escola do presente, na qual as necessidades básicas dos estudantes sejam atendidas partindo de suas realidades. Para tanto é necessário uma nova concepção de Educação, que será resultante dos questionamentos e da consciência geral da comunidade.

As metas aqui estabelecidas, para que sejam cumpridas, será necessário a garantia dos repasses financeiros e o comprometimento efetivo com a qualidade da Educação, seja no combate ao analfabetismo, a reprovação, a evasão, a distorção idade-ciclo/fase, a conservação e ampliação dos prédios escolares, a valorização dos profissionais da Educação e o diálogo entre escola e comunidade.

Os educadores, elemento chave no processo educacional, deverão partir sempre das necessidades concretas do aluno, não desmerecendo sua visão de mundo; desta forma, a prática pedagógica visará a formação de um ser pensante, com senso crítico e capaz de conceber a Educação como um instrumento real de transformação da sociedade.

Durante este decênio, a sociedade, aqui representada através do Fórum Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação e Câmara de Vereadores, deverá acompanhar o cumprimento deste documento/Lei para que as metas aqui estabelecidas sejam cumpridas.

Terezinha Gomes de Lima
Secretária Municipal de Educação e Cultura

José Antonio de Almeida
Prefeito Municipal



2. HISTÓRICO DA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL EM SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

Em São Félix do Araguaia, a mobilização para o processo de reelaboração do Plano Municipal de Educação (PME) teve início dia 28 de março de 2014, com a reestruturação do Conselho Municipal de Educação e Reelaboração do Regimento Interno do Conselho, onde estiveram presentes representantes dos diretores e diretoras das Escolas Estaduais, Municipais e Creches, Coordenadoras de escolas, representantes dos técnicos administrativos escolares, representante da Câmara de Vereadores, representante dos professores das escolas do campo, Assessoria Pedagógica e equipe da Secretaria Municipal de Educação.

Com o Conselho Municipal reestruturado, prosseguiu-se com a segunda etapa do processo de adequação ou reestruturação do Plano Municipal de Educação de São Félix do Araguaia, aprovado em 2004, com vigência de 10 anos. A segunda etapa consistia na formação de uma comissão ou constituição do Fórum para condução do processo democrático na elaboração do documento. O Conselho e a Equipe da Secretaria fizeram opção pela criação do Fórum, para conduzir os trabalhos e acompanhar junto a Administração Municipal o cumprimento do Plano nos próximos dez anos. Após várias reuniões foi constituído o Fórum Municipal de Educação, tendo como representantes os diversos seguimentos da Sociedade Organizada: SINTEP (Sindicato dos Trabalhadores da Educação), Professores, Poder Legislativo, Diretores Escolares, Secretaria de Educação, Assessoria Pedagógica, Corpo Técnico Administrativo das Escolas, Conselho Deliberativo Escolar, UAB (Universidade Aberta do Brasil), Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e demais seguimentos da Sociedade São felixense, conforme relacionados anteriormente nas páginas 03 e 04.

O Prefeito Municipal de São Félix do Araguaia, José Antônio de Almeida (Baú), através do Decreto 004/2014 nomeou o Fórum Municipal de Educação para Análise e Redação do Plano Municipal de Educação.

A partir da formação do Fórum deu-se início as mobilizações junto as comunidade do campo e urbana:



04 de abril/2014 – Reunião na Secretaria de Educação com Conselho;
09/04/2014 – Conselho e Equipe da Secretaria de Educação;
30 /04/2014 – No salão do Cefapro Fórum Municipal de Educação;
03/06/2014 – Audiência na comunidade de Vila São Sebastião/Carnaúba e Serra do Magalhães;
10/06/2014 – Audiência na comunidade de Espigão do Leste;
11/06/2014 – Audiência nas comunidades de Pontinópolis e P.A Mãe Maria e P.A Dom Pedro;
16/06/2014 – Câmara Municipal – Reunião do Fórum para definição das Metas;
02/10/2014 – Reunião com o Fórum Municipal – Local Cefapro;
07/10/2014 – Reunião com o Fórum Municipal – Cefapro;
16/11/2014 – Reunião com a Comunidade do Centro de São Félix do Araguaia;
18/11/2014 – Reunião com comunidade da Vila Santo Antonio – Escola Severiano Neves;
27/11/2014- Conferencia Municipal de Educação para aprovação das Metas - Câmara Municipal de São Félix do Araguaia- MT;

As audiências envolveram as escolas e todas as comunidades: pais, professores, alunos, lideranças políticas, diversos seguimentos da sociedade e equipe da Secretaria Municipal.

Essa participação propiciou, por um lado, o exercício da cidadania e, por outro, enriqueceu e legitimou todo o processo de construção do PME.

Todas as conclusões e sugestões das audiências públicas foram processadas e enviadas à Comissão de Estudos, Análise e Redação do Plano Municipal de Educação.

Neste documento procurou-se aliar os Planos das duas esferas superiores, aos anseios da sociedade e ao que preceitua a Lei.

3. INTRODUÇÃO



O município de São Félix do Araguaia garante o compromisso com a qualidade da Educação readequando e atualizando o Plano Municipal de Educação, para o próximo decênio, de forma democrática e participativa.

O PME é um Plano de Estado e não somente um Plano de Governo. Sua elaboração está preconizada no Plano Nacional de Educação - PNE, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, que em seu art. 8º declara: “Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de Educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei”.

O presente Plano Municipal de Educação é um plano decenal. Ele requereu, de todos nós, que dele participamos com clareza e objetividade a respeito de qual Educação queremos.

Este processo de construção coletiva, com a demonstração de um forte espírito democrático, nos enche de esperança e nos aponta para um caminho em que a Educação é alicerce para o desenvolvimento de uma sociedade plena.

O Plano Municipal de Educação – PME do município de São Félix do Araguaia – MT, busca, a partir de dados e análises da realidade recente da Educação municipal, captar tendências e desenhar propostas que racionalizem e tornem eficiente o uso de recursos públicos do setor e estabeleçam prioridades para as políticas educacionais – trabalhando com o horizonte dos próximos dez anos.

A Emenda Constitucional nº 59/2009 mudou a condição do Plano Nacional de Educação (PNE), que passou de uma disposição transitória da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) para uma exigência constitucional com periodicidade decenal, o que significa que planos plurianuais de governos devem tomá-lo como referência. O plano também passou a ser considerado o articulador do Sistema Nacional de Educação, com previsão de percentual do PIB para o seu financiamento; portanto, deve ser a base para a elaboração dos planos



estaduais e municipais, que, ao serem aprovados em lei, devem considerar a previsão de recursos orçamentários.

Nesse contexto, não há como trabalhar de forma desarticulada, porque o foco central deve ser a construção de metas alinhadas ao PNE; apoiar os diferentes entes federativos neste trabalho é uma tarefa que o Ministério da Educação deve realizar. O alinhamento dos planos de Educação em cada município e em cada estado, se constitui em um passo importante para a construção do Sistema Nacional de Educação (SNE). Esse esforço pode ajudar a construir acordos nacionais que podem diminuir as lacunas de articulação federativa no campo da política pública educacional.

O Plano contextualiza cada uma das vinte metas nacionais, traz uma análise específica mostrando suas inter-relações com a política pública mais ampla e um quadro com sugestões para aprofundamento da temática. Além disto, também traz as concepções e proposições da CONAE para a construção de Planos de Educação como Políticas de Estado. Recupera deliberações da Conferência Nacional de Educação (CONAE 2010), que se articulam especialmente ao esforço de aprovação do PNE e à instituição do SNE como processos fundamentais à melhoria e organicidade da Educação nacional.

A Lei que institui o Plano Nacional de Educação – com diretrizes e metas a serem cumpridas num prazo de dez anos– foi sancionada em 09 de janeiro de 2001. Ela consolida setenta anos de esforços de educadores brasileiros — iniciados com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932— em prol da formulação de um plano amplo, unitário e democrático para promover a Educação em todo o país.

A elaboração destes planos atende também a compromissos internacionais firmados pelo governo brasileiro na Conferência Mundial de Educação para Todos, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, em 1990, em Jomtien, na Tailândia.



LEI MUNICIPAL N.º 00/2015- Espaço para anexar a Lei aprovada.

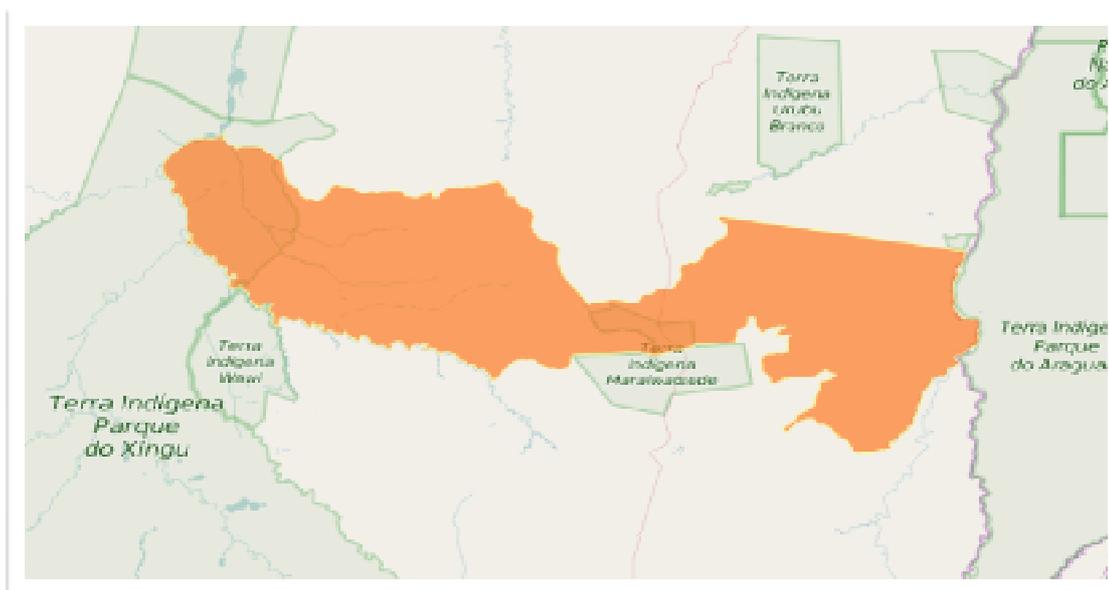
4. ASPECTOS HISTÓRICOS CULTURAIS E POLÍTICOS

TABELA 1 – ASPECTOS HISTÓRICOS, CULTURAIS E POLÍTICOS

População estimada 2014 ⁽¹⁾	11.039
População 2010	10.625
Area da unidade territorial (km ²)	16.713,466
Densidade demográfica (hab/km ²)	0,64
Código do Município	6107859
Bioma	Cerrado e Amazônia
Instalado em	01/02/1977
Gentílico	são-felicense
Prefeito JOSÉ ANTONIO DE ALMEIDA	

Fonte: IBGE

MAPA DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT

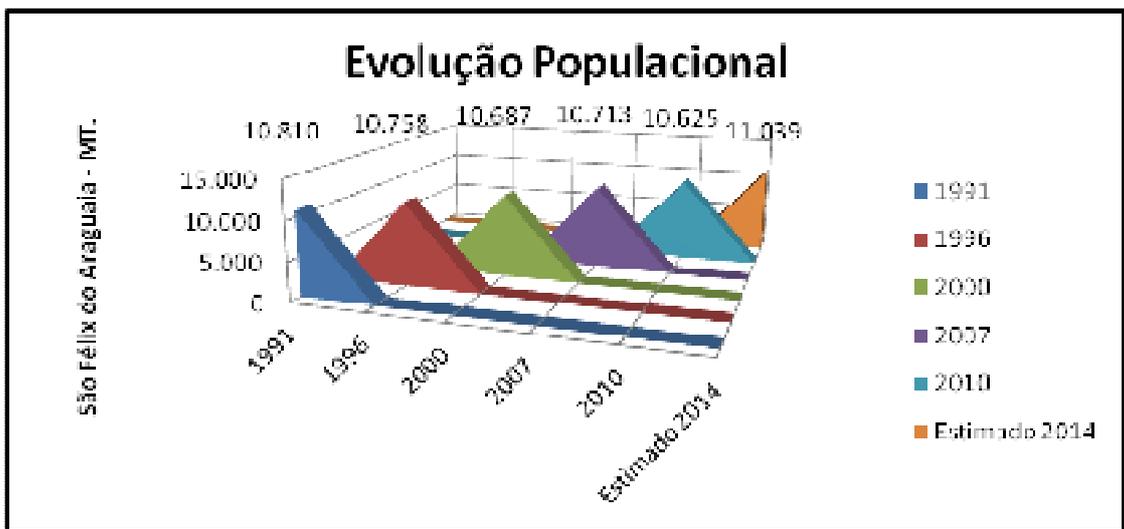


<http://cod.ibge.gov.br/46R>



São Félix do Araguaia é um município brasileiro do estado de Mato Grosso. Localiza-se a uma latitude 11°37'02" sul e a uma longitude 50°40'10" oeste, estando a uma altitude de 195 metros. Sua população em 2010 pelo IBGE é de 10.625 habitantes.

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO POPULACIONAL

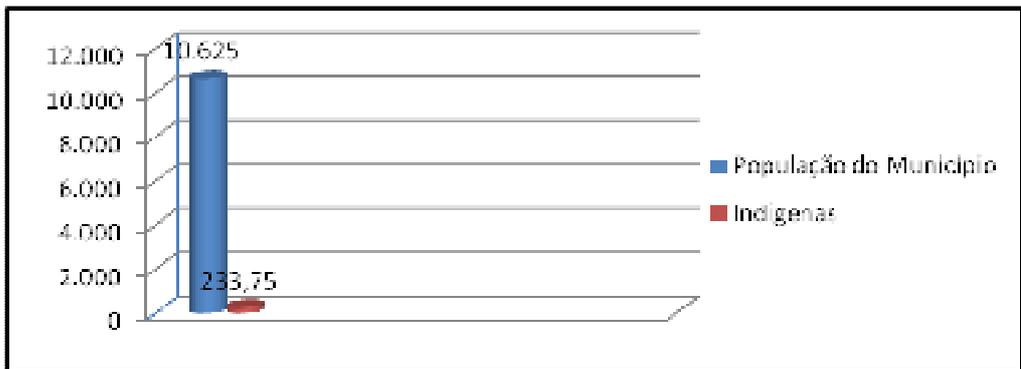


Fonte: IBGE – Censo 2010.

Entre 2000 e 2010, a população de São Félix do Araguaia teve uma taxa média de crescimento anual de 1,18%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 1,66%. No Estado, estas taxas foram de 1,02% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu -16,27%.

População Indígena representa 2,2% da população do município.

GRÁFICO 2 – POPULAÇÃO INDÍGENA DO MUNICÍPIO



Fonte: IBGE – Censo 2010.

5. BREVE RELATO DO PROCESSO HISTÓRICO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

Em 23 de maio de 1941 desembarcava no Rio Araguaia, em território mato-grossense, a família de Severiano Neves, acompanhada de outras famílias provenientes do estado do Pará, em busca de um futuro melhor. Com a chegada dessas famílias nasce um novo povoado, próximo a Santa Isabel do Morro, antiga morada dos índios karajá, habitantes milenares do Rio Araguaia e da Ilha do Bananal.

A denominação de São Félix foi dada pelo bispo D. Sebastião Thomaz Câmara, no dia 20 de novembro de 1942.

A invocação a São Félix provinha do sofrimento do povo na conquista de uma terra povoada por nações indígenas, região de tensão social. Tomaram São Félix por padroeiro, acreditando que os protegia contra os índios xavantes, que habitavam a região e faziam incursões sobre o nascente povoado, pois não admitiam a ocupação de seu território.

Na margem direita do Rio Araguaia vivia o pacífico povo indígena karajá. Com a descida dos índios xavante para o sul, a partir de 1945, registrou-se maior tranquilidade entre os colonos.

São Félix do Araguaia, por ser uma região lindamente abençoada pela natureza, já foi parada de muitos notáveis brasileiros, que aqui aportaram com suas caravanas, para descansar das longas viagens pelo rio Araguaia, como Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Couto Magalhães e Carmo Bernardes, entre outros.

A lei nº 163, de 25 de outubro de 1948, criou o distrito de São Félix com território vinculado ao município de Barra do Garças. Em 1963, uma lei propôs a criação do município, tendo sido vetada pelo executivo estadual. Em 13 de maio de 1976, através da Lei Estadual nº 3.689, foi criado o município, passando o mesmo para a denominação oficial de São Félix do Araguaia.

São Félix do Araguaia teve os seguintes administradores como segue abaixo:





Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA
CNPJ/MF n.º: 03.918.869/0001-08
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA



Senhor Aldenor Milhomem do Santos ,(in memória) – 01/01/1977 a 01/01/1983

Senhor José Pontin – 01/01/1983 a 01/01/1989

Senhor José Antônio de Almeida (Baú) – 01/01/1989 a 01/01/1993

Senhor Miguel Milhomem dos Santos – 01/01/1993 a 01/01/1997

Senhor Uslei Gomes – 01/01/1997 a 01/01/2001

Senhor Uslei Gomes – segundo mandato – 01/01/2001 a 01/01/2005

Senhor João Abreu Luz – 01/01/2005 a 01/01/2009

Senhor Filemon da Costa Gomes Limoeiro -01/01/2009 a 01/01/2013

José Antônio de Almeida (Baú) – 01/01/2013 a 01/01/2017

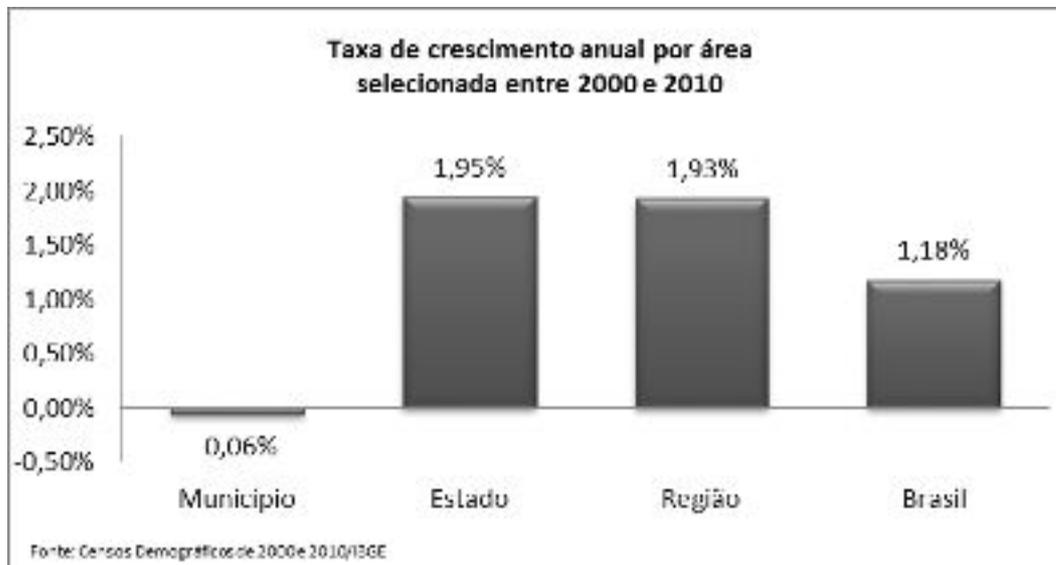
6. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT.

4.2.1- Demografia

A população do município reduziu, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de - 0,06% ao ano, passando de 10.691 para 10.625 habitantes. Essa taxa foi inferior àquela registrada no Estado, que ficou em 1,95% ao ano, e inferior à cifra de 1,93% ao ano da Região Centro-Oeste.



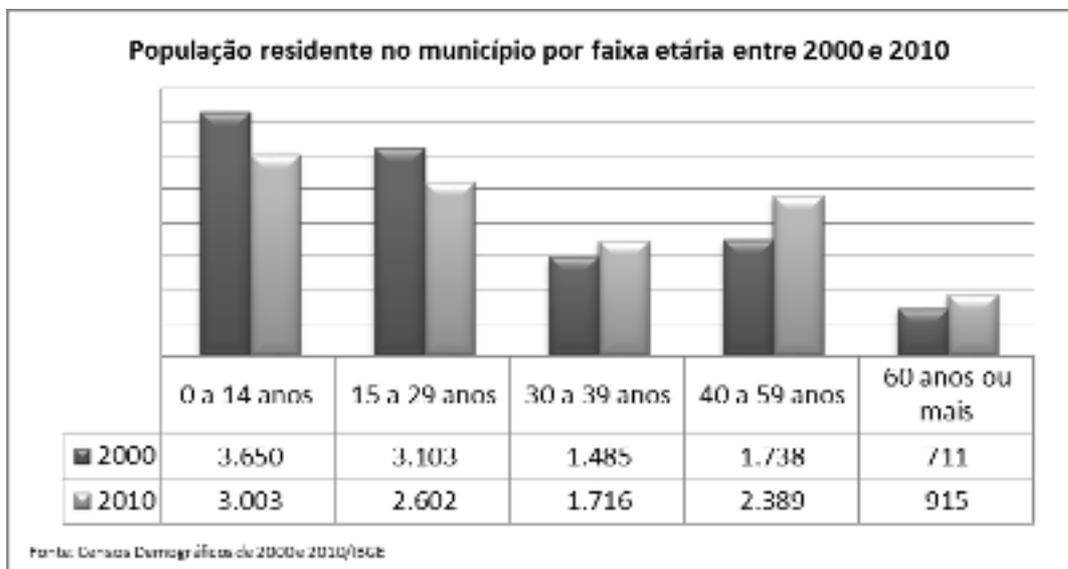
GRÁFICO 3 – TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL POR ÁREA SELECIONADA ENTRE 2000 E 2010



A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 55,31% e em 2010 a passou a representar 58,15% do total. A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que, em termos anuais, cresceu 2,6% em média. Em 2000, este grupo representava 6,7% da população, já em 2010 detinha 8,6% do total da população municipal. O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010 (-1,9% ao ano). Crianças e jovens detinham 34,1% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 3.650 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 28,3% da população, totalizando 3.003 habitantes.



GRÁFICO 4 – POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO POR FAIXA ETÁRIA ENTRE 2000 E 2010



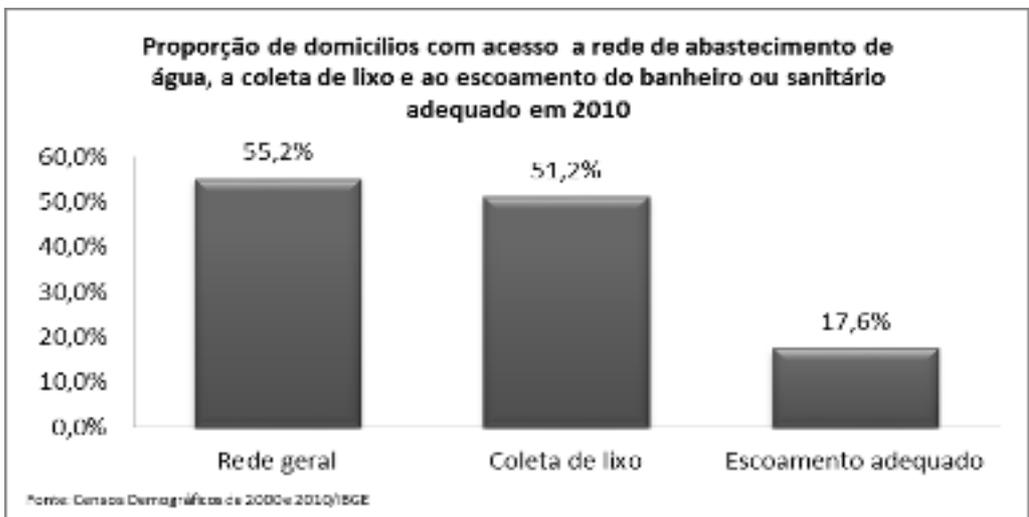
A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 0,59% ao ano), passando de 6.326 habitantes em 2000 para 6.707 em 2010. Em 2010, este grupo representava 63,1% da população do município.

4.2.2 - Perfil Social

Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que o fornecimento de energia elétrica estava presente praticamente em todos os domicílios. A coleta de lixo atendia 51,2% dos domicílios. Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água o acesso estava em 55,2% dos domicílios particulares permanentes e 17,6% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado.



GRÁFICO 5 – PROPORÇÃO DE DOMICÍLIO COM ACESSO A REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, A COLETA DE LIXO E AO ESCOAMENTO DO BANHEIRO OU SANITÁRIO ADEQUADO EM 2010.



Quanto aos níveis de pobreza, em termos proporcionais, 16,4% da população está na extrema pobreza, com intensidade maior na área rural (24,3% da população na extrema pobreza na área rural contra 10,7% na área urbana).

GRÁFICO 6 – PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO EXTREMAMENTE POBRE NO MUNICÍPIO E NO ESTADO POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO EM 2010.





Em 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 11,6%. Na área urbana, a taxa era de 8,6% e na zona rural era de 15,8%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 5,1%.

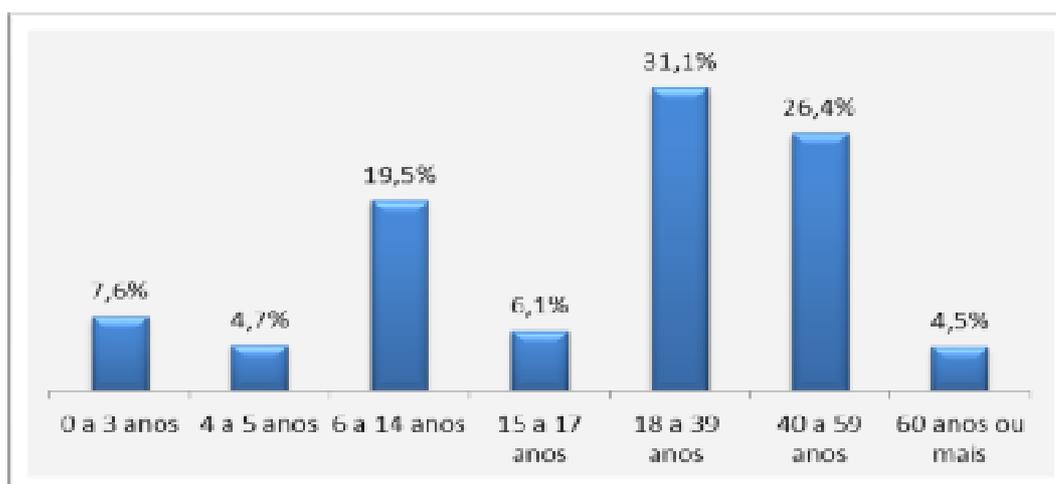
4.2.3 - Caracterização Demográfica da Extrema Pobreza

Conforme dados do Censo IBGE 2010, a população total do município era de 10.625 residentes, dos quais 2.450 encontrava-se em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Isto significa que 23,1% da população municipal viviam nesta situação. Do total de extremamente pobres, 1.790 (73,0%) viviam no meio rural e 660 (27,0%) no meio urbano.

O Censo também revelou que no município havia 187 crianças na extrema pobreza na faixa de 0 a 3 anos e 114 na faixa entre 4 e 5 anos. O grupo de 6 a 14 anos, por sua vez, totalizou 479 indivíduos na extrema pobreza, enquanto no grupo de 15 a 17 anos havia 150 jovens nessa situação. Foram registradas 111 pessoas com mais de 65 anos na extrema pobreza.

Observe o quadro e gráfico abaixo:

GRÁFICO 7 - POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE EXTREMA POBREZA POR FAIXA ETÁRIA



Fonte: IBGE – Censo 2010.



4.2.4 - Gênero

Do total de extremamente pobres no município, 1.065 são mulheres (43,5%) e 1.385 são homens (56,5%).

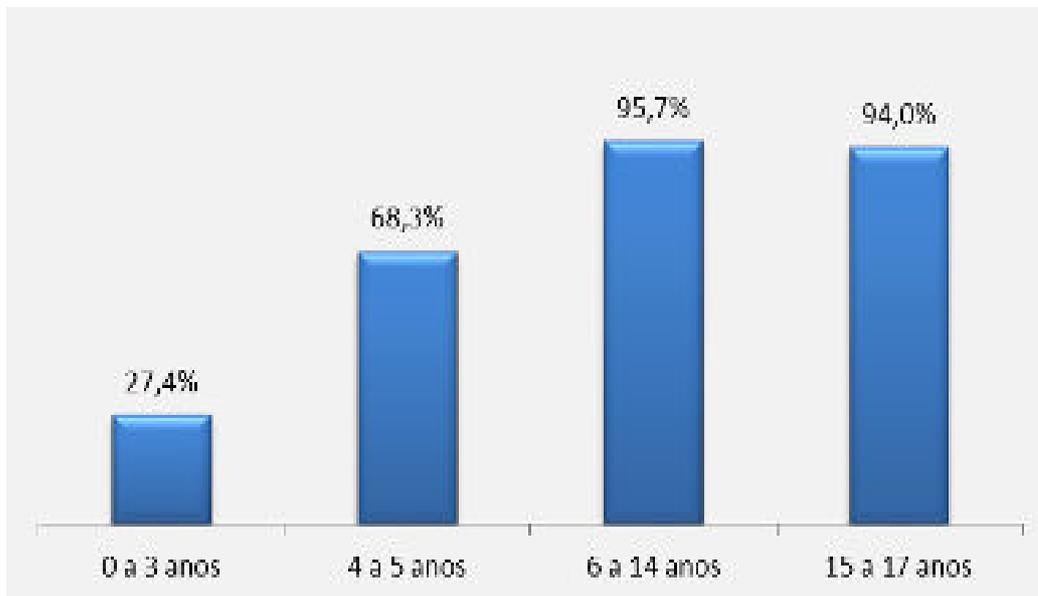
4.2.5 - Cor e Raça

Do total da população em extrema pobreza do município, 427 (17,4%) se classificaram como brancos e 1.825 (74,5%) como negros sendo que 141 (5,8%) se declararam pretos e 1.684 (68,7%) pardos. Outras 198 (8,1%) pessoas se declararam amarelos ou indígenas.

4.2.6 - Portadores de deficiência

De acordo com o censo 2010, havia 20 indivíduos extremamente pobres com alguma deficiência mental; 529 tinham alguma dificuldade para enxergar; 84 para ouvir e 152 para se locomover.

GRÁFICO 8 - PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO EM EXTREMA POBREZA FREQUENTANDO A ESCOLA POR FAIXA ETÁRIA



Fonte: IBGE – Censo 2010.

4.2.7- Assistência Social do Município



O Cadastro Único e o público-alvo do Plano no seu município no acompanhamento do Plano Brasil Sem Miséria, o MDS utiliza as informações do Cadastro Único. Ele provê dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre os brasileiros com renda familiar de até meio salário mínimo per capita, permitindo saber quem são, onde moram, o perfil de cada um dos membros das famílias e as características dos seus domicílios.

De acordo com os registros de dezembro de 2014 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de janeiro de 2015 do Programa Bolsa Família, o município tem: - 2.012 famílias registradas no Cadastro Único - 660 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (22,26 % da população do município). Isso representa 50,89% do total estimado de famílias do município com perfil de renda do programa (cobertura de 50,89%). Foram transferidos R\$ 88.769,00 às famílias beneficiárias do Programa em janeiro de 2015.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) constitui uma das mais importantes ferramentas de distribuição de renda no âmbito da assistência social, tendo sido instituído ainda na Constituição Federal de 1988. No município, o gráfico abaixo confere informações acerca da quantidade de beneficiários de BPC considerando como referencia o ano de 2015, por tipo de beneficiário e renda mensal vitalícia.

TABELA 2 – BENEFICIÁRIOS DE BPC EM 2015

BENEFÍCIO				
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	Beneficiários	Repasso do Mês	Repasso Acumulado	Referência
Total de Beneficiários Idosos	209	R\$ 164.582,56	R\$ 493.740,68	03/2015
Total de Beneficiários PCD	247	R\$ 194.581,72	R\$ 586.101,28	03/2015
Total BPC	456	R\$ 359.164,28	R\$ 1.079.841,96	03/2015
Renda Mensal Vitalícia (RMV)	14	R\$ 11.032,00	R\$ 33.096,00	03/2015



TOTAL (BPC + RMV)	470	R\$ 370.196,28	R\$ 1.112.937,96	03/2015
--------------------------	------------	-----------------------	-------------------------	----------------

Fonte: aplicações.mds.gov.br/sagi.

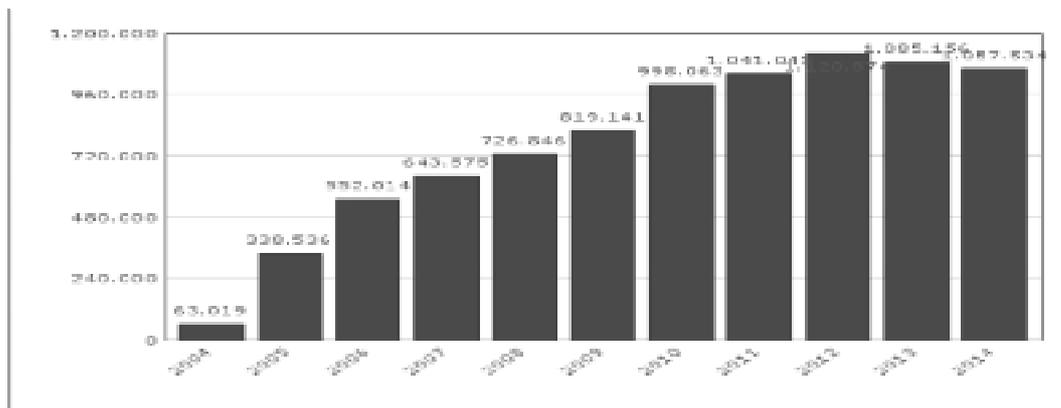
A seguir apresentamos um quadro que descreve as coberturas e valores recebidos pelos programas citados:

TABELA 3 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Programa	Cobertura	Repassse total em 2014 (R\$)
Bolsa Família	660 famílias (janeiro de 2015)	R\$ 1.057.429,00
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	460 pessoas (dezembro de 2014)	R\$ 3.960.352,02

Em 2014, a soma de recursos transferidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) e pelo Bolsa Família (R\$ 5.017.781,02) representa 86,56 % do valor transferido pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (R\$ 5.796.813,49).

GRÁFICO 9 - VALORES ANUAIS NOMINAIS REPASSADOS PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (R\$)



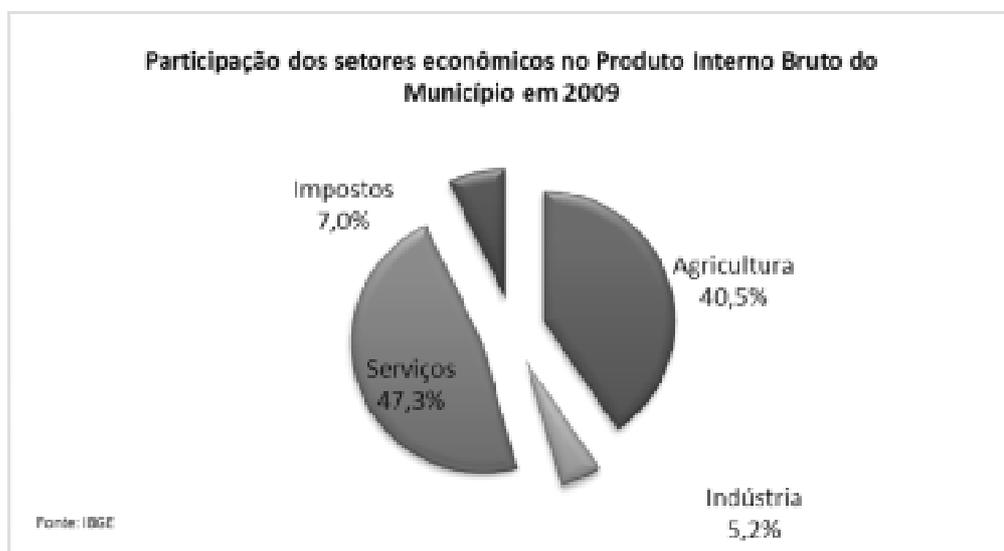
O município de São Félix do Araguaia de 2004 a 2014 apresenta que a soma de recursos transferidos pelo Programa Bolsa Família teve aumento de 1.578,12 %.

4.3 - ASPECTOS ECONÔMICOS - PRODUÇÃO



Entre 2005 e 2009, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 29,7%, passando de R\$ 128,4 milhões para R\$ 166,5 milhões. O crescimento percentual foi inferior ao verificado no Estado que foi de 52,9%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual diminuiu de 0,34% para 0,29% no período de 2005 a 2009.

GRÁFICO 10– PARTICIPAÇÃO DOS SETORES ECONÔMICOS NO PRODUTO INTERNO BRUTO DO MUNICÍPIO EM 2009



A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Serviços, o qual responde por 47,3% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 5,2% em 2009 contra 4,0% em 2005. Em sentido contrário ao verificado no Estado, em que a participação industrial cresceu de 4,0% em 2005 para 15,1% em 2009.

4.3.1 - Produção Econômica

Entre 2005 e 2010, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 29,7%, passando de R\$ 128,4 milhões para R\$ 166,5 milhões. O crescimento percentual foi inferior ao verificado no Estado, que foi de 52,9%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual diminuiu de 0,34% para 0,29% no período de 2005 a 2010.



GRÁFICO 11 – PARTICIPAÇÃO DOS SETORES ECONÔMICOS NO PRODUTO INTERNO BRUTO DO MUNICÍPIO EM 2010



A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Serviços, o qual respondia por 28,6% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 5,2% em 2010, contra 4,0% em 2005. Variação contrária à verificada no Estado, em que a participação industrial cresceu de 4,0% em 2005 para 15,1% em 2010.

GRÁFICO 12 – TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB NOMINAL POR SETOR ECONÔMICO NO MUNICÍPIO E NO ESTADO – 2005 A 2010.



4.3.2- Produção Agropecuária

Quando analisamos os aspectos econômicos do município, é importante levar em consideração, dentre outros fatores, a sua capacidade de geração de renda através de atividades nas áreas da pecuária e agricultura. No caso da pecuária, dados coletados da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, referentes a 2011, apontam que as 5 (cinco) principais culturas de rebanho local são as indicadas no gráfico abaixo:

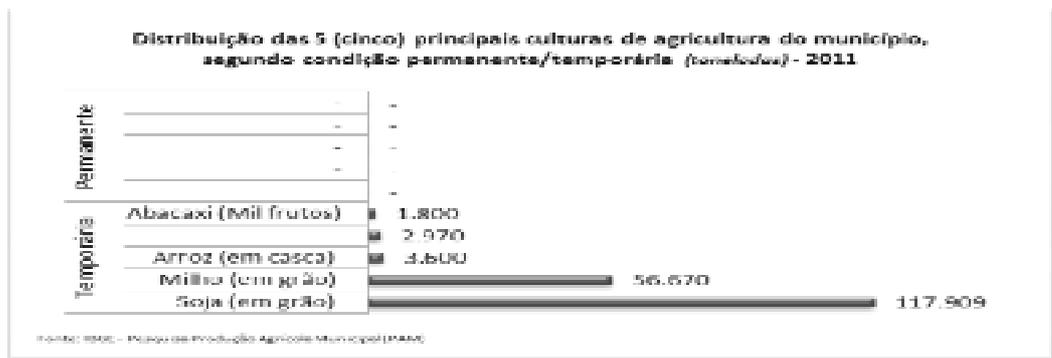
GRÁFICO 13 – DISTRIBUIÇÃO DAS 5 (CINCO) PRINCIPAIS CULTURAS DE REBANHO DO MUNICÍPIO - 2011



Além do campo da pecuária, a supracitada pesquisa também fornece dados acerca da área de agricultura local. Neste caso, foram coletados dados acerca das 5 (cinco) principais culturas de agricultura do município, divididas entre aquelas permanentes e aquelas temporárias, conforme demonstrado no gráfico que segue:



GRÁFICO 14 – DISTRIBUIÇÃO DAS 5 (CINCO) PRINCIPAIS CULTURAS DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO, SEGUNDO CONDIÇÃO PERMANENTE/TEMPORÁRIA (TONELADAS) – 2011.



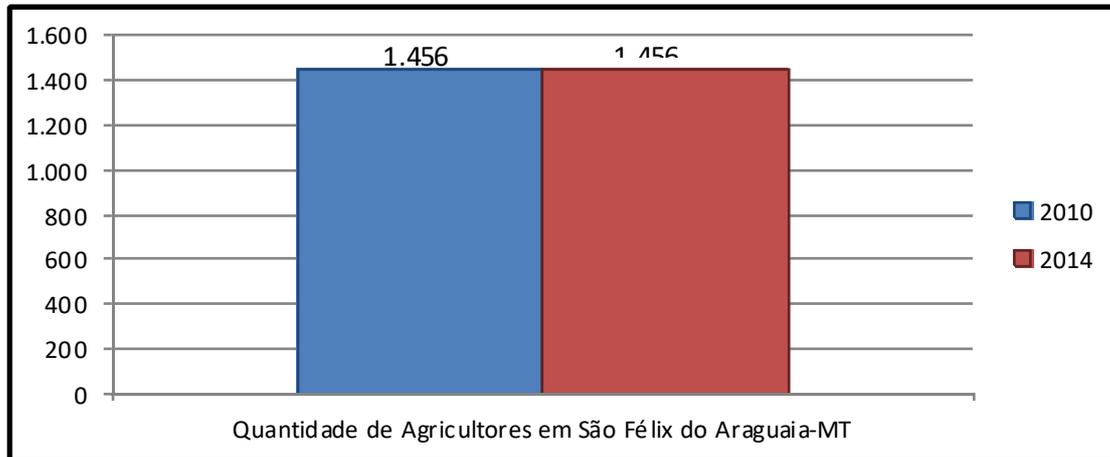
<http://www.ibge.gov.br/home/>

O município possuía 875 agricultores familiares em 2006, que correspondia a 80% dos seus produtores. Esses agricultores familiares acessavam a 09% da área, ocupavam 64% da mão-de-obra do setor e participavam com 07% do valor da produção agropecuária municipal.

Atualmente, temos 596 agricultores familiares cadastrados com DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) neste município. A tabela abaixo apresenta esses dados relativos também ao seu Estado e ao Brasil:



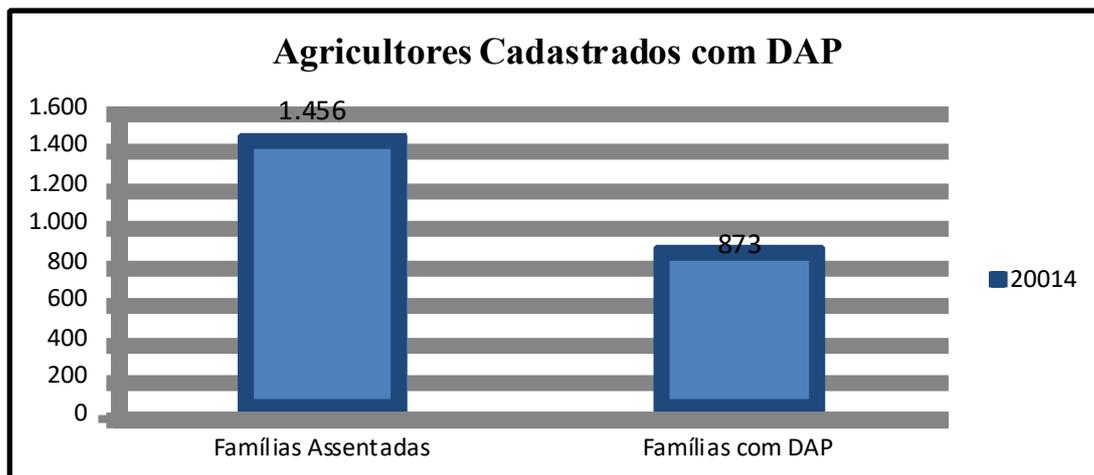
GRÁFICO 15- QUANTIDADE DE AGRICULTORES CADASTRADOS COM DAP (DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF).



Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura

A renovação do DAP se dá todo ano, e algumas famílias ainda não se cadastraram, dessa forma, até o presente momento há 873 famílias em dias com o cadastro.

GRÁFICO 16 - NÚMERO DE AGRICULTORES EM SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA.

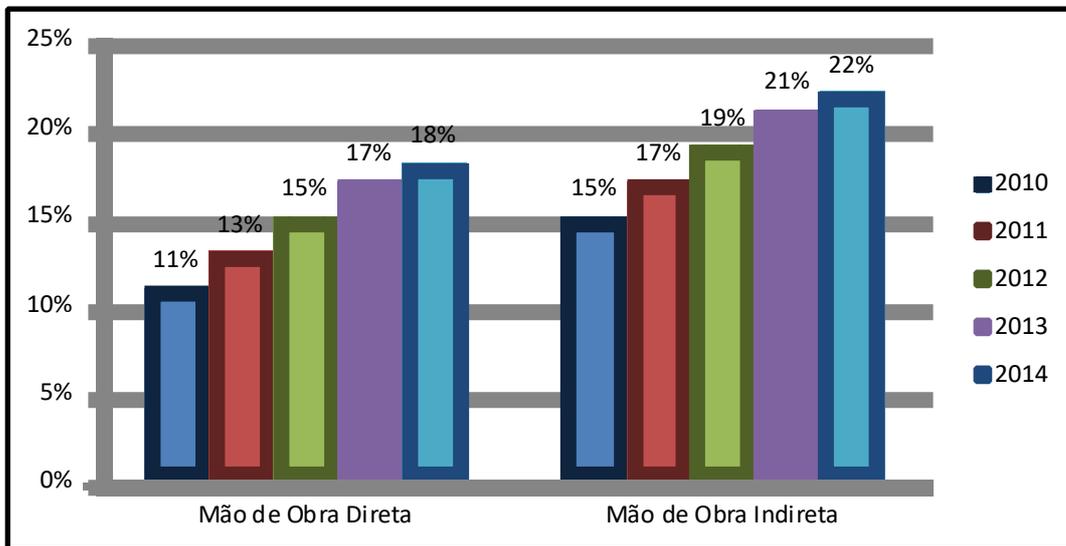


Fonte: Inera São Félix do Araguaia

Este número se repete em decorrência de sempre permanecer o cadastro do primeiro agricultor beneficiado com a terra.



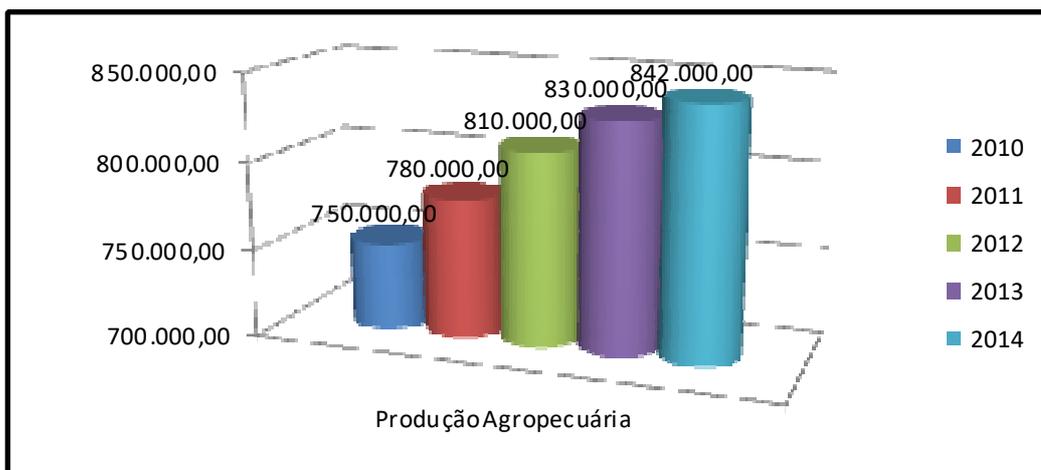
GRÁFICO 17 - PORCENTAGEM DA MÃO DE OBRA DO SETOR DOS AGRICULTORES FAMILIAR.



Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura

Este percentual representa a totalidade dos pequenos agricultores de São Félix do Araguaia que trabalham com mão de obra direta e indireta.

GRÁFICO 18 - VALOR DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA MUNICIPAL.



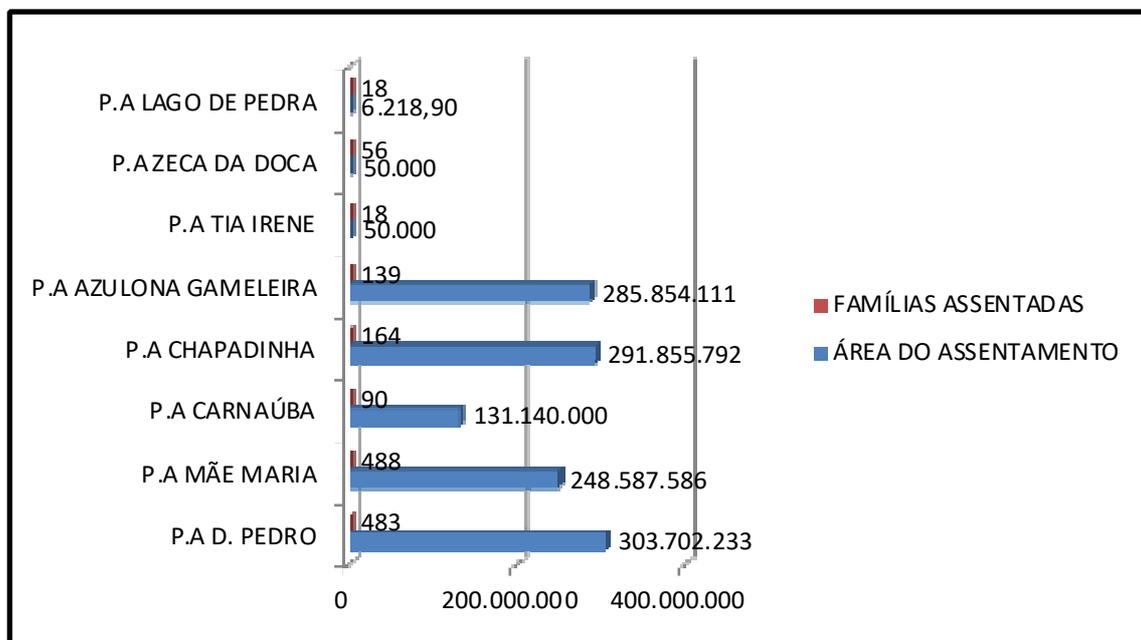
Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura



4.4 - SITUAÇÃO DA AGREGAÇÃO DE VALORES DOS PRODUTOS CULTIVADOS NOS ASSENTAMENTOS DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA.

Os produtos que os agricultores cultivam e trabalham com agregação de valores significativos são a produção de farinha de mandioca, criação de peixe, mel de abelha, frutas, legumes, queijo e animais de pequeno porte, os quais são vendidos na feira que acontece quinzenalmente, nos municípios vizinhos e comércios da região. Considera-se, aqui, a agricultura de base familiar como a forma mais conveniente de ocupação social do espaço agrário. A promoção dos pequenos produtores de alimentos promove a igualdade e a inclusão social a uma maior e mais diversificada oferta de alimentos à população produzidos sob formas sustentáveis.

GRÁFICO 19 - ÁREA E O NÚMERO DE FAMILIAS DOS SEGUINTESS ASSENTAMENTOS:



Fonte: Incra São Félix



Este valor inclui toda a produção dos principais produtos cultivados que na agricultura familiar que são: Gado, Mandioca, Pequenos animais, Leite e Piscicultura.

4.5- MERCADO DE TRABALHO

Conforme dados do último Censo Demográfico, o município, em agosto de 2010, possuía 4.464 pessoas com 10 anos ou mais de idade economicamente ativas, sendo que 4.209 estavam ocupadas e 256 desocupadas. A taxa de participação ficou em 50,7% e a taxa de desocupação municipal foi de 5,7%.

No tocante à taxa de desemprego, o gráfico abaixo fornece indicativos de maneira comparativa:

GRÁFICO 20 – TAXA DE DESEMPREGO POR ÁREA SELECIONADA - 2010



A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 21,1% tinham carteira assinada, 29,0% não tinham carteira assinada, 24,1% atuam por conta própria e 0,5% de empregadores. Servidores públicos representavam 11,9% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 13,5% dos ocupados.



GRÁFICO 21 – PESSOAS OCUPADAS POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO - 2010



Das pessoas ocupadas, 16,8% não tinham rendimentos e 53,0% ganhavam até um salário mínimo por mês. O valor do rendimento médio mensal das pessoas ocupadas era de R\$ 989,11. Entre os homens, o rendimento era de R\$ 1.191,62 e entre as mulheres de R\$ 736,15, apontando uma diferença de 61,87% maior para os homens.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal do município apresentou, por apenas três anos, saldo positivo na geração de novas ocupações entre 2005 e 2012. O número de vagas perdidas neste período foi de 342. No último ano, as admissões registraram 875 contratações, contra 840 demissões.

4.5.1- Admitidos e Desligados no Município.

O mercado de trabalho formal do município apresentou em apenas dois anos saldos positivos na geração de novas ocupações entre 2004 e 2010. O número de vagas perdidas neste período foi de -261. No último ano as admissões registraram 532 contratações contra 697 demissões.



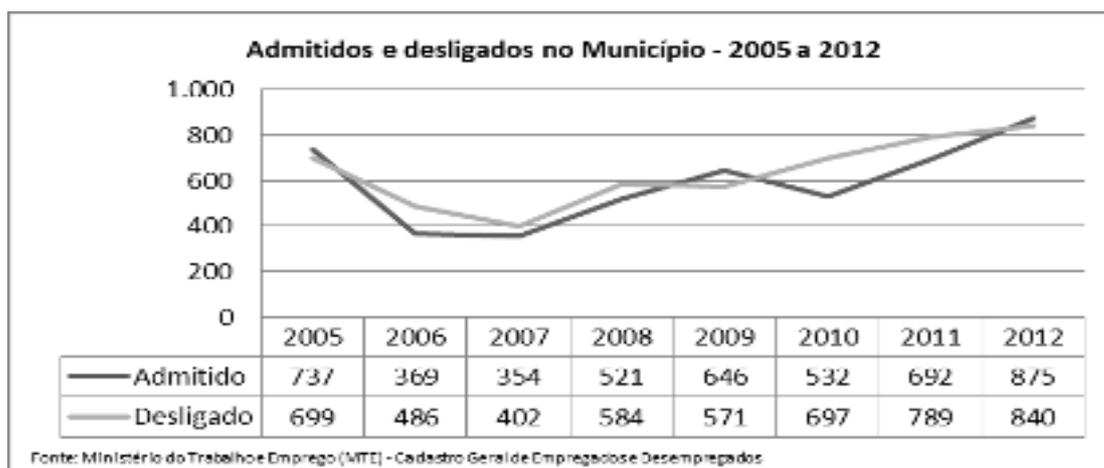
GRÁFICO 22 – ADMITIDOS E DESLIGADOS NO MUNICÍPIO ENTRE 2004 E 2010



Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 1.425 postos, 23,1% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou abaixo da média verificada para o Estado, que cresceu 38,9% no mesmo período.

Administração Pública foi o setor com maior volume de empregos formais, com 513 postos de trabalho, seguido pelo setor de Agropecuária com 447 postos em 2010. Somados, estes dois setores representavam 67,4% do total dos empregos formais do município.

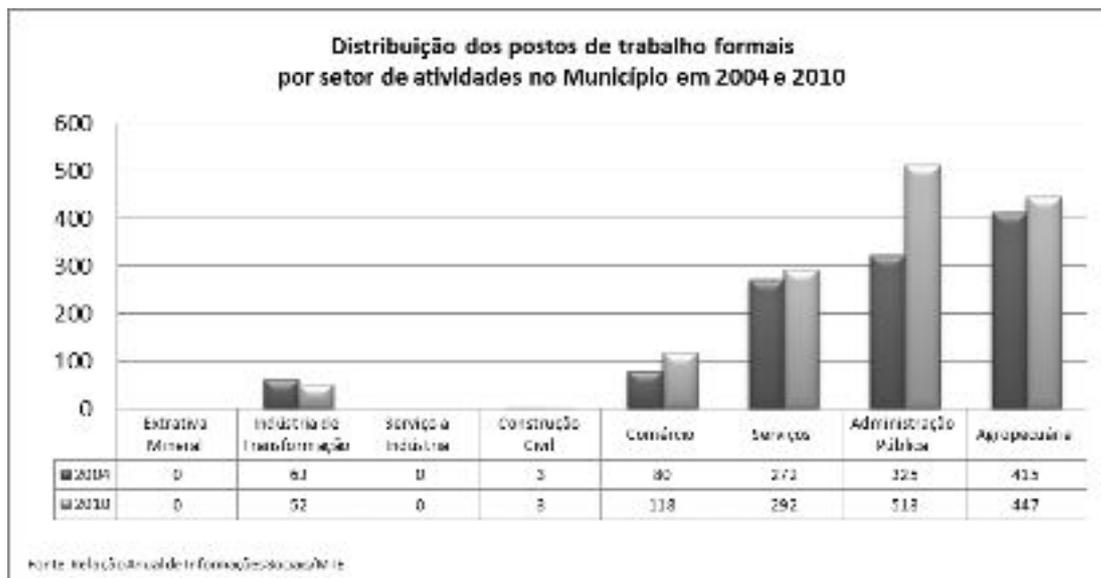
GRÁFICO 23 – ADMITIDOS E DESLIGADOS NO MUNICÍPIO – 2005 A 2012





O mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 1.425 postos, 23,1% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou abaixo da média verificada para o Estado, que cresceu 38,9% no mesmo período.

GRÁFICO 24 – DISTRIBUIÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHOS FORMAIS POR SETOR DE ATIVIDADES NO MUNICÍPIO EM 2004 E 2010



Os setores que mais aumentaram a participação entre 2004 e 2010 na estrutura do emprego formal do município foram Administração Pública (de 28,07% em 2004 para 36,00% em 2010) e Comércio (de 6,91% para 8,28%). A que mais perdeu participação foi Agropecuária de 35,84% para 31,37%.

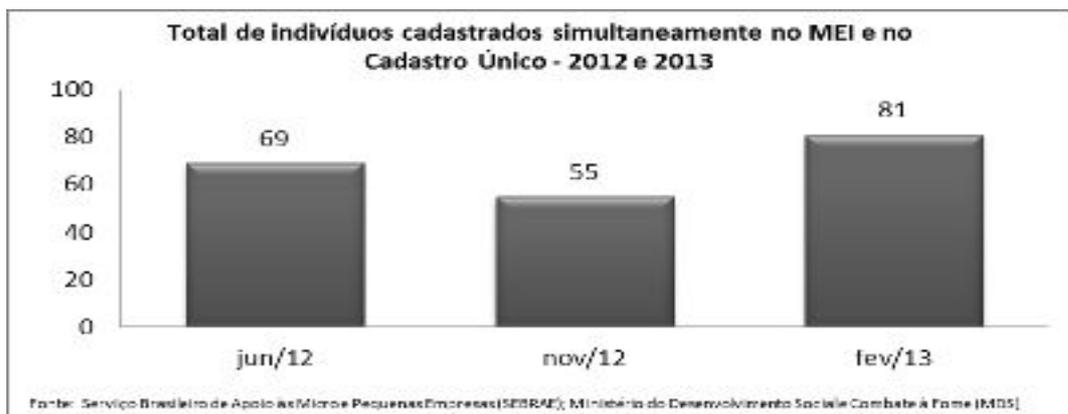
4.6 - INCLUSÃO PRODUTIVA

Além dos aspectos de cadastramento no Cadastro Único, no Bolsa Família e de atendimento sócio assistencial, é importante analisar, também, o perfil ocupacional dos indivíduos que fazem parte desse conjunto. Para isso, foram analisados os dados mais atualizados do programa de Micro-Empreendedores Individuais (MEI). Em fevereiro de 2013, o município contava com 291 pessoas cadastradas como MEI. Desse total, foi possível encontrar, também,



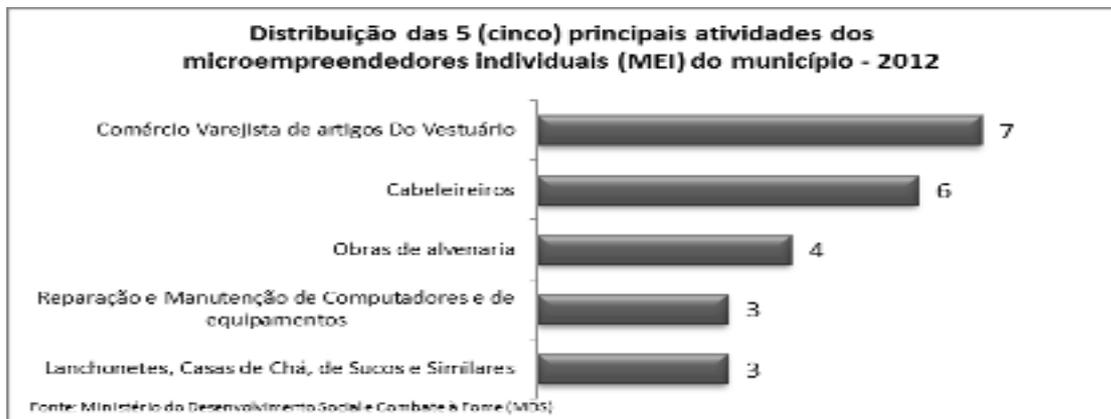
indivíduos cadastrados simultaneamente no Cadastro Único. O gráfico abaixo mostra a evolução do total destes indivíduos, que estão cadastrados tanto no Cadastro Único, quanto no MEI, para os meses de junho de 2012, novembro de 2012 e fevereiro de 2013:

GRÁFICO 25 – TOTAL DE INDIVÍDUOS CADASTRADOS SIMULTANEAMENTE NO MEI E NO CADASTRO ÚNICO – 2012 E 2013



Quando consideramos os indivíduos cadastrados simultaneamente no Cadastro Único e no programa MEI, foi possível observar, para São Félix do Araguaia, as 5 (cinco) principais atividades econômicas por eles desenvolvidas, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

GRÁFICO 26 – DISTRIBUIÇÃO DAS 5 (CINCO) PRINCIPAIS ATIVIDADES DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEI) DO MUNICÍPIO - 2012





4.6.1 - Produto Interno Bruto

GRÁFICO 27 – PRODUTO INTERNO BRUTO DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

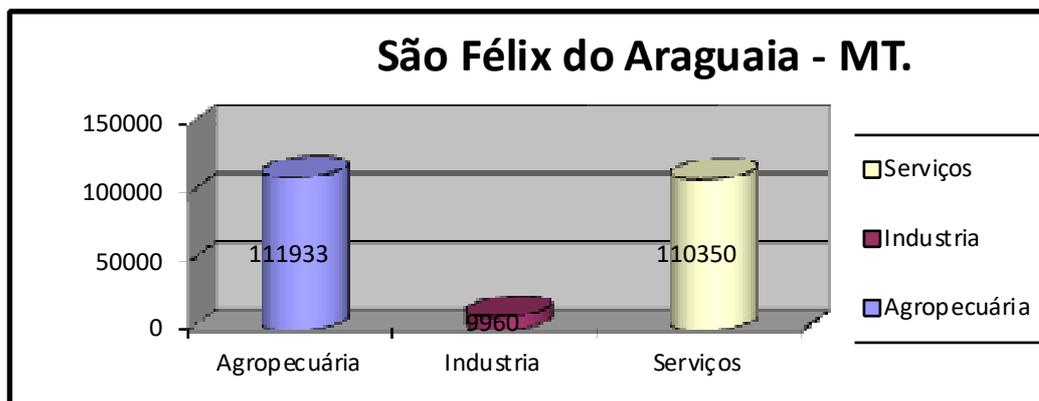


TABELA 4 – PIB – BRASIL, MATO GROSSO, SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

Variável	São Félix do Araguaia	Mato Grosso	Brasil
Agropecuária	111.933	10.743.851	105.163.000
Indústria	9.960	6.229.481	539.315.998
Serviços	110.350	16.418.854	1.197.774.001

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

4.6.2 - Renda

A renda per capita média de São Félix do Araguaia cresceu 42,47% nas últimas duas décadas, passando de R\$323,90 em 1991 para R\$ 415,77 em 2000 e R\$ 461,47 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 28,36% no primeiro período e 10,99% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 24,24% em 1991 para 20,59% em 2000 e para 21,51% em 2010. A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,62 em 1991 para 0,63 em 2000 e para 0,61 em 2010.



4.7 - O QUE É ÍNDICE DE GINI?

É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

4.7.1 - IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de São Félix do Araguaia é 0,668, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,151), seguida por Longevidade e por Renda. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,213), seguida por Longevidade e por Renda.

4.7.2 - Evolução - Entre 2000 e 2010

O IDHM passou de 0,569 em 2000 para 0,668 em 2010 - uma taxa de crescimento de 17,40%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 22,97% entre 2000 e 2010.

4.7.3 - Entre 1991 e 2000

O IDHM passou de 0,407 em 1991 para 0,569 em 2000 - uma taxa de crescimento de 39,80%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 27,32% entre 1991 e 2000.

4.7.4 - Entre 1991 e 2010

São Félix do Araguaia teve um incremento no seu IDHM de 64,13% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47,46%) e acima da média de crescimento estadual (61,47%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 44,01% entre 1991 e 2010.



4.7.5 - Economia

Destaca-se como uma das principais atividades econômicas do município de São Félix do Araguaia a pecuária de cria, recria e corte. Na agricultura, o solo fértil permite o cultivo de inúmeras culturas, dentre as quais o arroz, feijão, milho etc. A mandioca é outra cultura de destaque. O turismo está em crescente evolução, centrando no Rio Araguaia e suas praias magníficas chamam a atenção.

7. - TURISMO E CULTURA

O Rio Araguaia, que era o único caminho, hoje é ponto turístico com suas praias de todos os tamanhos. Há cantos e recantos mágicos onde a beleza e a paz predominam sempre, um colírio para os olhos e harmonia para a alma.

4.8.1 - Turismo Local

Localizada em frente à Ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do mundo, São Felix do Araguaia está numa região que convive com três ecossistemas do Mato Grosso, simultaneamente: Pantanal, Cerrado e Floresta Amazônica. Com uma riqueza peculiar de fauna e flora, de beleza incomum, é provida de praias paradisíacas e totalmente desertas, onde se pode desfrutar da natureza, ainda intocada pelo homem.

4.8.2- Temporada de Praia

No mês de julho quando acontece a Temporada de Praia, são realizados shows, exposições de arte regional, competições esportivas na areia e no rio e o FAC/ Festival Araguaia da Canção. Belíssimas praias, lagos profundos e rasos, atrativos da natureza local, são atrações irresistíveis para milhares de pessoas que vêm em busca do sol e do clima alegre de verão do Araguaia.



4.8.3 - Cultura e Artesanato do Povo Karajá

Na Ilha do Bananal, existe a aldeia Santa Isabel do Morro, dos Índios Karajá, exímios canoeiros, que conservam ainda suas tradições; como pinturas corporais. Arte plumária, artesanato em palha de buriti e cerâmica. Interessantes e atraentes são as festas Hetohokã e Aruanã, cerimônia tradicional de iniciação dos jovens guerreiros.

TABELA 5 - CALENDÁRIO TURÍSTICO E CULTURAL RESERVADO ÀS FESTAS NO MUNICÍPIO

Festividade	Período de realização	Objetivo	Localidade
Festejo de São Sebastião	Janeiro	Os festejos de São Sebastião acontecem entre os dias 10 e 20 de janeiro, e é definido como uma data cultural e turística na comunidade. Todos os anos os devotos da comunidade e município se reúnem para festejar a data como demonstração de religiosidade e fé.	Vila São Sebastião Distrito de São Félix do Araguaia
Carnaval	Fevereiro	O Carnaval é uma festa tradicional do município realizada todos os anos e recebe os foliões dos municípios vizinhos. O carnaval reúne uma série de significados e referências da identidade cultural neste momento que a cidade manifesta sua alegria mais espontânea caracterizada principalmente pela mistura de ritmos, cores e gostos que desfilamos blocos locais organizados.	Na sede do município
Aniversário da Cidade	13 de Maio	O aniversário de São Félix do Araguaia é comemorado do dia 13 de Maio. Todos os anos acontecem tradicionalmente o desfile cívico com a participação de todas as escolas do município e banda de música municipal. Geralmente há apresentações culturais e as barracas tradicionais que oferecem comidas típicas das regiões brasileiras e são exclusividade das escolas.	Na sede do município
Festas Juninas	Final de maio e junho	Durante o mês de Junho acontecem as festas juninas nas escolas, as festas fazem parte da tradição local. Além das escolas a associação de moradores do bairro Alagável também promove a festa com comidas típicas e a tradicional quadrilha. Os festejos juninos têm diferentes características em todo o país, desta forma podem se apresentar como instrumento cultural, lembrando tradições de cada região do Brasil.	Na sede do município e nas comunidades rurais



Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA
CNPJ/MF nº.: 03.918.869/0001-08
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA



Festejo de São Pedro	29 de junho	Dia 19 de junho são realizados os festejos de São Pedro na comunidade de Pontinópolis; no dia de São Pedro é feita uma comemoração com uma grande festa junina, com barracas típicas e bandas locais. Nesta ocasião acontecem várias queimas de fogos com danças e muitas comidas típicas além de relembrar a importância do valor religioso para a comunidade.	Comunidade de Pontinópolis
Festa do Divino Pai Eterno	Final de maio ou começo de junho	Todos os anos no final do mês de Maio ou começo de junho acontecem os festejos do Divino Pai Eterno; durante os festejos são celebradas missas e novenas; ocorrem acolhimento aos foliões do Divino Pai Eterno, e outros devotos. A devoção ao Divino Pai Eterno, que existe há mais de 170 anos, nasceu se consolidou e tem crescido a partir de Goiás e está presente nas festividades culturais do município.	Sede do município e em algumas comunidades rurais
Vaquejada	Data incerta	A Vaquejada é uma atividade recreativa-competitiva com características de esporte do Nordeste brasileiro, no qual dois vaqueiros a cavalo têm de alinhar o animal (boi) até emparelhá-lo entre os cavalos e conduzi-lo ao objetivo (duas últimas faixas de cal do parque de vaquejada), onde o animal deve ser derrubado. Em São Félix do Araguaia todos os anos acontece o evento no mês de maio/junho ou setembro no Parque de Exposições Kalliane, onde recebe vaqueiros amantes do esporte de todas as cidades vizinhas e outras regiões do Brasil.	Sede do município
Temporada de Praia	julho	Todos os anos durante o mês de Julho acontece a temporada de praia de São Felix do Araguaia. O evento conta com apresentações de shows locais, nacionais, atividades esportivas e recebe turistas de todo o Estado e País que esperam conhecer as belezas naturais da cidade. Incluso a temporada de praia acontece o Festival Araguaia da Canção que já é tradição na temporada de praia. O festival tem o objetivo de divulgar o potencial cultural e artístico do município, interagindo com outras culturas e artistas brasileiros, elevando o nome do município às diversas fronteiras, contudo atraindo os turistas para a nossa região.	Sede do município
Padroeira Nossa Senhora da Assunção	15 de agosto	No dia 15 de agosto acontece a festa religiosa da comunidade São felixense, a Festa da padroeira da cidade Nossa Senhora da Assunção. Anteriormente á data acontecem as novenas e missas nas residências dos devotos, terminando com uma festa na praça da Bíblia com programação recheada de atrações e barracas típicas.	



Festa do Senhor do Bonfim	10 a 15 de agosto	Durante os dias 10 à 15 de agosto todos os anos às margens do Rio Xavantinho na comunidade Patuska é comemorado os festejos do Senhor do Bonfim. Durante esses dias os devotos celebram novenas, rezas e festa popular tornando viva esta manifestação religiosa.	Comunidade rural denominada de Patuska as margens do rio Xavantinho
Festejo da Padroeira Nossa Senhora Aparecida	12 de outubro	No mês de outubro acontecem na comunidade de Espigão do Leste o festejo religioso em homenagem a padroeira local Nossa Senhora Aparecida. Antecedente o dia 12 a comunidade religiosa se reúne pra celebrações de missas, novenas e festejos com barracas típicas dentre outras programações.	Distrito de Espigão do Leste

8. ASPECTOS EDUCACIONAIS

5.1- Diretrizes, Objetivos e Prioridades do Plano Municipal de Educação

O Plano Municipal de Educação é um plano global para o Município, aprovado por lei e com prazo de cumprimento de **dez anos**, portanto superior ao mandato de duas administrações municipais. Mas não se trata de um plano de governo, nem tampouco abrange apenas uma rede de ensino pública (a municipal), considerando os diversos setores da administração pública e da sociedade, importantes para as questões educacionais.

O PME considera a Educação como um direito, um instrumento decisivo de desenvolvimento social e econômico, bem como fator relevante de inclusão social – destacando como importante, neste processo, a valorização dos profissionais da área. Com esses referenciais, e tendo também como referência o Plano Nacional de Educação, procura contemplar os quatro grandes eixos de aprendizagem necessários no mundo contemporâneo:

- Compreensão ampla de ideias e valores, indispensável ao exercício da cidadania;
- Aquisição de conhecimentos e habilidades cognitivas básicas, que assegurem o preparo para o desempenho profissional conforme os novos padrões tecnológicos;
- Desenvolvimento de atitudes e habilidades que permitam ao conjunto da sociedade apropriar-se dos instrumentos tecnológicos; e



- Formação de hábitos e valores que favoreçam ao convívio com mudanças e diferenças e promovam a solidariedade, a justiça e a rejeição das desigualdades sociais.

As metas e prioridades do PME também estão em conformidade com os objetivos estabelecidos pela *Constituição Federal* (em seu artigo 214):

- Erradicação do analfabetismo;
- Universalização do atendimento escolar;
- Melhoria da qualidade do ensino;
- Formação para o trabalho e
- Promoção humanística, científica e tecnológica do País.

Com base nesses princípios, objetivos gerais e prioridades constitucionais e levando em conta o diagnóstico realizado e as especificidades e necessidades locais selecionadas, este *Plano Municipal de Educação* apresenta, para os próximos dez anos, no âmbito do município de São Félix do Araguaia - MT:

- Diretrizes político-pedagógicas, objetivos e metas para cada nível e modalidade de ensino;
- Diretrizes e metas para formação e valorização do Ensino Fundamental, Médio e EJA, e demais profissionais da Educação;
- Mecanismos de acompanhamento e avaliação da Educação e Diretrizes para gestão e financiamento da Educação.

O Plano Municipal de Educação de São Félix do Araguaia também definiu os mesmos objetivos estabelecidos nacionalmente:

- A elevação global da escolaridade da população;
- A melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis;
- A redução das desigualdades sociais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na Educação pública e a democratização da gestão do ensino público.
- Garantia do Ensino Fundamental obrigatório de nove anos, em regime de colaboração com o Estado, a todas as crianças de 06 a 14 anos, assegurando o seu ingresso e permanência na escola e a conclusão desse nível. Esse nível de Educação Básica



desenvolverá esforços para oferecer a formação mínima para o exercício da cidadania e para aquisição e usufruto do patrimônio cultural da sociedade contemporânea. Buscar-se-á a progressiva oferta de ensino em tempo integral para as camadas sociais mais necessitadas a fim de reverter o quadro de discriminação e injustiça a que essas parcelas da população estão submetidas.

- Oferta de Educação Básica para jovens e adultos que não tiveram acesso ou que não concluíram o Ensino Fundamental e Ensino Médio na idade própria. A erradicação do analfabetismo está incluída nessa prioridade. A alfabetização dessa população é entendida no sentido de garantir o amplo domínio dos instrumentos básicos da cultura letrada, das operações matemáticas elementares, da evolução histórica da sociedade humana e brasileira e da diversidade do espaço físico e político mundial.
- Progressiva Universalização do Ensino Médio, com garantia de acesso a todos os jovens que completam a etapa anterior.
- Valorização dos Profissionais da Educação, com especial atenção a formação inicial dos professores da Educação Básica, ao incremento de uma política de oferta de formação continuada a esses profissionais ao longo da carreira e à garantia de condições adequadas de trabalho e salário, visando à melhoria permanente e promovendo a qualidade do ensino.
- Ampliação do atendimento à Educação Superior nos diferentes tipos de instituições do sistema de ensino. A elevação do padrão cultural, econômico, Tecnológico do país e do mundo requer a progressiva ampliação de acesso à Educação Superior nas suas diferentes modalidades, para assegurar à população de São Félix do Araguaia formação e condições para efetivar participação política, técnica, cultural e produtiva no interesse da sociedade brasileira.
- Progressiva Universalização da Educação Infantil, Direito da criança, mas opção da família, a Educação Infantil e sua importância no desenvolvimento físico, sócio-afetivo e cognitivo têm sido valorizadas pela sociedade.

Para cumprir esses objetivos educacionais qual a sociedade exige, o Plano Municipal de Educação prevê a necessidade de abertura institucional buscando parcerias com todos os setores da sociedade; a flexibilidade para incorporar soluções alternativas e novos modelos



para melhorar a qualidade da Educação; a capacidade para definir prioridades, na perspectiva da atuação de diferentes parceiros; o estabelecimento de exigências básicas de qualidade de ensino e a implementação de sistemas de avaliação e financiamento que permitam diminuir as desigualdades sociais.

Assim, com base nesses princípios, objetivos gerais e prioridades constitucionais e levando em conta o diagnóstico, as especificidades e necessidades locais, este plano traçará para os próximos **dez anos**, no âmbito do município de São Félix do Araguaia - MT, as diretrizes político-pedagógicas, os objetivos e metas para cada nível e modalidade de ensino; as diretrizes e metas para formação e valorização dos profissionais da Educação; os mecanismos de acompanhamento e avaliação da Educação e as diretrizes para a gestão e financiamento da Educação.

No PME de São Félix do Araguaia está pautado o cumprimento da Lei nº 10.639/2003 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio; o Parecer do CNE/CP 03/2004 que aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas; e a Resolução CNE/CP 01/2004, que detalha os direitos e as obrigações dos entes federados ante a implementação da lei compõem um conjunto de dispositivos legais considerados como indutores de uma política educacional voltada para a afirmação da diversidade cultural e da concretização de uma Educação das relações étnico-raciais nas escolas, desencadeada a partir dos anos 2000. É nesse mesmo contexto que foi aprovado, em 2009, o Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2009).

Aqui são apresentadas as metas propostas pelo PME, trazendo algumas análises e informações com o objetivo de aproximar, ainda mais, a sociedade e, sobretudo os gestores educacionais dos debates e desafios relativos à melhoria da Educação municipal, tendo por eixo os processos de organização e gestão da Educação, seu financiamento, avaliação e os desafios na efetivação de políticas do município com centralidade no PNE, PEE E PME de duração decenal.



5.2 - Dados Escolares

Nesta Etapa consideramos os dados numéricos para a análise mais especificamente educacional, ou melhor, aos dados referentes à Educação do Município, incluindo todas as Redes. Das 10 escolas do município, 7 (sete) oferecem o ensino fundamental de 1º a 9º ano; O município conta com 4 (quatro) Escolas do Campo, incluindo salas anexas em todos os Assentamentos de pequenos produtores rurais, ofertando o ensino fundamental a partir de 4 anos de idade e Ensino Médio em parceria com a Escola Estadual Tancredo Neves; 1 Escola de Educação Infantil, privada, em Espigão do Leste, 3 Escolas Estaduais na sede do município, sendo duas que atendem toda a Educação Básica na modalidade Regular e Educação de Jovens e Adultos e 1 que oferta apenas o Ensino Médio regular; Temos ainda 2 escolas privadas, na sede e 1 no distrito de Espigão do Leste e 1 Pólo Universitário-UAB (Universidade Aberta do Brasil). Abaixo relação das escolas municipais:

Escola Municipal de Educação Básica do Campo São Sebastião, distante 35 km da sede do município, atende toda a Educação básica a partir de 4 anos de idade, EJA e Ensino Médio. Ligada a escola estão 2 salas anexas, sendo elas: Carnaúba e Serra do Magalhães. Escola criada em 1979 pela Lei Municipal nº 27/79 de 27 de junho de 1979;

Escola Municipal de Educação Básica do Campo de Pontinópolis, distante aproximadamente 120 km da sede do município atende também toda a Educação Básica. Ligada a esta escola estão 3 salas anexas localizadas dentro do Assentamento Dom Pedro, denominadas, Escola Dom Pedro, Escola Sebastião Marques e Escola Osvaldo Borges; Criada em 1979 com a Lei Municipal nº 23/79 de 27 de junho de 1979;

Escola Municipal de Educação Básica do Campo Nova Suiá está localizada dentro do Assentamento Mãe Maria. Criada no ano de 1994 com a Lei Municipal nº 220/94 de 30 de junho de 1994. Funcionou até o ano de 2012 no extinto distrito de Estrela do Araguaia; O distrito foi extinto após mais de 20 anos de disputa judicial entre índios xavante e a população



que ocupavam aquela área. Com o desfecho da disputa os indígenas venceram a causa e todas as famílias daquela localidade foram retiradas.

Com essa ação a escola sede foi totalmente destruída e toda documentação transferida para a Escola de Pontinópolis, local mais próximo. No ano de 2014 a Secretaria Municipal de Educação, deste município, deu início ao processo de transferência da sede da escola para as salas remanescentes ligadas a sede, sendo elas Imbu e Farandu, que já funcionavam dentro do assentamento P.A. Mãe Maria. Além dessas, há outra sala anexa, localizada na Fazenda Rio Preto, que atende crianças dos anos iniciais;

Escola Municipal de Educação Básica Alberto Nunes da Silveira. Localizada no Distrito de Espigão do Leste distante 220 km da sede do município oferta toda a Educação Básica. É a maior escola do município e foi criada através da Lei Municipal nº 454/2003 de 29 de outubro de 2003. Possui apenas uma sala anexa na Fazenda Agrovás;

Escola de Educação Infantil temos a Creche Municipal Dona Elza Mendes de Freitas que atende crianças de 4 a 6 anos de idade, Pré Escolar, criada no ano de 2004, Lei Municipal nº 482/2004 de 16 de setembro de 2004;

Creche Municipal Dona Tunica criada através da Lei Municipal nº 206/93 de 15 de setembro de 1993, recebe e atende crianças de 1 a 3 anos de idade.

5.3 - Diagnóstico

A Constituição Brasileira define que o acesso ao ensino fundamental é obrigatório e gratuito e direito público subjetivo: o não oferecimento pelo Poder Público ou sua oferta irregular, implica responsabilidade de autoridade competente. O artigo 208 da Constituição Brasileira preconiza ainda, a garantia de sua oferta, inclusive para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. É o básico da formação do cidadão de acordo com a LDB (Lei n.º 9.394/96, artigo 32) e, portanto, é prioridade oferecê-la a toda a população.

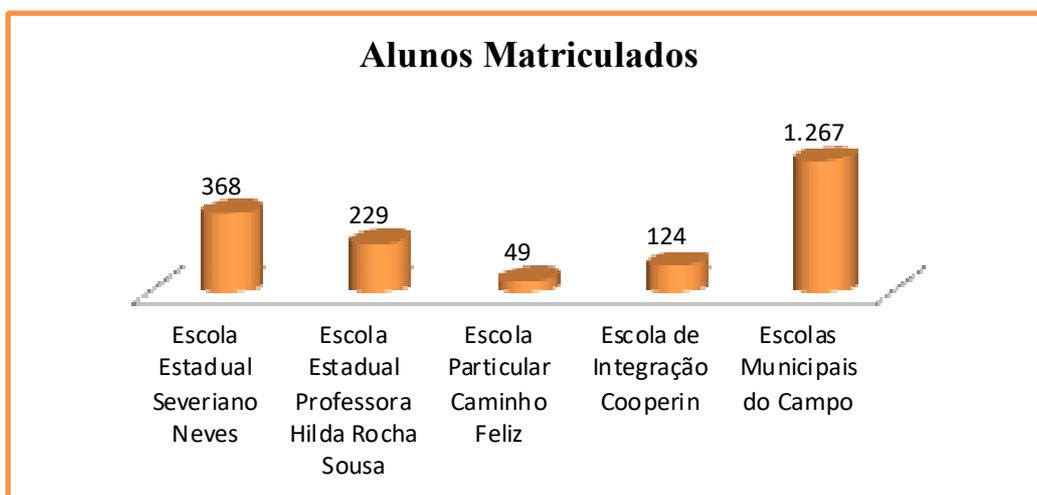
No município, o ensino fundamental é ofertado em 8 escolas, das quais 4 são da rede municipal, 2 da rede estadual e 3 da rede privada.



A rede municipal oferece o ensino fundamental através da proposta de ciclos de formação, primeiro, segundo e terceiro ciclo com duração de três anos, composto de 3 fases. Os três ciclos compreendem do 1º a 9º ano do Ensino Fundamental.

No total, estão sendo atendidos, em 2015, 2.037 alunos, distribuídos nas escolas, deste município com uma média de 12 a 35 alunos por turma, conforme gráfico:

GRÁFICO 28 – ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR - 2015

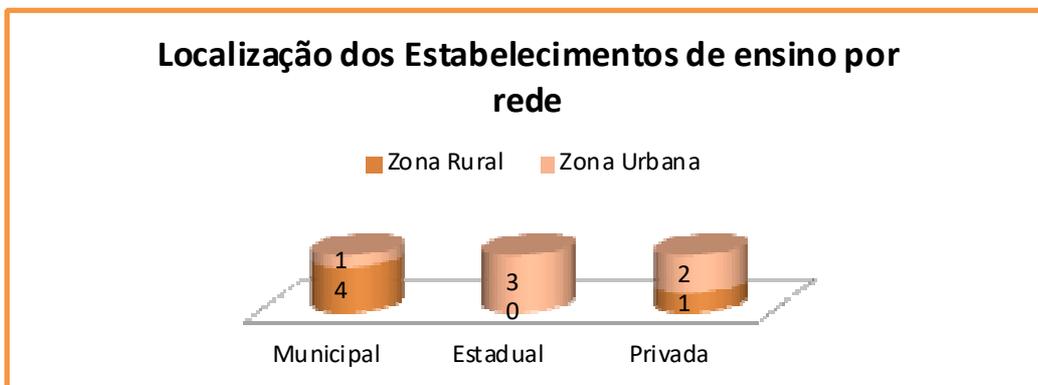


Fonte: Arquivos das Escolas – 2015

Conforme o gráfico acima é possível constatar que o número maior de alunos está concentrado nas escolas da rede municipal do campo, com o número de 1.267 matriculados. Em seguida está a Escola Estadual Severiano Neves com 368, ou seja, com 246 alunos a menos que as municipais do campo. Em terceiro lugar aparece a Escola Estadual Professora Hilda Rocha Sousa com 229 alunos matriculados. Segue em quarto lugar a Escola de Integração Cooperin com 124 alunos, e por último, a escola com o menor número de alunos, a Escola Particular Caminho Feliz com apenas 49 alunos matriculados.



GRÁFICO 29 – LOCALIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO POR REDE

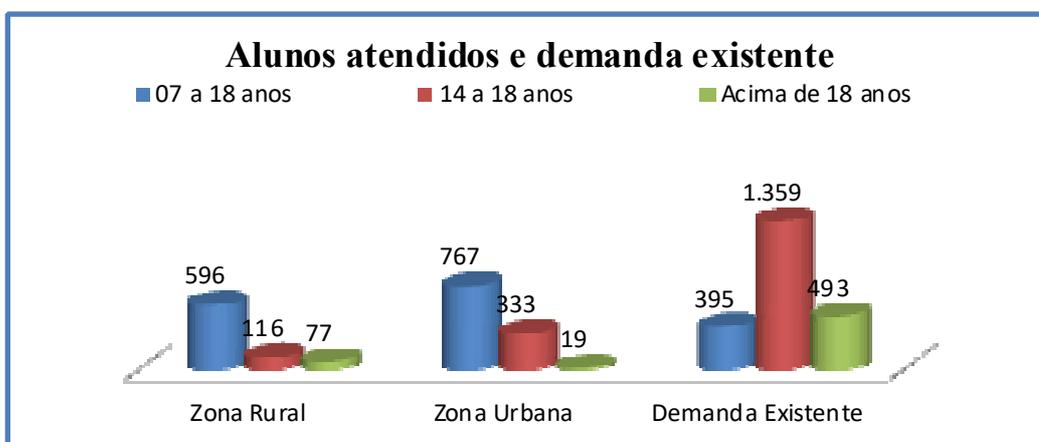


O gráfico acima nos mostra a existência de 11 estabelecimentos de ensino no Município de São Félix do Araguaia, sendo que 5 estão situados na zona rural e 6 na zona urbana.

Dos 5 estabelecimentos de ensino situados na zona rural 4 desses são da rede municipal de ensino e apenas um da rede privada, podendo constatar que na zona rural não há nenhum estabelecimento de ensino da rede estadual, há apenas salas anexas ligadas a Escola Estadual, porém funciona nos estabelecimentos da rede municipal.

Os estabelecimentos de ensino situado na zona urbana ofertam as 3 modalidades de ensino: Municipal (Ed. infantil), Estadual (Ensino Fundamental e Médio) e Privada (Ed. Infantil e Ensino Fundamental).

GRÁFICO 30 – ALUNOS ATENDIDOS POR FAIXA ETÁRIA NO MUNICÍPIO E DEMANDA EXISTENTE



*Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. **Arquivos das escolas.



Os dados do gráfico acima mostram os alunos atendidos na faixa etária de 7 a 18 anos, 14 a 18 e acima de 18 anos e a demanda existente no município de cada faixa etária. Conforme é demonstrado, são atendidos o total de 1.363 (mil e trezentos e sessenta e três) alunos na faixa etária de 7 a 18 anos, mas que ainda há uma demanda de 395 (trezentos e noventa e cinco) alunos que não estão sendo atendidos nessa faixa etária. Dos alunos na faixa etária de 14 a 18 anos, são atendidos 449 (quatrocentos e quarenta e nove), mas que há uma demanda bastante significativa de 1.359 (mil trezentos e cinquenta e nove), o que representa atendimento à apenas 33,03% aproximadamente, dessa forma deixando uma demanda aproximada de 66,97% sem atendimento. Na faixa etária acima de 18 anos estão sendo atendidos apenas 96 (noventa e seis) alunos, gerando uma demanda de 493 (quatrocentos e noventa e três) alunos sem atendimento. Do total dos 1.363 (mil trezentos e sessenta e três) alunos na faixa etária dos 7 aos 18 anos que estão sendo atendidos, 596 (quinhentos e noventa e seis) estão sendo atendidos nas escolas da zona rural e 767 (setecentos e sessenta e sete) nas escolas da zona urbana. Dos 449 (quatrocentos e quarenta e nove) atendidos na faixa etária de 14 a 18 anos, 116 (cento e dezesseis) estão sendo atendidos na zona rural e 333 (trezentos e trinta e três) nas escolas da zona urbana. Dos alunos que estão sendo atendidos na faixa etária acima dos 18 anos, esses estão distribuídos da seguinte forma, 77 (setenta e sete) estão sendo atendidos nas escolas da zona rural e 19 (dezenove) nas escolas da zona urbana do município de São Félix do Araguaia.

TABELA 6 - TAXA DE ANALFABETISMO EM SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

2000	2010
10.687	10.625
9,6%	8,33

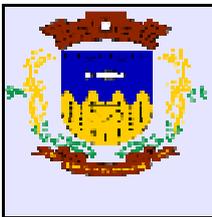
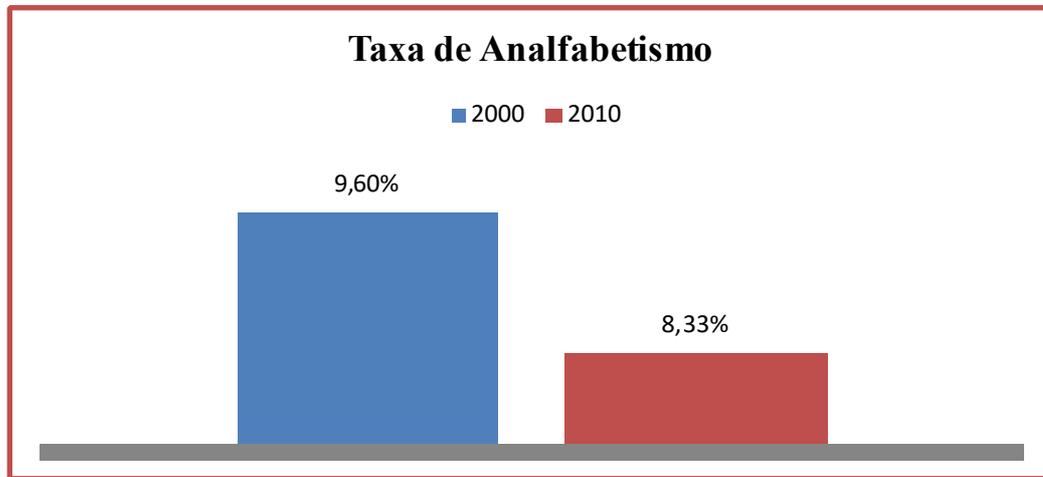


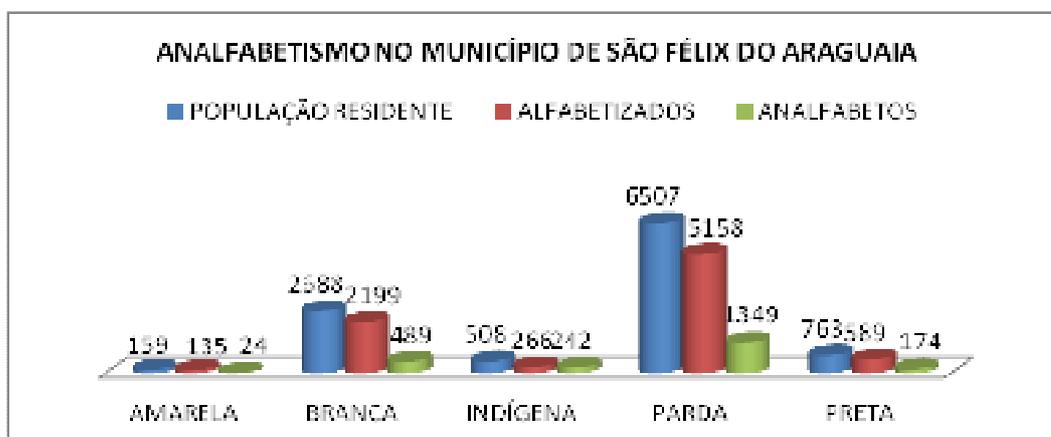
GRÁFICO 31 – TAXA DE ANALFABETISMO



Fonte: <http://datasus.gov.br>

Conforme a tabela acima de acordo com os dados do censo de 2000 e 2010, mostra que houve uma queda na taxa de analfabetismo; a população no primeiro (2000) era de 10.687 pessoas e a taxa de analfabetismo era de 9,6%. Porém com os dados populacionais do censo de 2010 totalizou 10.625 habitantes, mostrando uma queda na quantidade da população, mas, porém houve um avanço na redução da taxa de analfabetismo de 1,27%, que foi de 9,6% para 8,33%. Esses índices demonstram que o município tem implementado ações para combater o analfabetismo, porém, apesar desses esforços, ainda se faz necessário mais avanços para eliminar esse estigma da nossa sociedade.

GRÁFICO 32 - TAXA DE ANALFABETISMO POR COR/RAÇA/ETNIA



Fonte: IBGE 2010



Os dados acima nos mostram que de uma população de 10.625 pessoas, 8.347 são alfabetizadas e 2.278 são analfabetas, representando um percentual de aproximadamente de 21,44% de analfabetos. Nos mostra ainda que desses 2.278 analfabetos estão distribuídos por cor/raça e etnia, observe:

Amarela = 24 pessoas, o que representa aproximadamente 1,05% (um e meio por cento) dos analfabetos;

Branco = 489 pessoas, o que representa aproximadamente um percentual de 21,47% (vinte e um e quarenta e sete por cento);

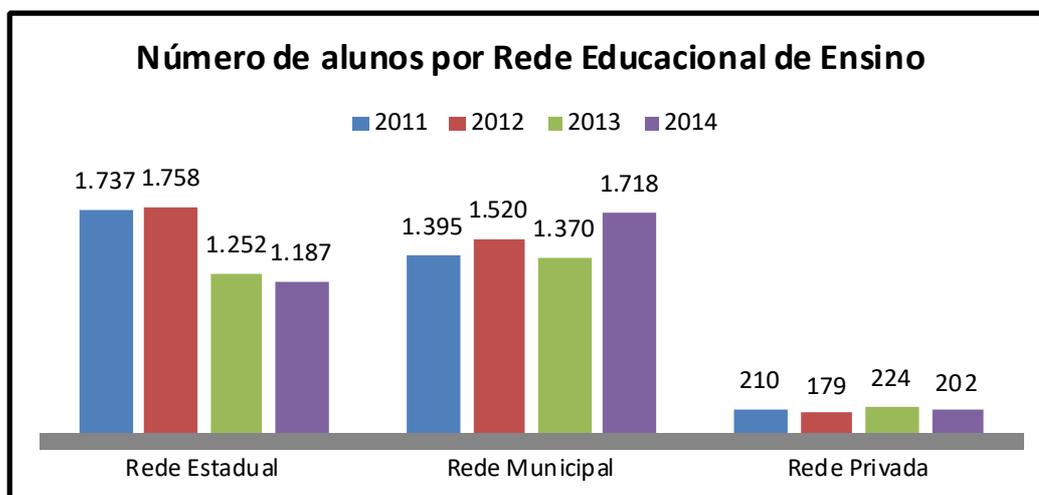
Indígena = 242 pessoas, o que representa um percentual de aproximadamente 10,62% (dez e sessenta e dois por cento);

Parda = 1.349 pessoas, representando aproximadamente 59,22% (cinquenta e nove e vinte e dois por cento);

Preta = 174 pessoas, com o percentual de aproximadamente 7,64% (sete sessenta e quatro por cento).

MATRICULA DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA POR REDE EDUCACIONAL DE ENSINO NOS ÚLTIMOS 04 ANOS

GRÁFICO 33 – NÚMERO DE ALUNOS POR REDE EDUCACIONAL DE ENSINO





Fonte: <http://portal.inep.gov.br>

Através do gráfico acima é possível constatar que o número de alunos atendidos na rede municipal de ensino tem elevado consideravelmente no último ano (2014) se compararmos às demais redes. Observem no gráfico os dados do primeiro ano (2011) e do último ano (2014) das três redes de ensino. Em 2011 a rede estadual tinha aproximadamente 19,7% alunos a mais que o município e este com aproximadamente 84,95% a mais que a rede privada. Nos índices de 2014 como é mostrado no gráfico, a rede estadual de ensino com menos alunos que a rede municipal de ensino e a rede privada diminuindo a cada ano. É evidente esses dados, pois em 2014 a rede estadual está com aproximadamente com 31% de alunos a menos que o município que elevou o número de alunos e aproximadamente 18,80%; a rede privada reduziu o número de matrículas em aproximadamente 9,9%. É frequente o rodízio das famílias dentro do próprio município e também na região do Araguaia, razão pela qual os dados oscilam ano a ano.

9. 5.4- ETAPA: EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil constitui, hoje, um segmento importante do processo educativo. Sua trajetória no Brasil tem mais de cem anos, mas só nas últimas duas décadas seu crescimento alcançou significação maior. Vários fatores contribuem para a sua expansão no mundo, entre os quais se destacam: os avanços do conhecimento científico sobre o desenvolvimento da criança, a participação crescente da mulher na força de trabalho extra - domiciliar, a consciência social sobre o significado da infância e o reconhecimento por parte da sociedade, do direito da criança em seus primeiros anos de vida, assim como a compreensão por parte da sociedade de que a aprendizagem se dá desde o nascimento, sendo os primeiros anos de sua vida a fase em que a criança se apresenta mais propícia à aprendizagem.

Para compreender este processo é preciso partir do pressuposto de que o sentimento e a valorização, atribuídos à infância, têm determinado historicamente, a partir das modificações econômicas e políticas da estrutura social. Neste sentido, a ideia de infância não existiu sempre da mesma maneira. Ela aparece com a sociedade capitalista na medida em que muda a



inserção e o papel social, desempenhado pela criança na comunidade. Na sociedade urbana industrial, a criança precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para atuar futuramente. As transformações econômicas culturais e políticas trouxeram modificações no papel da mulher na sociedade, justificando a necessidade da criação de Centros de Educação Infantil.

No Brasil, entre as décadas de 1920 e 1930, com a chegada dos trabalhadores imigrantes é que começou o movimento operário por maiores condições de trabalho e existência de locais de guarda e atendimento das crianças durante o trabalho das mães. Contudo até a década de 1950 trabalhadores imigrantes, é que começou o movimento operário, por melhores condições de trabalho e existência de locais para a guarda e atendimento das crianças durante o trabalho das mães. Contudo, até a década de 1950, as poucas creches, fora das indústrias, eram de responsabilidade de entidades filantrópicas laicas ou religiosas - de caráter assistencial-protetoral. Nesse período, prevalecia à preocupação com a questão da saúde. No entanto, era preciso, também, organizar instituições para evitar a marginalidade e a criminalidade dos mais carentes.

A Educação das crianças de zero a seis anos, ao longo da história, vem modificando o seu papel, constituindo-se como uma necessidade. A CLT (Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943), determinou que as empresas oferecessem um espaço para atender os filhos de mães operárias, em período de amamentação. Essa determinação é referendada pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional de 1961 (Lei nº 4.024/61), com a inclusão da Educação Infantil no sistema de ensino, considerando o artigo 23 que "A Educação Infantil destina-se aos menores de seis anos, e será ministrada em escolas maternais ou jardins de infância", e o artigo 24 que "As empresas, que tenham a seu serviço, mães de menores de sete anos, serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperações com os poderes públicos, instituições de Educação Infantil".

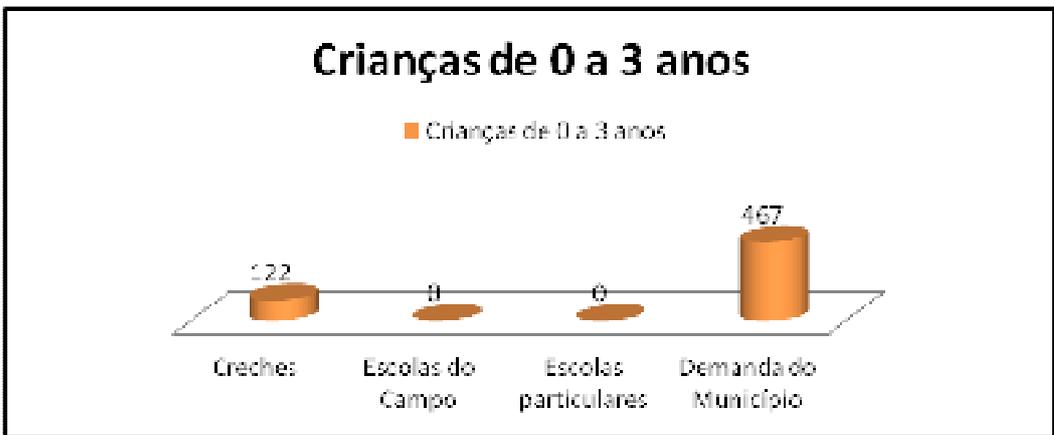
5.4.1 - Crianças de 0 a 3 Anos Atendidas e Demanda Existente

É demonstrado no gráfico abaixo o número de crianças de 0 a 3 atendidas no município de São Félix do Araguaia, é possível observar através dos dados apresentados que a demanda



sem atendimento é muito grande em relação às crianças atendidas nessa faixa etária. As creches municipais atende 122 crianças e há uma demanda de 467 crianças sem atendimento, o que representa um percentual no atendimento de apenas 20,71% dessa população, há então uma demanda de 79,29% das crianças de 0 a 3 anos no município. Vale ressaltar que conforme o gráfico abaixo apenas as creches ofertam atendimento as crianças nessa faixa etária.

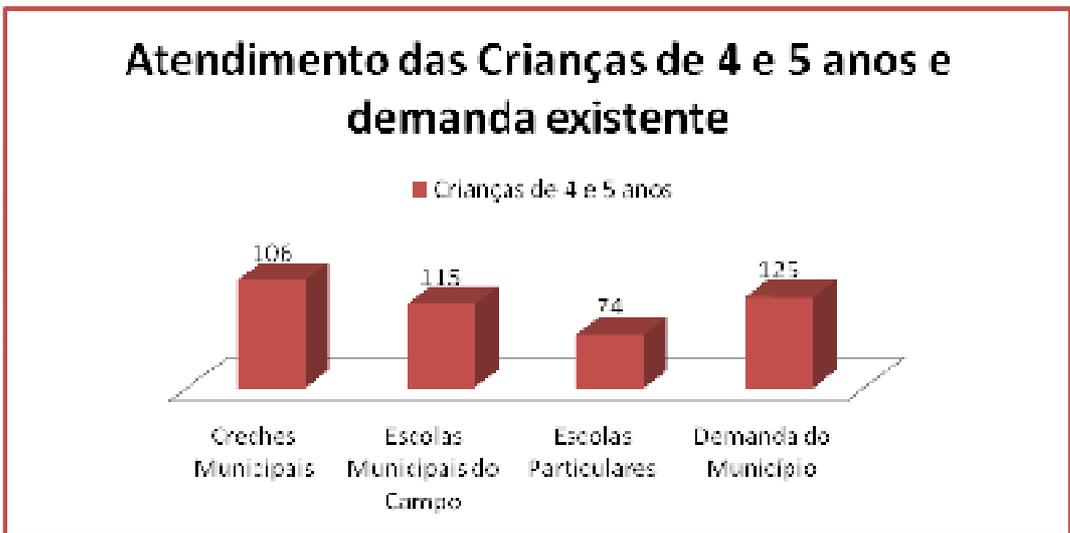
GRÁFICO 34– CRIANÇAS ATENDIDAS DE 0 A 3 ANOS E DEMANDA EXISTENTE 2015



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Arquivos das escolas. <http://www.foradaescolanaopode.org.br>

CRIANÇAS DE 4 e 5 ATENDIDAS E DEMANDA EXISTENTE

GRÁFICO 35 – CRIANÇAS ATENDIDAS DE 4 E 5 ANOS E DEMANDA EXISTENTE 2015



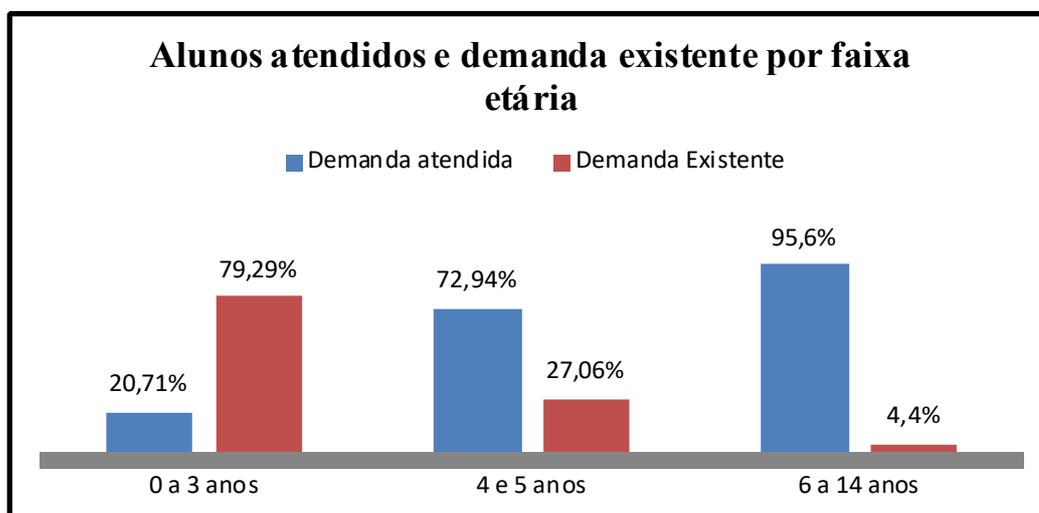


*Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.**Arquivos das escolas. ***<http://www.foradaescolanaopode.org.br>

Os dados do gráfico acima apresentam o número de crianças atendidas na rede educacional de ensino na faixa etária de 4 e 5 anos, bem como a demanda do município. Conforme é apresentado, constata-se que apenas a rede municipal e privada ofertam atendimento para as crianças nessa faixa etária. O município atende à uma demanda de 295 crianças, dessas 106 são atendidas na zona urbana do município nas creches municipais e 115 nas escolas municipais do campo. As escolas da rede privada atende apenas 74 crianças de 4 e 5 anos. Porém há no município uma demanda de 125 crianças, o que representa um percentual 25,56% do total das crianças existentes no município de São Félix do Araguaia.

5.4.2 - ATENDIMENTO NA REDE EDUCACIONAL POR FAIXA ETÁRIA NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANO 2014

GRÁFICO 35 – ALUNOS ATENDIDOS POR FAIXA ETÁRIA E DEMANDA EXISTENTE



Fonte: <http://www.ibge.gov.br> <http://foradaescolanaopode>

A cobertura potencial nas redes educacionais de ensino do município de São Félix do Araguaia, referente ao atendimento às crianças de 0 a 3 anos corresponde à 20,71% da população nessa faixa etária, porém há uma demanda de 79,29% que está sem atendimento.

Os dados do gráfico acima sobre o atendimento e demanda das crianças na faixa etária de 4 e 5 anos nos mostram que o município de São Félix do Araguaia está atendendo à uma



demanda de 72,94% e que ainda existe uma população significativa, correspondendo a 27,06% sem atendimento, totalizando 462 crianças nessa faixa etária.

Quanto ao atendimento às crianças na faixa etária de 6 a 14 anos, a cobertura é de 95,6%, ainda existindo 4,4% de crianças fora da escola.

5.5 ETAPA: ENSINO FUNDAMENTAL

As diretrizes norteadoras do Ensino Fundamental do município baseiam-se na Constituição Federal, na LDB, nas Diretrizes Curriculares Nacionais, no Plano Nacional de Educação, nas Deliberações do Conselho Estadual de Educação e dizem respeito a:

- Assegurar a universalização do atendimento a toda clientela do Ensino Fundamental, garantindo o acesso e permanência, com sucesso, de todas as crianças na escola.
- Garantir à ampliação do atendimento do ensino fundamental de nove anos, adequando as escolas, de acordo com as orientações das normas vigentes do Conselho Estadual de Educação do Mato Grosso, ofertando capacitação aos profissionais municipais da Educação para a aplicação desta proposta.
- Implantar um sistema de avaliação, para diagnosticar o nível de desempenho dos alunos da rede municipal de ensino e desenvolver ações, direcionadas à superação das dificuldades, apresentadas, com objetivo de melhorar a qualidade do ensino, discutindo com a Rede Pública Estadual e Privada;
- Assegurar o atendimento, na rede municipal de ensino, aos alunos com defasagem no processo de aprendizagem, por meio de programas e/ou medidas de acompanhamento psicopedagógico e pedagógico, orientados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- Promover programas de integração entre escola e pais, visando efetivar o seu acompanhamento no rendimento escolar de seus filhos;



- Assegurar um programa de capacitação continuada aos profissionais da Educação da rede municipal de ensino, através de cursos, seminários, oficinas, grupos de estudo e palestras, abrindo parceria para as demais Redes de Ensino;
- Promover a participação da comunidade na gestão das escolas da rede municipal, buscando fortalecimento dos conselhos escolares, nas unidades escolares municipais.
- Promover a participação dos membros das APM's e dos Conselhos Escolares da rede municipal de ensino em cursos de capacitação, seminários e palestras com temas que tratem sobre o papel da comunidade na gestão democrática, cidadania, entre outros, de interesse específico dos colegiados.
- Garantir a participação dos profissionais da Educação e da comunidade escolar, na revisão permanente da Proposta Pedagógica e do Regimento Escolar das instituições de ensino da Rede Municipal de Ensino, com observância das Diretrizes Curriculares Nacionais e da proposta curricular em vigência para o Ensino Fundamental.
- Assegurar o pleno funcionamento do Ensino Fundamental da rede municipal das escolas do campo, com professores capacitados para atender as especificidades da Educação no campo.
- Assegurar e expandir gradativamente o atendimento da Educação, em tempo integral, nas escolas municipais, como contra-turno social, visando a complementação da Educação do ensino regular de modo a atender 100% das Escolas até o término deste Plano;
- Garantir a ampliação e adequação do espaço físico das bibliotecas das escolas da rede municipal de ensino.
- Garantir a readequação da estrutura física interna e externa das escolas na rede municipal de ensino, principalmente a superação das barreiras arquitetônicas, permitindo aos alunos com necessidades educacionais especiais a acessibilidade.



- Assegurar o ingresso aos professores de Educação física, com formação específica na área, para atuar nas escolas da rede municipal de ensino.
- Assegurar a oferta de aulas de xadrez e o ensino da língua estrangeira a partir dos primeiros anos de escolaridade para os alunos do ensino fundamental da rede pública municipal, com professores capacitados nesta área.
- Assegurar o provimento da merenda escolar de qualidade aos alunos do Ensino Fundamental, garantindo o acompanhamento de um profissional de nutrição.
- Assegurar o transporte escolar às escolas do campo e localidades distantes, quando necessário, conforme critérios definidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em conformidade com a Lei Federal, Estadual e Municipal do Transporte Escolar.

5.5.1 - ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO – ANOS INICIAIS - IDEB

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) combina dois indicadores usualmente utilizados para monitorar nosso sistema de ensino:

- Indicadores de fluxo (promoção, repetência e evasão) e
- Pontuações, em exames padronizados, obtidas por estudantes ao final de determinada etapa do sistema de ensino.

Objetivo

Mostrar as condições do ensino no Brasil, numa escala de 0 (zero) a 10 (dez), determinando o prazo e a forma de como chegar.

- Detectar escolas e/ou redes de ensino cujos alunos apresentem baixa performance em termos de rendimento e proficiência;



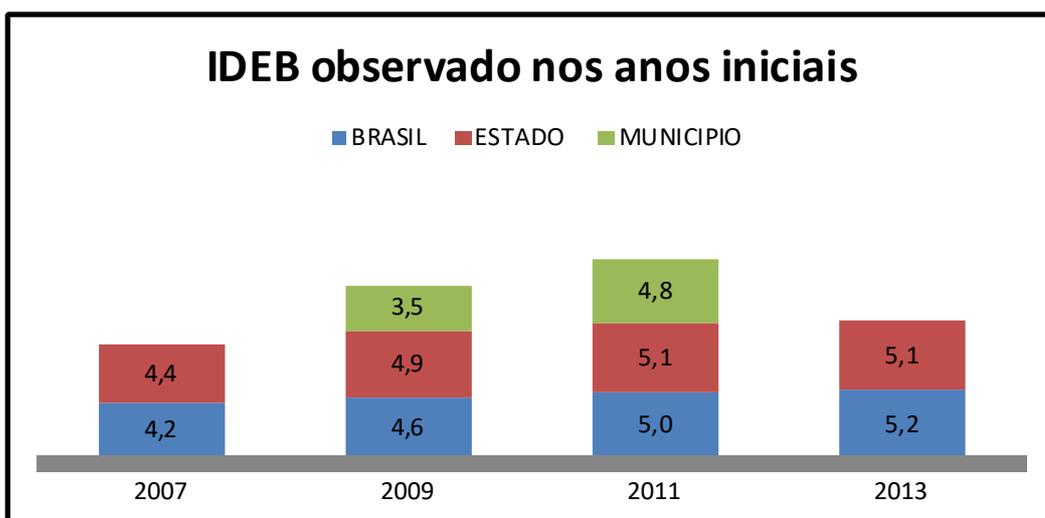
- Monitorar a evolução temporal do desempenho dos alunos dessas escolas e/ou redes de ensino;
- Foi fixada a média 6,0 para ser atingida até 2022, utilizando a metodologia do IDEB como base, observando que esta média foi atingida pelos 20 países melhores colocados no ranking mundial.

Cálculo do IDEB

Utiliza o ano do exame (Saeb ou Prova Brasil) e Censo Escolar;

- Média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre 0 (zero) e 10 (dez), dos alunos da Unidade Educativa, obtida em determinada edição do exame realizado ao final da etapa de ensino;
- Indicador de rendimento, baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos da Unidade Educativa (Ensino Fundamental e Médio).

GRÁFICO 36 – IDEB OBSERVADO NOS ANOS INICIAIS – BRASIL, ESTADO E MUNICÍPIO.

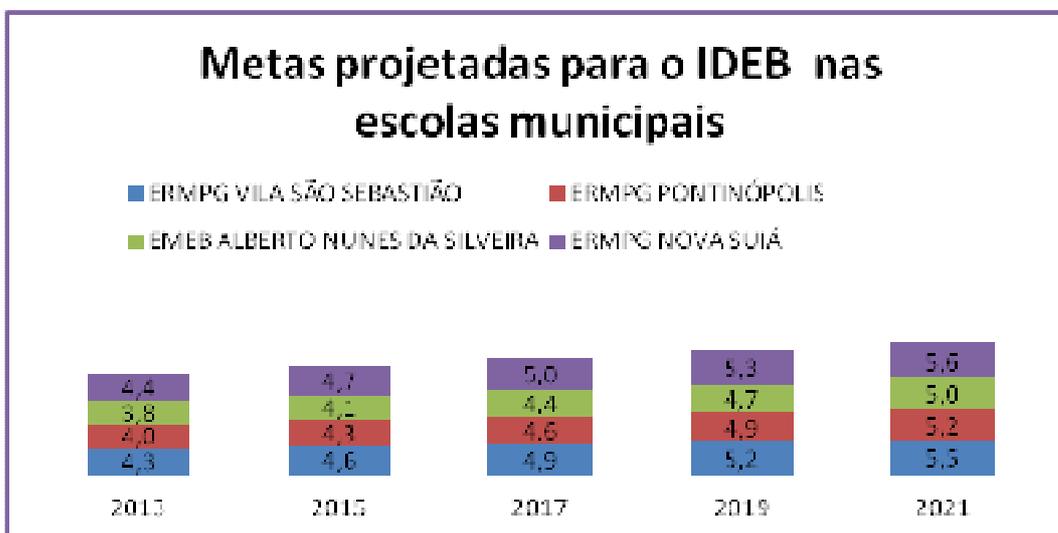


Fonte: www.qedu.gov.br



Os resultados apresentados pelo gráfico acima demonstram que houve uma elevação no IDEB do município nas escolas municipais de 2009 para 2011; um aumento de aproximadamente 37,2%, porém apesar da meta estabelecida para 2013 e dos alunos da Escola Municipal de Educação Básica Alberto Nunes da Silveira ter participado da Prova Brasil, o número de alunos que realizaram tal prova não foram suficientes para a amostragem e tais resultados não foram divulgados.

GRÁFICO 37 - METAS PROJETADAS PARA O IDEB DAS ESCOLAS MUNICIPAIS 2013 À 2021



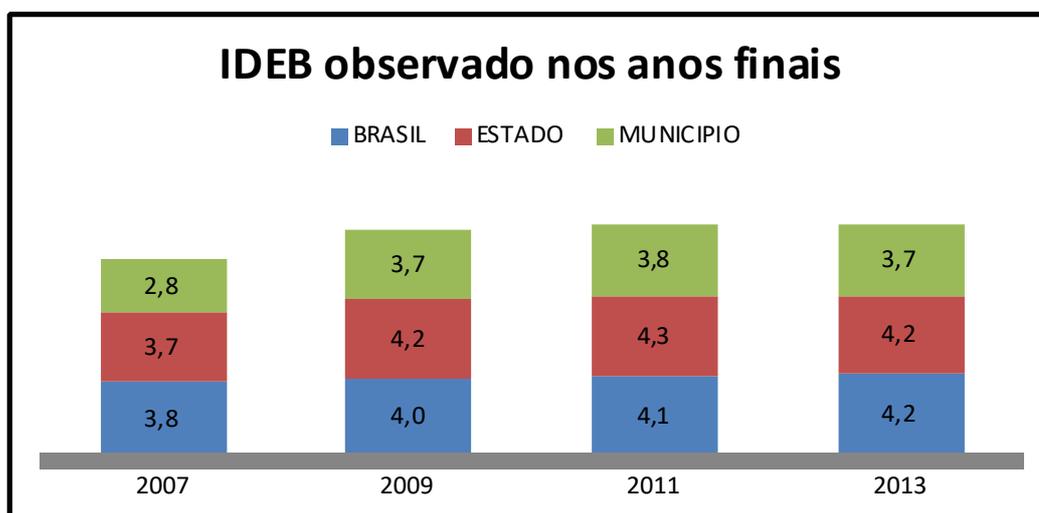
Fonte: www.qedu.gov.br

Mesmo os dados de 2013 não sendo divulgados porque a escola que realizou a Prova Brasil não atingiu o número mínimo de alunos para realizar a amostragem, há metas projetadas para o município e são apresentadas acima no gráfico; percebe-se que os maiores índices projetados são para a Escola Municipal de Educação Básica do Campo Nova Suiá, em segundo lugar os maiores índices esperados são para a Escola Municipal de Educação básica do Campo São Sebastião, em terceiro lugar está a Escola Municipal de Educação Básica do Campo de Pontinópolis e por último está a Escola Municipal de Educação Básica Alberto Nunes da Silveira, com esses dados conclui-se que a escola com metas projetadas com índices mais elevados, é a escola que apresenta melhor índice de desenvolvimento da Educação básica.



5.5.2 - ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO – ANOS FINAIS

GRÁFICO 38– IDEB OBSERVADO NOS ANOS FINAIS – BRASIL, ESTADO E MUNICÍPIO

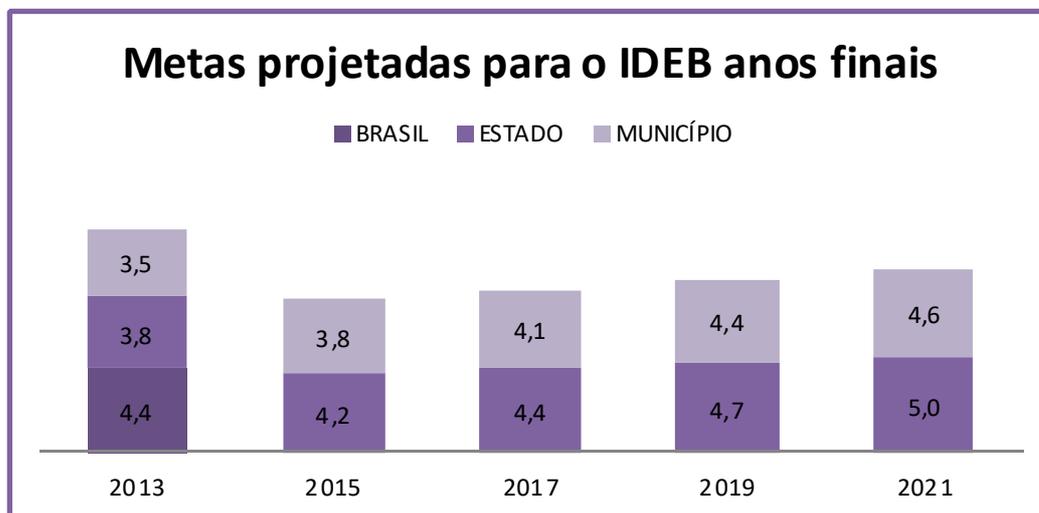


Fonte: www.inep.gov.br

O IDEB apresentado no gráfico acima são dos anos finais da Educação básica e através dos dados é evidente que os índices são mais baixos em relação aos anos iniciais apresentados anteriormente. Tanto estado, quanto o município do ano de 2011 para o ano de 2013 houve uma queda nesses índices, concluindo dessa forma que a proficiência dos alunos nos anos iniciais é melhor que a dos anos finais.



GRÁFICO 39 - METAS PROJETADAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA PARA O MUNICÍPIO NO ENSINO PÚBLICO DE 2013 A 2021 NOS ANOS FINAIS



Fonte: www.inep.gov.br

Diante dos dados acima as metas projetadas para o Município de São Félix do Araguaia para os anos finais do ensino fundamental, é notório que se precisa avançar e muito no que se refere à proficiência dos alunos, em especial aos dos anos finais, que apresentaram menor rendimento/índice. Fazendo um paralelo entre os anos iniciais apresentados anteriormente que o índice foi de 4,8 (tomando como referência o ano de 2009), o dos finais o índice foi de 3,7, havendo uma diferença dos anos iniciais de 1,1 na nota do IDEB, representando um percentual de aproximadamente 4,84% a mais nos anos iniciais.

10.5.6 ETAPA: EDUCAÇÃO DO CAMPO

“Educação do campo não é somente um projeto educativo, uma modalidade de ensino, ela é uma perspectiva de transformação social, um horizonte de mudança nas relações sociais não só no campo, mas na sociedade brasileira, projetada pelos sujeitos coletivos de direito que a protagonizam” (MOLINA).



5.6.1 - Histórico sobre a Educação do e no Campo

A escola no campo brasileiro vem sendo construída com e na luta dos trabalhadores e trabalhadoras do campo pelos direitos básicos, entre eles, a Educação.

Embora o Brasil seja um país de origem predominantemente agrário, a Educação do Campo demorou ser reconhecida como uma modalidade que requer um olhar diferenciado. Não houve historicamente para o sistema de Educação no meio rural, diretrizes políticas e pedagógicas específicas que regulamentasse como a escola do campo deveria funcionar, e nem dotação financeira que possibilitasse a institucionalização e manutenção de uma escola em todos os níveis com qualidade. Isto fez com que várias alternativas fossem surgindo ainda que de forma precária. Somente nos últimos anos temos recebido programas que dispensam um pouco de atenção as escolas do campo, porém ainda não contempla as reais necessidades.

Em São Félix do Araguaia, antes mesmo de existirem instituições públicas que dessem suporte ao trabalho escolar, o movimento social da região do Baixo e do Médio Araguaia sempre entendeu a importância da escola na luta do povo. Experiências como o ginásio de São Félix do Araguaia ou os cursos de formação de jovens e adultos, a partir do método Paulo Freire, no início da década de 70, são exemplos deste movimento histórico e comprometido. A maioria das escolas sempre esteve ao lado dos trabalhadores, tanto no que se refere ao apoio à luta por terra como aos aspectos cotidianos, buscando criar um espaço de vivência democrática na sala de aula. Isso foi o resultado de inúmeros enfrentamentos, de muitas lutas, mas sempre o sonho estimulou a caminhada e a conquista que todos alimentavam no combate e na resistência.

A região cresceu, novos desafios foram surgindo e estão colocados: a necessidade de investir na Educação Infantil, na Educação Fundamental, de imediato, a necessidade de investir no Ensino Médio, na formação técnica, na Educação de jovens e adultos, na qualificação do professor é premente. O que estava sendo trabalhado em todo esse processo de curto, médio e longo prazo, era a identidade da escola do campo: uma Educação básica de qualidade a ser conquistada na luta pelo movimento social.



No campo educacional esse processo é acentuado com a discussão e aprovação da LDB, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394 de dezembro de 1996), que propõe seu artigo 28 medidas de adequação da escola à vida do campo, questão que não estava anteriormente completada em suas especificidades. No cenário da Educação, movimentos políticos no campo brasileiro, como a Articulação Nacional por uma Educação no campo, a experiência acumulada pela pedagogia da alternância, as pautas de reivindicação do movimento social dos trabalhadores rurais e o envolvimento dos mais diversos setores, além dos próprios movimentos sociais, fizeram com que fossem contempladas no corpo da legislação referenciais específicos à Educação do Campo. Igualmente a força, a vigor e a participação de tais movimentos, articulados à sensibilidade presente no Conselho Nacional de Educação, é que garantiram a aprovação de Câmara de Educação Básica daquele colegiado, em 2002, das Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas escolas do campo (Resolução CNE/CEB nº 1 de 03 de abril de 2002), uma reivindicação histórica dos povos do campo, significando um primeiro passo no sentido de resgatar uma dívida com este setor.

Em 2003, com a mobilização de diferentes movimentos sociais preocupados com a Educação no Campo, O Ministério da Educação instituiu, pela Portaria nº 1.374, de 03/06/03, um Grupo Permanente de Trabalho com a finalidade de apoiar a realização de seminários nacionais e estaduais para a implementação destas ações.

No município de São Félix do Araguaia, muitos avanços foram conquistados. A reorganização da rede escolar para transporte de alunos, a merenda escolar, a formação universitária dos professores, o reconhecimento do trabalho docente com Planos de Cargos, Carreira e uma remuneração razoável que expressa o compromisso e o limite da administração pública, a construção e a instalação dos prédios escolares, as bibliotecas escolares, os kits tecnológicos, TV e vídeo, Mala de Vídeos Itinerantes, o acompanhamento de perto do trabalho escolar, os encontros, seminários e Mostras de Educação do Araguaia, o trabalho conjunto dos professores com a comunidade são, entre outras iniciativas pedagógicas, linhas assumidas pelo Projeto Político Pedagógico denominado Tybysirá que foi construído a partir dos anos 1997 a 2004. Estas são conquistas que marcaram a diferença da



escolinha rural de outrora com uma nova escola do campo que se destacou no bojo do movimento social no município de São Félix do Araguaia.

Hoje, mais de (10) dez anos depois, o cenário apresentado em 2004 sofreu algumas alterações. Houve neste período avanços em algumas áreas como instalação de computadores em muitas escolas, internet nas escolas sede (tele centros), ampliação do transporte escolar, a oferta da Educação Infantil, a partir dos 04 (anos), climatização das salas de aula, a qualidade da merenda escolar, com acompanhamento de nutricionista, a transferência de recursos diretos á escola do campo para fortalecimento da mesma, através do Pronacampo do Governo Federal, programas voltados para o jovem do campo, como o Pro jovem Campo Saberes da Terra, O Programa que visa a alfabetização na Idade Certa, O Pnaic, entre outras inovações. Porém aquilo que de fato permeava as discussões nas comunidades, e nas escolas, o envolvimento da comunidade, as Mostras Regional de Educação que servia de elo entre os municípios, que já contou com a presença de Ministros de Estado e outros grandes nomes do campo educacional e o Projeto Tybysirá, a escola de ternura e cidadania, já não produz os mesmos frutos; emerge neste momento o desafio de retomar as discussões para a construção de um novo projeto de Educação do e no Campo para este município. As escolas do campo, tendo o Tybysirá como referência de uma experiência que deu certo, precisam incentivar os sujeitos do processo social, político, cultural e ético a reconstituir os espaços de vivência democrática para a formação e a conquista da cidadania para todos que nela adentram e dela participam.

5.6.2 - Dados para Análise

As tabelas abaixo servem como parâmetro para compararmos, através de números, num intervalo de 10 anos, as matrículas e aproveitamento dos alunos.

TABELA 7 - EVOLUÇÃO DA MATRICULA E APROVEITAMENTO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO/CAMPO

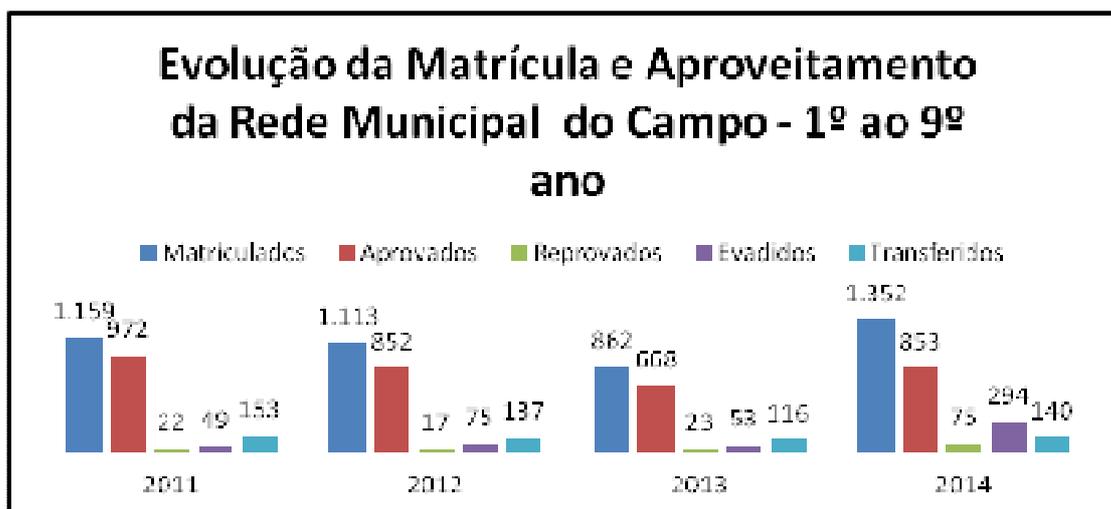
Indicadores	Ensino Fundamental
-------------	--------------------



Período	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%
Matrícula Inicial	1.464	-	1.013	-	1.112	-	1.255	-
Matrícula final	1.664	-	802	-	812	-	916	-
Aprovados	1.129	72,12	790	77,99	718	64,57	838	66,77
Reprovados	35	2,39	22	2,17	100	8,99	79	6,29
Evadidos	149	10,18	191	18,85	187	16,82	167	3,37
Transferidos	152	10,31	10	0,99	107	9,62	176	14,02

Fonte: Secretaria Municipal de Educação - São Félix do Araguaia

GRÁFICO 40 – EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA E APROVEITAMENTO DA REDE MUNICIPAL DO CAMPO – 1º AO 9º ANO



Fonte:

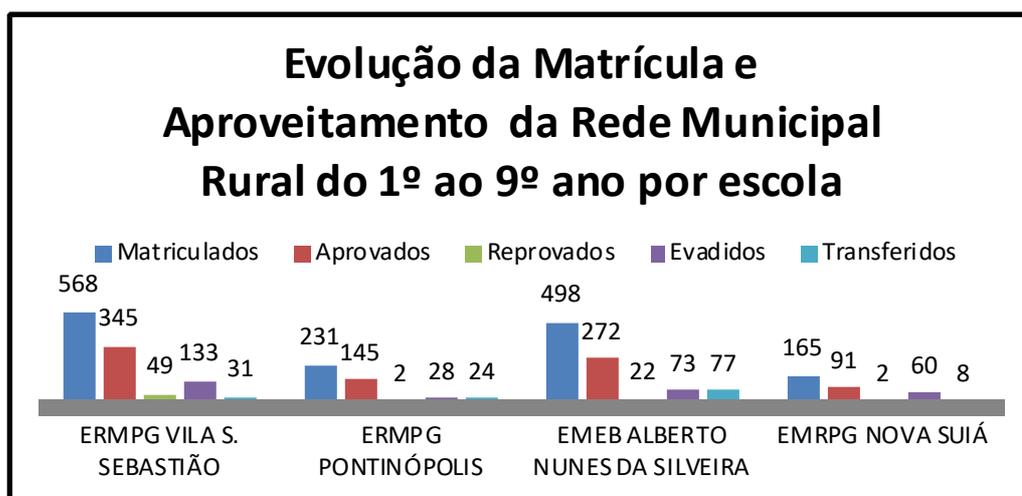
Arquivo da Secretaria das Escolas <http://educacenso.inep.gov.br>

Conforme os dados acima se podem constatar uma crescente elevação no número de matrículas na rede municipal de ensino, porém se contabilizarmos o aproveitamento dos alunos matriculados e distribuímos entre aprovados/transferidos e evasão/reprovação, percebemos que os números da evasão/reprovação estão muito altos, demonstrando ainda necessidade de investimentos nesse setor. Tomamos como referência os dados de 2014 demonstrado no gráfico, de 1.362 alunos matriculados apenas 993 tiveram rendimento aprovação/transferido, representando aproximadamente 72,9% dos alunos. Dos matriculados, a taxa de evasão/reprovação houve 369, ou seja, representa 27,1% dos alunos matriculados



sem rendimento. Há de se desenvolver estratégias para combater a evasão e reprovação nas escolas do município.

GRÁFICO 41 - EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA E APROVEITAMENTO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO/ZONA RURAL 2014- ENSINO REGULAR DO 1º AO 9º ANO, POR ESCOLA



Fonte: <http://educacenso.inep.gov.br>

Acima é representada a evolução da matrícula e aproveitamento da rede municipal de ensino, campo, no ano de 2014 no ensino regular do 1º ao 9º ano por escola, aqui é possível identificar dentre as escolas, qual delas há maior índice de rendimentos. Nota-se que a Escola Municipal de Educação Básica do Campo São Sebastião apresenta a maior taxa de reprovação e evasão, mas que também possui o maior número de alunos. No entanto vale ressaltar que na referida escola há maior matrículas de EJA (Educação de Jovens e Adultos) na qual é o maior índice de evasão e reprovação totalizando 182 alunos, um percentual de 32,04% do total de 568 alunos. Apesar da alta taxa de reprovação e evasão na referida escola é ainda mais alarmante quando se compara com a Escola Rural Municipal de Primeiro Grau Nova Suiá que apesar de ter menor número de matrículas entre todas, mas que a taxa de rendimento entre aprovados e transferidos é de apenas 42,43%, a evasão e reprovação atingiu o índice de 37,57%. A escola com maior rendimento apresentado é a Escola Municipal de Educação Básica de Pontinópolis que alcançou o rendimento entre aprovados e transferidos de 87,93%,



o menor índice de reprovação e evasão, de apenas 12,98%. Abaixo é relacionado às escolas melhores índices de aprovação e transferência:

1º lugar = Escola Municipal de Educação Básica do Campo de Pontinópolis com 87,02%;

2º lugar = Escola Municipal de Educação Básica Alberto Nunes da Silveira com 80,93%

3º lugar = Escola Municipal de Educação Básica do Campo São Sebastião com 67,96%

4º lugar = Escola Municipal de Educação Básica do Campo Nova Suiá com apenas 42,43%.

O quadro apresentado nos mostra que a evasão e reprovação escolar aparecem no cenário educacional como um problema significativo, pois suas consequências levam os indivíduos ao que se chama “exclusão”, ou seja, é também um problema social. As leis garantem o direito à Educação. Ocorre que há um grande distanciamento entre estas e a prática social. É necessário apontar elementos para reflexão desses problemas sociais, levando em consideração a sociedade do capital, ou seja, perceber que nesta, o fracasso escolar não tem sido determinante somente em aspectos específicos, não depende apenas da capacidade ou vontade individual ou da família do aluno, mas é preciso compreender que a condição econômica social tem grande peso nesse processo. É preciso mudanças profundas no sistema educacional. E essas mudanças não são passíveis de acontecer sem que a sociedade reconheça sua parcela de contribuição.



GRÁFICO 42 - DISTORÇÃO IDADE/SÉRIE NAS ESCOLAS MUNICIPAIS

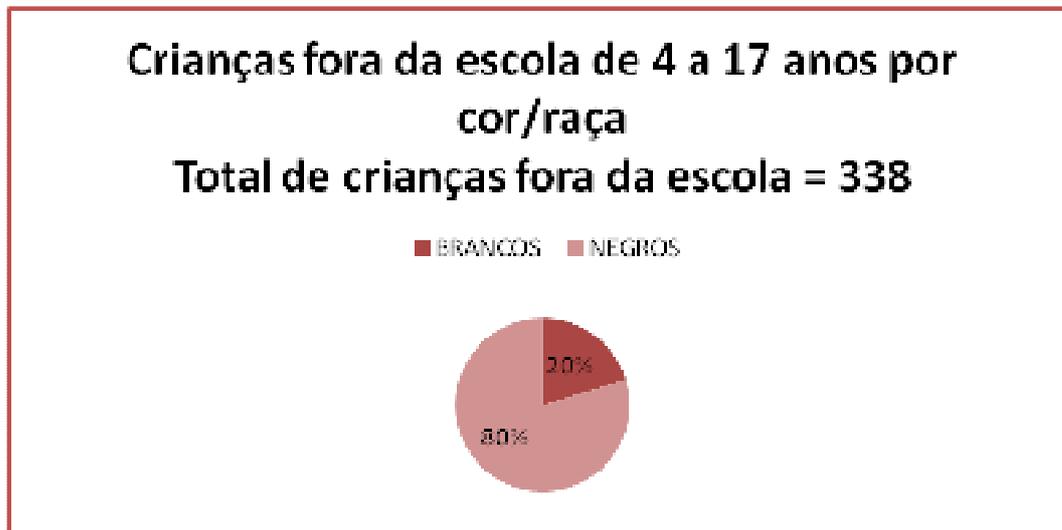


Fonte: <http://qedu.gov.br>

Os dados apresentados no gráfico acima são animados em se tratando da Escola Municipal de Educação Básica do Campo Vila São Sebastião que conseguiu reduzir a distorção idade/ciclo/fase de 28% para 9%, reduziu dezenove pontos percentuais de 2011 para 2013. Já a Escola Municipal de Educação Básica do Campo Nova Suiá não há o que se comemorar, pois elevou um ponto percentual de 11% em 2011 para 12% em 2012. A Escola Municipal de Educação Básica do Campo Alberto Nunes da Silveira conseguiu reduzir quatro pontos percentuais de 2011 a 2013. Já a Escola Municipal de Educação Básica do Campo Pontinópolis conseguiu reduzir de 12% para 9%, havendo uma redução de três pontos percentuais de 2011 a 2013. Com os percentuais apresentados percebe-se que as escolas municipais vêm tentando reduzir essas taxas, porém ainda há muito que se avançar no que tange a distorção idade/ciclo/fase.



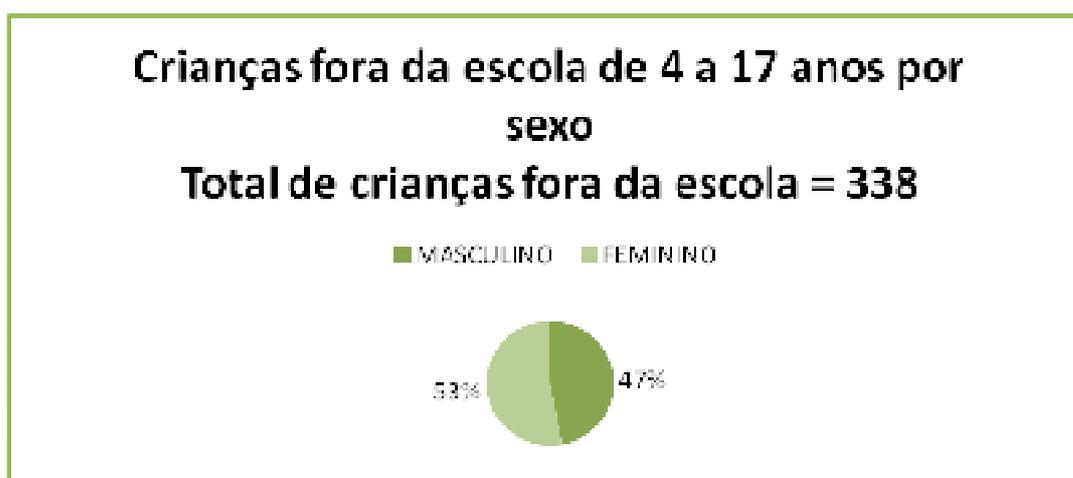
GRÁFICO 43 - ALUNOS FORA DA ESCOLA NA FAIXA ETÁRIA DE 4 A 17 ANOS, COR/RAÇA



Fonte: www.foradaescolanaopode.gov.br

Conforme os dados fornecidos pelo portal fora da escola não pode, o gráfico acima demonstra que 338 crianças na faixa etária de 4 a 17 anos estão fora da escola, dessas aproximadamente 80% são negros e aproximadamente apenas 20% são brancos.

GRÁFICO 44 - ALUNOS FORA DA ESCOLA NA FAIXA ETÁRIA DE 4 A 17 ANOS POR SEXO



Fonte: www.foradaescolanaopode.gov.br



Do total de alunos que estão fora da escola na faixa de 4 a 17 anos, conforme é apresentado no gráfico acima nota-se que aproximadamente 53% são do sexo feminino e aproximadamente 47% são do sexo masculino. Com esses dados percebe-se que a exclusão ou a demanda do sexo feminino é maior que a masculino.

GRÁFICO 45 - ALUNOS FORA DA ESCOLA NA FAIXA ETÁRIA DE 4 A 17 ANOS, POR LOCALIZAÇÃO



Fonte: www.foradaescolanaopode.gov.br

O último gráfico acima termina por concluir o perfil dos alunos que estão fora da escola na faixa etária dos 4 a 17 anos. Relembremos, das 338 crianças fora da escola, a maioria delas do sexo feminino (aproximadamente 53%), são negras com (80% aproximadamente) e o outro gráfico nos mostra a localização desses alunos fora da escola, aproximadamente 53% deles estão na zona urbana e 47% delas estão na zona rural. Conclui-se com isso, que dos alunos que estão fora da escola à maioria são do sexo feminino, negras e que residem na zona urbana do município de São Félix do Araguaia.

11.5.7 ETAPA: ENSINO MÉDIO



5.7.1 - Histórico e Diretrizes

O Ensino Médio, no município de São Félix do Araguaia é ofertado por 01 instituição de Ensino Médio da Rede Estadual, na modalidade regular atendendo estudantes na sede do município e nas escolas do campo em parceria com o município.

A Escola Estadual Presidente Tancredo de Almeida Neves, com sede na Avenida Gov. Jose Fragelli N.º. 1.167 Vila Nova, aproximadamente 01 quilômetro do Centro da Cidade.

A Escola foi criada através do Decreto n.º789 de 15 de junho de 1988. Sua autorização para o funcionamento foi através da Portaria 3.277/92.

A unidade Escolar recebeu o nome de “Presidente Tancredo de Almeida Neves” em Homenagem ao ex-presidente da República.

Durante 03 anos o Prédio foi do Município, funcionando como Escola Municipal, implantada para atender demanda do Ensino Fundamental de I a IV séries. Nesta época o município que era mantenedor do funcionamento a respeito de material de consumo, permanente e recursos humanos.

Em 1989, a parte burocrática da Escola foi transferida para o Estado, passando assim a assumir a Escola Estadual Presidente Tancredo de Almeida Neves. O Conselho Estadual de Educação autorizou o funcionamento de (I a VIII), tornando-a uma Escola Estadual de 1º Grau.

O Governo do Estado de Mato Grosso em 1995, implementou várias ações na área educacional, dentre elas, a Polarização, pois o mesmo acreditava que uma Escola voltada especificamente para o Ensino Médio elevaria a qualidade do ensino/aprendizagem e atenderia uma demanda maior. Diante deste contexto, em 1996, a Escola Estadual Presidente Tancredo de Almeida Neves, passou atender somente o Ensino Médio. E, a partir do ano de 2010, a escola foi contemplada com a primeira turma de curso técnico profissional em Informática.



Inicialmente as ações eram voltadas apenas para a sede do município, gradativamente ampliou o atendimento as escolas do campo em parceria com o município.

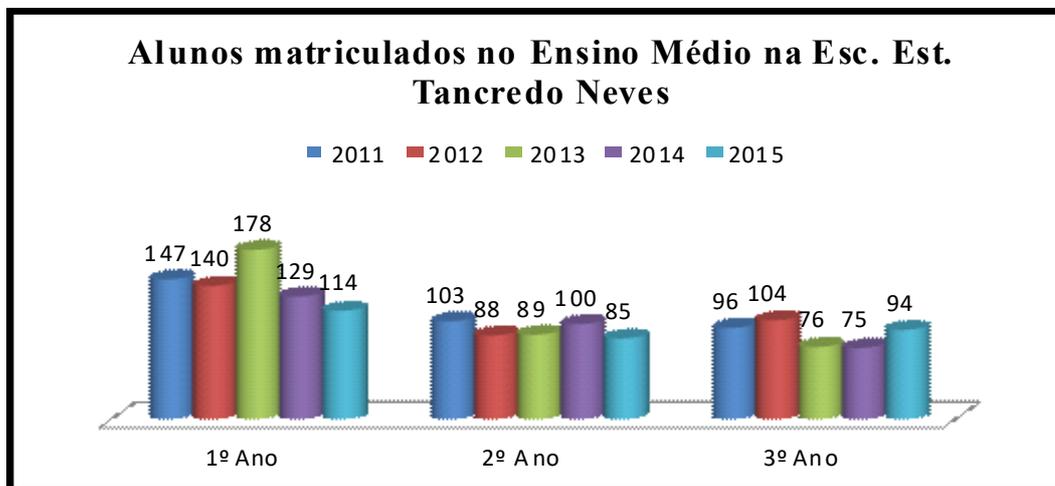
Atualmente o Ensino Médio é ofertado nas Escolas Municipais de Educação Básica no Campo em Distrito de Espigão do Leste, Vila São Sebastião, Povoado de Pontinópolis e Assentamento Dom Pedro e P. A. Mãe Maria.

As metas e objetivos propostos neste Plano buscam, no âmbito municipal, a Articulação e a reflexão dos administradores públicos, dos gestores, dos Profissionais da Educação e das instituições formadoras, visando atingir uma Melhor qualidade de ensino, um compromisso com a expansão da oferta e a Ampliação das condições de acesso a esta etapa de ensino aos cidadãos. Assim sendo, as ações a serem desenvolvidas pelo município, em relação ao Ensino Médio será norteado pelas seguintes diretrizes:

- Apoio aos projetos extracurriculares que visam melhoria da qualidade de ensino;
- Incentivo às capacitações dos profissionais da Educação;
- Apoio aos projetos de integração social dos alunos com a comunidade;
- Incentivo às atividades de troca de experiência entre instituições estaduais, particulares e municipais;
- Articulação junto ao Estado para readequação da infraestrutura das escolas para o atendimento de pessoas com necessidades educacionais especiais, assegurando o direito a acessibilidade.
- Articulação junto ao Estado para a oferta do Ensino Médio no campo;
- Apoio aos projetos de implantação do Ensino Médio profissionalizante;
- Incentivo aos profissionais da Educação da rede estadual a fim de que participem de cursos de capacitação, oferecidos pela rede municipal de ensino.



GRÁFICO 46 - ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO MÉDIO – Escola Estadual Tancredo de Almeida Neves – 2011 à 2015



Fonte: Arquivo da Secretaria da Escola

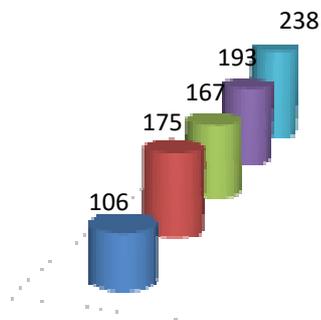
No gráfico acima é demonstrado o total de alunos matriculados no Ensino Médio na Escola Estadual Tancredo de Almeida Neves situada na zona urbana do município, por ano, a partir de 2011 a 2015 conforme dados fornecidos pela escola. É possível perceber que houve uma redução no número de alunos de um ano para o outro, tomando como referência o número de matrículas em 2011 no 1º ano foi 147 alunos, supostamente esses mesmos alunos deveriam estar cursando o 2º ano em 2012, porém dos 147, há apenas 88 alunos matriculados, levando a uma redução dos alunos de 59,86%. E desses 88 em 2012, há apenas 73 alunos matriculados, vale ressaltar aqui que há nas escolas o fluxo de alunos, alguns são transferidos, ainda é presente a questão da evasão, e também há alunos novos oriundos de outras localidades.

GRÁFICO 47 – MATRÍCULAS DAS SALAS ANEXAS DA EE PRES. TANCREDO DE A. NEVES - ENSINO MÉDIO – EDUCAÇÃO DO CAMPO 2011 À 2015



Alunos das Salas Anexas da EE Tancredo de A. Neves

■ 2011 ■ 2012 ■ 2013 ■ 2014 ■ 2015



Fonte: Arquivo da Secretaria da Escola

Os dados do gráfico demonstram o número de alunos do Ensino Médio das salas anexas da Escola Estadual Tancredo de Almeida Neves que funciona nas Escolas Municipais do Campo.

São dados de 2011 a 2015 do número de alunos matriculados, em 2011 havia 106 alunos matriculados nas salas anexas, já em 2012 o número de alunos elevou para 175, foi um aumento de aproximadamente 60,57%. De 2012 para 2013, houve uma redução no número de matrículas de 175 em 2012, para 167 em 2013, um percentual de aproximadamente 9,54%. Já em 2014 o número de alunos elevou de 167 em 2013 para 193, um aumento de 13,48% aproximadamente. Em 2015, o número de alunos aumentou de 193 em 2014, para 238 em 2015, representando um aumento de aproximadamente de 18,91% no número de alunos matriculados.

12. 5.8 ETAPA: EDUCAÇÃO INDÍGENA

5.8.1 - Diagnóstico



No Censo de 2010, o IBGE aprimorou a investigação sobre a população indígena no país. A novidade desta investigação foi a forma de pertencimento étnico, introduzindo critérios de identificação internacionalmente reconhecidos, como a língua falada no domicílio e a localização geográfica. Foram coletadas informações tanto da população residente nas terras indígenas, quanto indígenas declarados fora delas. Ao todo, foram registrados 896,9 mil indígenas, 36,2% em área urbana e 63,8% na área rural. O total inclui os 817,9 mil indígenas declarados no quesito cor ou raça do Censo 2010 (e que servem de base de comparações com os Censos de 1991 e 2000) e também as 78,9 mil pessoas que residiam em terras indígenas e se declararam de outra cor ou raça (principalmente pardos, 67,5%), mas se consideravam “indígenas” de acordo com aspectos como tradições, costumes, cultura e antepassados.

No Brasil, são reconhecidas 586 terras indígenas, que somam aproximadamente 106,7 milhões de hectares, equivalentes a 12,5% do território brasileiro, conforme os site ISA e FUNAI-Cuiabá-MT. Existem 217 povos indígenas no Brasil, com uma população aproximada de 350 mil pessoas, que representa 0,19% da população brasileira, com taxa de natalidade acima da média nacional.

Apenas seis terras tinham mais de 10 mil indígenas, 107 tinham entre mais de mil e 10 mil, 291 tinham entre mais de cem e mil e em 83 residiam até cem indígenas. A terra com maior população indígena é Yanomami, no Amazonas e em Roraima, com 25,7 mil indígenas.

Foi observado equilíbrio entre os sexos para o total de indígenas (100,5 homens para cada 100 mulheres), com mais mulheres nas áreas urbanas e mais homens nas rurais. Porém, percebe-se um declínio no predomínio masculino nas áreas rurais entre 1991 e 2010, especialmente no Sudeste (de 117,5 para 106,9) Norte (de 113,2 para 108,1) e Centro-Oeste (de 107,4 para 103,4).

A pirâmide etária indígena tem a base larga e vai se reduzindo com a idade, em um padrão que reflete suas altas taxas de fecundidade e mortalidade, bastante influenciadas pela população rural. Em 2010, havia 71,8 indígenas menores de 15 anos ou de 65 anos ou mais de idade para cada 100 ativos. Já para os não indígenas, essa relação correspondia a 45,8 inativos para cada 100 em idade provável de atividade.



Na área rural, a proporção de indígenas na faixa etária de 0 a 14 anos (45,0%) era o dobro da área urbana (22,1%), com o inverso acontecendo na faixa de 65 anos ou mais (4,3% na rural e 7,0% na urbana). A pirâmide etária dos indígenas residentes fora das terras indígenas indica baixa fecundidade e mortalidade. Já para os indígenas residentes nas terras, a pirâmide etária ainda é resultante de uma alta natalidade e mortalidade. Metade da população indígena tinha até 22,1 anos de idade. Nas terras indígenas, o índice foi de 17,4 anos e, fora delas, 29,2 anos.

O Censo 2010 investigou pela primeira vez o número de etnias indígenas¹, encontrando 305 etnias, das quais a maior é a Tikúna, com 6,8% da população indígena. Também foram identificadas 274 línguas indígenas. Dos indígenas com 5 anos ou mais de idade 37,4% falavam uma língua indígena e 76,9% falavam português.

Mesmo com uma taxa de alfabetização mais alta que em 2000, a população indígena ainda tem nível educacional mais baixo que o da população não indígena, especialmente na área rural. Nas terras indígenas, nos grupos etários acima dos 50 anos, a taxa de analfabetismo é superior à de alfabetização.

Entre os indígenas, 6,2% não tinham nenhum tipo de registro de nascimento, mas 67,8% eram registrados em cartório. Entre as crianças indígenas nas áreas urbanas, as taxas são próximas às da população em geral, ambas acima dos 90%.

A análise de rendimentos comprovou a necessidade de se ter um olhar diferenciado sobre os indígenas: 52,9% deles não tinham qualquer tipo de rendimento, proporção ainda maior nas áreas rurais (65,7%); porém, vários fatores dificultam a obtenção de informações sobre o rendimento dos trabalhadores indígenas: muitos trabalhos são feitos coletivamente, lazer e trabalho não são facilmente separáveis e a relação com a terra tem enorme significado, sem a noção de propriedade privada.

Em 2010, 83,0% das pessoas indígenas de 10 anos ou mais de idade recebiam até um salário mínimo ou não tinham rendimentos, sendo o maior percentual encontrado na região Norte (92,6%), onde 25,7% ganhavam até um salário mínimo e 66,9% eram sem rendimento. Em

¹ Comunidades definidas por afinidades linguísticas, culturais e sociais.

todo o país, 1,5% da população indígena com 10 anos ou mais de idade ganhava mais de cinco salários mínimos, percentual que caía para 0,2% nas terras indígenas.

Somente 12,6% dos domicílios eram do tipo “oca ou maloca”, enquanto que, no restante, predominava o tipo “casa”. Mesmo nas terras indígenas, ocas e malocas não eram muito comuns: em apenas 2,9% das terras, todos os domicílios eram desse tipo e, em 58,7% das terras, elas não foram observadas.

TABELA 8 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO AUTODECLARADA INDÍGENA NOS CENSOS 1991, 2000 E 2010, POR UFS E GRANDES REGIÕES

	1991	2000	2010
Região Centro-Oeste	52.735	104.360	130.494
Mato Grosso do Sul	32.755	53.900	73.295
Mato Grosso	16.548	29.196	42.538

No âmbito de Mato Grosso, existem **39 povos indígenas**, com a população aproximada de **38.000 pessoas**, vivendo em **66 terras indígenas**, localizadas em **41 municípios**. Da totalidade de terras reconhecidas, 90% estão regularizadas, enquanto as demais se encontram em diferentes fases do processo demarcatório, comprovando que a previsão do desaparecimento físico dos índios e sua possível assimilação à comunidade nacional não logrou êxito.

O município de São Félix do Araguaia tem uma população indígena estimada em torno de 58 pessoas, totalizando 16 famílias². São quatro as etnias Krenak/Maxakali, Kanela³, Iny (Karajá) e A’uwé (xavante)⁴, sendo que esta última, apenas parte de seu território Marãiwatséde, está dentro do município de São Félix do Araguaia. Entretanto, estes indígenas tem no município de Bom Jesus do Araguaia a sua referência principal.

² Fonte SESAI/DSEI Araguaia – 2013.

³ O Povo Kanela, apesar de ter sido reconhecido pelo Governo Brasileiro, não tem ainda definido o seu território. Uma parte destes reside em São Félix do Araguaia.

⁴ O Território de Marãiwatséde de 168 mil hectares, abrange três municípios que são: São Félix do Araguaia, Alto Boa Vista e Bom Jesus do Araguaia.



Os indígenas que tem uma maior presença no município de São Félix do Araguaia são os Iny (karajá) das aldeias Santa Isabel do Morro, JK e Watau. Todas estas aldeias estão localizadas na Ilha do Bananal, Estado de Tocantins. Em Santa Isabel⁵ existe a Escola Estadual Malua, numa parceria entre Secretaria de Estado de Educação de Tocantins, e FUNAI⁶. Todavia, parte dos estudantes indígenas desta aldeia, frequentam as escolas municipais e/ou estaduais que estão localizadas no município de São Félix do Araguaia. Também alguns familiares indígenas desta etnia que estabeleceram residência neste município, tem seus filhos matriculados nas escolas da rede pública.

Os últimos anos tem demonstrado uma procura cada vez mais acentuada dos estudantes indígenas pela escola nas cidades, apesar do Estado ter também intensificado a oferta de Educação escolar indígena nas aldeias. Este fato das escolas da cidade acolherem os alunos indígenas, estabelece um complicador, pois estas mesmas escolas não estão preparadas para receber o aluno indígena com a sua demanda formativa específica e diferenciada, asseguradas pela legislação vigente do país. Esse fato também esconde a real demanda educativa dos povos indígenas, haja vista que eles não são contabilizados no censo escolar como alunos indígenas.

O grande marco para os povos indígenas foi a Constituição Federal de 1988. A partir desta Carta Magna, mudanças e inovações foram garantidas, fundamentando-se no reconhecimento da extraordinária capacidade de sobrevivência e mesmo de recuperação demográfica, como se verifica hoje, após séculos de práticas genocidas.

Após a Constituição, outras mudanças foram asseguradas com a promulgação da nova LDB⁷ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em dezembro de 1996, bem como com as demais alterações da legislação federal, a Educação Escolar Indígena ganha um novo significado oficial. Passa ser um instrumento que assegura ao aluno o acesso aos conhecimentos gerais, sem negar as especificidades culturais e a própria identidade dos

⁵ Aldeia de Santa Isabel do Morro, município de Lagoa da Confusão/TO

⁶ Administração Regional do Araguaia – São Félix do Araguaia/MT

⁷ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação nacional.



diferentes grupos, via interculturalidade e o bilinguismo. Torna-se, então uma pedra fundamental para a elaboração e realização de projetos de futuro.

Todavia, apesar da boa vontade de setores dos órgãos governamentais, o quadro geral da Educação escolar indígena ainda é permeado por experiências fragmentadas e descontínuas. Portanto, ainda há muito a ser feito no sentido de universalização da oferta de uma Educação escolar de qualidade para os povos indígenas. É preciso pensar um ensino de qualidade social que venha ao encontro aos anseios de seus projetos de futuro, de autonomia e que garanta a sua inclusão no universo dos programas governamentais de melhoria educacional, nos termos da Declaração Mundial de Educação para todos.⁸

A responsabilidade da ação educativa dos povos indígenas pertencia inicialmente a Fundação Nacional do Índio/FUNAI e, segundo o que descreve o Plano Nacional de Educação/2001, a transferência desta responsabilidade para o Ministério da Educação não representou apenas uma mudança de órgão federal gerenciador do processo, mas a mudança em termos de execução, em que os Estados assumem a responsabilidade de executar a tarefa.

O Plano Nacional aponta também que a realização desta modalidade de ensino na responsabilidade do Estado não representou um avanço em parcerias institucionais. E a estadualização e/ou a municipalização em alguns municípios foram efetivadas sem a garantia da especificidade educacional estabelecida na legislação. Pelo fato de inexistir uma clara distribuição de responsabilidade entre a União, os Estados e os municípios, o ensino indígena esbarra em dificuldades para o encaminhamento de sua definição, implantação e avaliação, na direção de uma política nacional que considere, a um só tempo, a unidade básica do ensino e a diversidade cultural que devem nortear a Educação escolar indígena.

⁸ **DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS, PLANO DE AÇÃO PARA SATISFAZER AS NECESSIDADES BÁSICAS DE APRENDIZAGEM** – Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. Jomtien, Tailândia - 5 a 9 de março de 1990.



Essa é a realidade estabelecida em Mato Grosso, a qual é acentuada pela especial e rica diversidade étnico-cultural da população indígena que obrigatoriamente deverá ser atendida nas suas especificidades. Inúmeros problemas e apelos, tanto para a solução dos conflitos agrários e da regularização fundiária, quanto para questões de saúde e, fundamentalmente, para o atendimento das demandas educacionais. A Educação escolar indígena em Mato Grosso tem uma história centenária de vida e trabalho, de acertos e erros.

São quatro os programas e os desafios da atual política escolar indígena em Mato Grosso: 1) a formação de professores; 2) o fortalecimento escolar e das instituições envolvidas no programa de Educação escolar indígena; 3) a Educação profissional básica e técnica e 4) o programa de implantação do ensino superior e formação continuada.

Um aspecto positivo da Educação escolar indígena em Mato Grosso refere-se ao vínculo institucional das escolas e dos professores ao Estado e municípios. Conforme o Banco de Dados da SEDUC/2006 são **180 unidades escolares** indígenas em Mato Grosso; sendo **145 municipais**, que atendem **6.429 alunos** e outras **35 escolas pertencem à rede estadual**, que atendem **4.269 alunos**, em um somatório de **10.698 alunos**. Quanto ao vínculo empregatício dos professores, 240 são da rede municipal e 225 da rede estadual.

No que tange ao atendimento escolar, verificou-se, nos últimos anos, expressiva ampliação da oferta e da demanda escolar indígena no Estado. Contudo, pode ser constatada a matrícula de alunos índios em escolas não indígenas, localizadas nas cidades, onde as especificidades e diferenças indígenas não são atendidas. Esse fato tende a esconder a real demanda educativa dos povos indígenas.

A obrigatoriedade legal de atender educacionalmente às comunidades indígenas de forma específica e diferenciada levou o Estado de Mato Grosso, através da SEDUC/MT, a promover a formação de professores indígenas para que essa determinação normativa fosse cumprida.

A formação de professores em Ensino Superior iniciou-se com o 3º Grau Indígena, através da Secretaria de Educação e da parceria firmada com a Universidade Estadual de Mato Grosso FUNAI, FUNASA e Prefeitura Municipal de Barra do Bugres. O projeto tem por objetivo e meta propiciar a formação de Ensino Superior de professores indígenas que tenham concluído



a formação para o magistério no Ensino Médio. “O Curso de Licenciatura Plena resultou de articulação dos movimentos indígenas ao longo dos anos a partir das demandas encontradas nas aldeias e que foi implantado com apoio das instituições aliadas aos povos indígenas”.

A Constituição Federal de 1988 assegura às comunidades indígenas utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

A coordenação das ações de Educação escolar indígena, que se encontra sob responsabilidade do Ministério da Educação, atribui aos Estados e municípios a sua execução.

A proposta de uma escola indígena diferenciada, de qualidade, representa uma grande novidade no sistema educacional do País e exige das instituições e órgãos responsáveis a definição de novas dinâmicas, concepções e mecanismo, tanto para que estas escolas sejam de fato incorporadas e beneficiadas por sua inclusão no sistema oficial quanto para que sejam respeitadas em suas particularidades.

A Educação escolar bilíngue, adequada às peculiaridades culturais dos diferentes povos, será atendida através de professores indígenas. A formação inicial e continuada dos próprios índios, que devem ser professores de suas comunidades, deve ocorrer em serviço e concomitantemente à sua própria escolarização, contemplando: a elaboração de currículos e programas específicos para escolas indígenas; o ensino bilíngue, no que se refere à metodologia e ensino de segundas línguas e ao estabelecimento e uso de um sistema ortográfico das línguas maternas; e a elaboração de materiais didático-pedagógicos, bilíngues ou não, para uso nas escolas instaladas em suas comunidades.

A Educação Escolar Indígena deve nortear-se a partir dos seguintes princípios: afirmação étnica, linguística e cultural das sociedades indígenas; defesa da autonomia, das terras imemoriais indígenas e de seus projetos societários; e articulação e intercâmbio entre os conhecimentos das diferentes sociedades indígenas e não indígenas.



13.5.9 ETAPA: EDUCAÇÃO ESPECIAL

Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso. Amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade.

Paulo Freire

5.9.1- Diagnóstico

As constituições Federal e Estadual, respectivamente em seus artigos 208, III e 209, § 2º, estabelecem o direito a Educação para todas as pessoas, assegurando àquelas com necessidades educacionais especiais o atendimento especializado preferencialmente na rede regular de ensino.

A preocupação com a defesa da igualdade de oportunidades para todos e o acesso a bens e serviços públicos foi oficialmente documentada pela ONU em 1981 e retificada em 1983, no Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência. A declaração mundial sobre a Educação para todos, aprovada na Conferência Mundial sobre Educação para todos, ocorrida em Jomtien, na Tailândia (1990), inspirou a elaboração do Plano Decenal de Educação Para Todos.

Entre outros documentos dos quais o Brasil é signatário, as Linhas de Ação sobre Necessidades Educacionais Especiais – oriundas da Declaração de Salamanca, em encontro promovido pelo governo da Espanha e pela UNESCO, em 1994 – preconizam avanços conceituais e atitudinais significativos.

Mas, na maioria dos casos, esses avanços configuram-se mais como tratados de intenções do que como ações efetivas para eliminação dos estigmas e dos preconceitos para ingresso e progresso do aluno na escola.

Esse processo, por seu caráter eminentemente cultural e por implicar mudanças não só administrativas e pedagógicas, mas também de ações, tem se dado gradativo e assistematicamente nos diferentes sistemas de ensino.



Apresenta, no entanto, um horizonte definido: a escola, além de ser um local mediador e irradiador do conhecimento, é um dos principais ambientes de convivência social e deve propiciar a todos os alunos oportunidades para cultivar a solidariedade, o sentido de pertencer à comunidade e a capacidade de extrair riquezas diante das diferenças.

A tabela abaixo apresenta a situação real na sede do município, no que diz respeito aos portadores de necessidades especiais. Tal situação requer do poder público, e da sociedade civil, medidas urgentes para a inclusão destas pessoas, tanto na Educação, quanto nas outras áreas sociais.

As Escolas Municipais e das demais Redes no município recebem e atendem crianças com necessidades especiais, porém sem documentação que afirmam suas necessidades, ou seja, sem um laudo de especialistas para que possam ser registrados no censo escolar ou em outros setores que exigem esse cadastro. Os dados apresentados são fornecidos pela Associação de Pais e alunos excepcionais/APAE de São Félix do Araguaia e na grande maioria são pessoas que não estão inseridas no processo educacional.

TABELA 9 – CLIENTELA COM NECESSIDADES ESPECIAIS

DESCRIÇÃO DO PROBLEMA	QTDE
Paralisia parcial	06
Paralisia total	06
Deficiência visual	02
Perturbação mental	04
Síndrome de Dawn	01
Toxoplasmose congênita	01
Deficiência auditiva	02
Paralisia infantil	02
Falta de coordenação motora	03
Lizamicrosofalia	01
Reumatismo c/ paralisia parcial das pernas	01
Deficiência cerebral	02
Paralisia cerebral	02
Lesão no cérebro	01
Paralisia total das pernas	01
Distúrbio mental	02
Total de pessoas	39

Fonte: APAE/São Félix do Araguaia



A Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, determina que :

Art. 1º. Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

Art. 2º . O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

Parágrafo único. Para fins destas Diretrizes, consideram-se recursos de acessibilidade na Educação aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços.

O Plano Municipal de Educação de São Félix do Araguaia terá com referencia para o atendimento, a essa modalidade de ensino, todas as determinações contidas na referida Resolução e no Decreto nº 6.571/2008.

14. 5.10 ETAPA: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS /EJA

A Educação de adultos torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça.



(Declaração de Hamburgo sobre a EJA)

O atendimento deficitário, em décadas passadas, no ensino regular, principalmente no fundamental, deixou como legado um contingente populacional que não teve acesso à escola na idade própria ou quando o teve devido à inadequação da estrutura de ensino – evadiu-se e ficou à margem do processo de escolarização.

É importante observar que historicamente esta modalidade de ensino enfrenta series dificuldades para atender a demanda, uma vez que não havia na política pública uma fonte de financiamento para EJA. Isto dificultava a universalização e a qualidade desta modalidade.

Nos dias atuais a Educação ainda depara com um alto índice de matrículas, nesta modalidade e um número acentuado de evasão, cujas causas são diversas: incompatibilidade com o trabalho, mudanças para outro município, dificuldades de adaptação ao ritmo escolar, etc.

Por outro lado, esta redução na matrícula pode nos revelar que as nossas escolas estão conseguindo corrigir a distorção idade/série, de forma a reduzir significadamente o número de pessoas no perfil de EJA na zona urbana do município.

No que diz respeito à EJA, a situação é crítica na zona rural, principalmente nos Projetos de Assentamentos. Há um número expressivo de trabalhadores e trabalhadoras que não concluíram o ensino fundamental e deparam com dificuldades tais como: Distância entre a residência e a escola, trabalhando na roça durante o dia, entre outros fatores, como a falta de estímulo para retomada dos estudos, depois de anos fora desta rotina, Porém, Educação é direito de todos e dever do Estado – o município precisa urgentemente, superar as dificuldades e apresentar alternativas de atendimento a todos que se enquadram neste perfil e se disponha a participar dos programas de formação presencial ou semipresencial, de acordo com a realidade de cada assentamento rural.

Alguns programas já estão sendo implantados no município e estão conseguindo atender uma parcela da população de 19 a 29 anos de idade, é o exemplo do Projovem do Campo saberes da Terra. A questão mais crítica está com as pessoas mais idosas que ainda resistem sair de suas casas para estudar. Algumas ações de atendimento em casa estão sendo experimentadas,



mas deparam com a burocracia que exige o cumprimento de carga horária, além da disponibilidade de tempo de um profissional para atendimento individual.

Esse fato está na causa do quadro existente que se traduz no grande numero de analfabetos em nosso País, assim como na necessidade de atendimento em programas da Educação de Jovens e Adultos. Busca-se, hoje, suprir o prejuízo educacional que tiveram no período apropriado e o enfrentamento desse problema deve ser realizado pelo poder Público e pela sociedade em geral.

Tradicionalmente, consideram-se analfabetos aqueles individuo que contam com 15 anos de idade ou mais; é apenas aqueles que ultrapassaram a idade constitucional de frequência de Ensino Fundamental obrigatório.

A taxa de analfabetos entre os 15 e os 19 anos é considerada crucial para o desenvolvimento socioeconômico e funciona como um dos indicadores que compõe o índice inicial da população economicamente ativa (PEA) ou a idade ativa (PIA), que esta compreendida até o grupo de 40 a 49 anos. A escolarização e qualificação desse público são de fundamental importância para averiguar ocupação, renda de qualidade de vida e, conseqüentemente, formular diagnósticos econômicos e sociais.

Em 1958, a UNESCO definia como analfabeto o individuo que não conseguia ler ou escrever um bilhete simples ou que apenas assinava o próprio nome. Incluía também os que aprenderam a ler e escrever, mas regrediram a estágios anteriores de analfabetismo porque a continuidade dos estudos não lhe foi assegurada. Vinte anos depois, esse conceito foi revisto tendo sido adotado o conceito de analfabeto funcional para designar a pessoa que, mesmo sabendo ler e escrever frases simples, não possui as habilidades necessárias para satisfazer as demandas do seu dia-dia, bem como continuar aprendendo a se desenvolvendo ao longo da vida.

O IBGE identificava os analfabetos diretamente com a pergunta " Saber ler ou escrever? ". A partir de 1980, a questão foi alterada para " anos de estudo ", sendo considerado não alfabetizado quem respondesse ter " nenhum ou um " já o indicador para analfabeto funcional é o nível de instrução, obtido com as seguintes questões : " Se esta estudando, qual a serie que



esta cursando? ” ou ” Qual a ultima serie cursada? ” os dados disponíveis, aqui utilizados, consideram a população residente analfabeta quando o numero de anos de estudo for inferior a quatro.

A defasagem educacional de contingente expressivo da população, decorrente do abandono precoce da escola – causado por circunstancias desfavoráveis no processo de escolarização e/ou problemas socioeconômicos diversos – reflete-se no aparecimento de uma massa de jovens e adultos que demanda formas alternativas de estudos para suprir suas necessidades educacionais.

Embora a meta da universalização do atendimento educacional gratuito para toda a população dos 4 aos 17 anos esteja perto de ser concretizada em São Felix do Araguaia ainda existe um grupo de alunos com defasagem na relação idade-série e também um contingente populacional de jovens e adultos mais idosos com sérias lacunas no processo de escolarização.

5.10.1- Diretrizes Político-Pedagógicas

O acelerado avanço científico e tecnológico do mundo e o recente fenômeno da globalização vem produzindo profundo impacto nas economias dos países, na reorganização do trabalho, na participação política e mesmo nos valores culturais das nações. O instrumento básico de sobrevivência dos indivíduos, nessa nova realidade mundial, será a Educação ao longo de toda a vida.

A necessidade de contínuo desenvolvimento de capacidades e competências para enfrentar as permanentes transformações alterou, radicalmente, a concepção de Educação de Jovens e Adultos, que não mais se restringe a um período particular da vida, nem a uma finalidade restrita, como apenas aprender a ler e a escrever.

Para alcançar o objetivo de inserir a população adulta no exercício pleno da cidadania, melhorar sua qualidade de vida e de fruição do tempo livre e ampliar suas oportunidades no mercado de trabalho, a Educação de Jovens e Adultos deve compreender, no mínimo, a oferta



de uma formação equivalente às oito séries do Ensino Fundamental, correspondente à escolarização obrigatória.

A Constituição Federal (artigo 208, inciso I) estabelece que a modalidade de ensino Educação de jovens e adultos, no nível Fundamental, deve ser oferecida pelo Estado a todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria, trata-se de um direito público subjetivo. Compete, pois, aos poderes públicos disponibilizar os recursos necessários para o seu atendimento.

Para atender essa clientela, numerosa e heterogênea em interesses e competências adquiridas na prática social, torna-se necessário diversificar os programas. Nessa tarefa, é fundamental a participação solidária de toda a comunidade, especialmente mediante envolvimento de organizações não governamentais comprometidas com esse problema. Universidades, igrejas, sindicatos, entidades estudantis, empresas, associações de bairros, meios de comunicação de massa e organização da sociedade civil em geral devem ser agentes dessa ampla mobilização de elevação do nível educacional dessa clientela.

O resgate da dívida educacional para com essa população não deve se restringir à oferta de formação equivalente às quatro séries iniciais do Ensino Fundamental. A oferta desse nível completo é parte integrante dos direitos assegurados pela Constituição Federal e deve ser gradativamente estendida a todos. Por isso, é preciso observar também na Educação de jovens e adultos as metas estabelecidas neste Plano para Ensino Fundamental formação de professores, Educação Especial, a Educação a Distância, a Educação do Campo, Indígena, Tecnológica e profissional e para o Financiamento e Gestão. Da mesma forma, deve ser garantido, ainda, o acesso ao Ensino Médio a todos que concluírem a etapa anterior na EJA de nível fundamental.

15. 5.11 ETAPA: EDUCAÇÃO SUPERIOR

A expansão da oferta do ensino superior em São Félix do Araguaia é questão fundamental para garantir a ampliação do universo cultural dos jovens e o desenvolvimento da qualidade do ensino ministrado nas escolas.



A necessidade dessa expansão se expressa no interesse manifestado por toda nossa comunidade, bem como nas exigências da sociedade atual que é construída de constantes mudanças forçadas pela globalização do mundo pós-moderno.

O ensino Superior em São Félix do Araguaia fundamenta-se no pressuposto de que a Educação é um direito social e uma obrigação do poder público.

O município de São Félix do Araguaia, a partir de 1997 tem tido um posicionamento firme no sentido de atender a este direito da população. Para tanto, o município recorreu a Universidade Federal de Mato Grosso para que a mesma colocasse aqui uma extensão que atendesse os jovens egressos do Ensino Médio e demais pessoas interessadas, em cursos de bacharelado.

Além da extensão da UFMT, o município, através de um consórcio com os demais municípios da região, a SEDUC e a UNEMAT, atende, desde 1992 ao professorado da rede pública Estado/Município no Campus Universitário do Médio Araguaia, com sede em Luciara, e outros cursos ofertados nos Núcleos de Confresa e Vila Rica que tem atendido embora de forma tímida muitos professores deste município. Os cursos ofertados nos últimos anos foram na grande maioria voltados para a Educação, ou seja, para professores atuantes em sala de aula, porém tem ficado a margem muitos jovens que almejam outra profissão, levando muitos a se deslocarem para os grandes centros urbanos, muitas vezes sem condições financeiras para manter seus estudos; Partindo dessa realidade o município de São Félix do Araguaia propõe neste documento um compromisso com a sociedade no sentido de reabrir o Núcleo Pedagógico existente através de parceria com a Unemat e municípios circunvizinhos.

Conforme os gráficos abaixo, podemos constatar que a oferta de ensino superior ainda é bastante tímida em nosso município dada a demanda existente.

TABELA 10 – EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO NO ENSINO SUPERIOR

ANO DE INGRESSO	UNEMAT	CIENCIAS CONTÁBEIS/UFMT
1992	018	-
1997	023	-

2001	-	100
2003	051	-

Este quadro é o mais animador do ponto de vista quantitativo, pois revela um crescimento de mais de 100% no Ensino Superior, no período de 1997 a 2000. Em 1992 foram oferecidos os cursos de Licenciatura Plena em Letras, Pedagogia e Matemática. Para a segunda turma foram oferecidos os cursos de Ciências Biológicas, História e Geografia. Posteriormente novamente os cursos de Licenciatura Plena em Matemática, Letras, Pedagogia, História Geografia e Ciências Biológicas.

É preciso que o município continue investindo nesta modalidade diversificando os cursos de acordo com a demanda da região e as possibilidades de atendimento por parte das universidades.

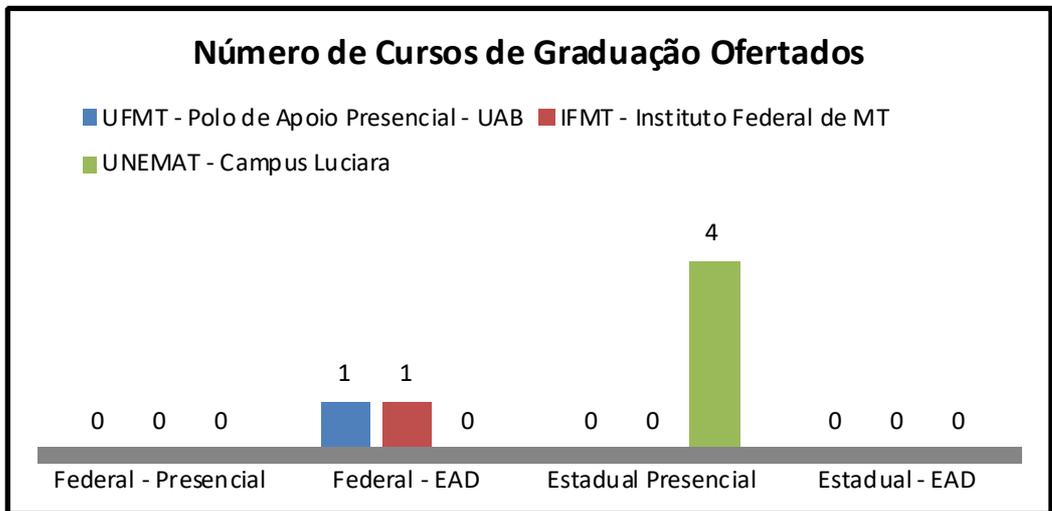
5.11.1 - Instituições de Educação Superior – IES- Cursos de Graduação na Categoria a Distância. (EAD) 2014

O gráfico abaixo mostra que as universidades estão presentes no município, ofertando cursos em modalidade presencial e a distância. Conforme apresenta o gráfico há quatro cursos na modalidade presencial ofertado pela UNEMAT no Campus de Luciara e dois EAD ofertado na modalidade a distância pela UFMT e IFMT.



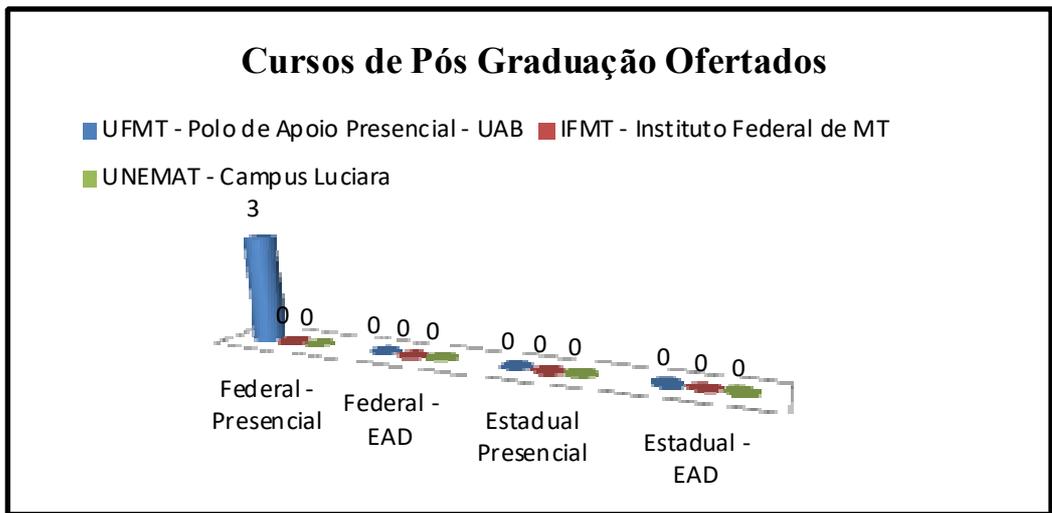



GRÁFICO 48 – NÚMERO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO OFERTADOS



Fontes: Polo UAB São Félix e UNEMAT Campus de Luciara

GRÁFICO 49 - INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – IES- CURSOS DE PÓS - GRADUAÇÃO NAS CATEGORIAS PRESENCIAIS E A DISTANCIA. (EAD) 2014

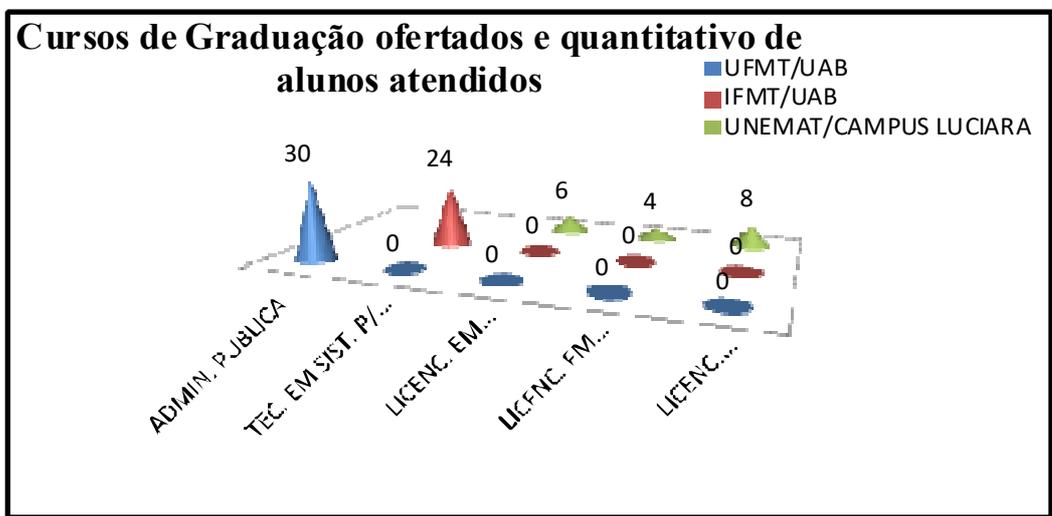


Fontes: Polo UAB São Félix e UNEMAT Campus de Luciara

De acordo com o gráfico acima, há três cursos de pós-graduação ofertados pela UFMT – polo presencial – UAB, sendo na modalidade presencial e somente esta instituição de ensino oferta cursos de pós no Município de São Félix do Araguaia – MT. No entanto não há cursos ofertados por outra instituição de ensino superior.



GRÁFICO 50 - INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – NÍVEL DE GRADUAÇÃO – CURSOS OFERTADOS E ALUNOS ATENDIDOS



Fontes: Polo UAB São Félix e UNEMAT Campus de Luciara

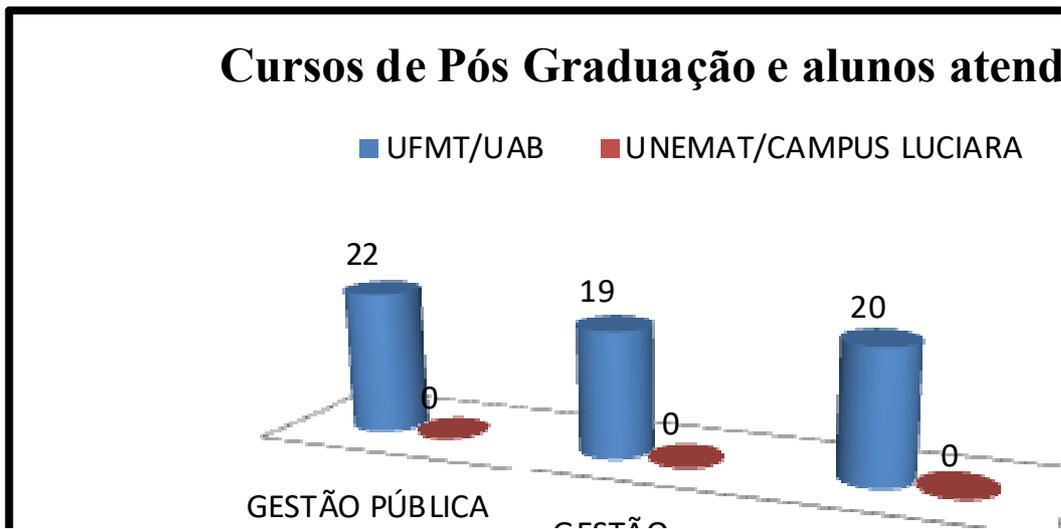
O gráfico acima mostra os cursos de graduação existentes e o número de alunos por curso. Há cinco cursos de graduação: Administração Pública, Tecnologia em Sistema para Internet, Licenciatura em Química, Licenciatura em Pedagogia do Campo e Licenciatura em Letras/Espanhol. O curso com maior número de alunos é o curso de Administração Pública ofertado pela UFMT/UAB com trinta alunos, em segundo lugar o curso com maior número de alunos é o curso de tecnologia em sistema para internet oferecido pela IFMT/UAB com vinte e quatro alunos, em terceiro lugar é o curso de licenciatura em letras/espanhol ofertado pela UNEMAT no campus de Luciara com oito alunos, em quarto lugar está o curso de licenciatura em química, também ofertado pela UNEMAT no campus de Luciara com seis alunos e por último está o curso de licenciatura em pedagogia do campo também no campus de Luciara com quatro alunos. O que percebe aqui é que a UNEMAT oferta o maior número de cursos de graduação, no total de três cursos de nível superior, no entanto sua clientela de alunos é bem menor, juntando os alunos de todos os cursos ofertados pela UNEMAT no campus de Luciara totaliza apenas dezoito. Por lado a IFMT e UFMT oferta apenas dois cursos (um curso cada) tem maior número de alunos, juntos totalizam cinquenta e quatro alunos, representando um percentual aproximadamente de 75% de todos os alunos atendidos no ensino superior do município na rede pública.



5.11.2 - Instituições de Educação Superior – Nível de Pós- Graduação -Cursos e Alunos Atendidos

O gráfico abaixo nos mostra quais instituições de ensino público ofertam cursos de Pós-graduação e a demanda atendida em tais instituições. Percebe-se que há apenas 1(uma) instituição de ensino público que oferta 3(três) cursos de Pós - graduação para sessenta e um alunos. Os cursos de Pós - graduação ofertados são, Gestão Pública com 22 alunos, Gestão Municipal com 19 (dezenove) alunos e o Curso de Gestão em Saúde; dos 3(três) o que tem maior número de alunos é o de Gestão Pública.

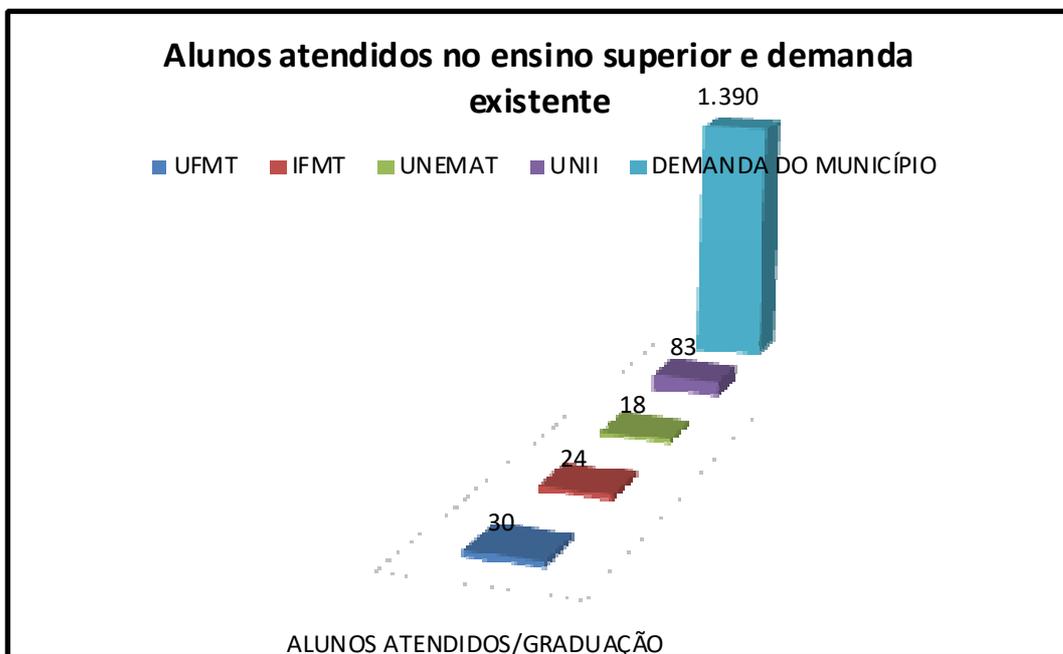
GRÁFICO 51 - INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – NÍVEL DE PÓS - GRADUAÇÃO –CURSOS OFERTADOS E ALUNOS ATENDIDOS



Fontes: Polo UAB São Félix e UNEMAT Campus de Luciara



GRÁFICO 52 - ALUNOS ATENDIDOS NO ENSINO SUPERIOR E DEMANDA DO MUNICÍPIO



Fonte: Arquivos da Instituição UAB/SFA *Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Como é demonstrado acima conforme dados do IBGE 2010 há uma demanda muito grande no que tange ao ensino superior no município. No município, tanto na rede privada quanto nas instituições de ensino superior pública, são atendidos 155 alunos para o nível de graduação, no entanto possui uma demanda de 1.390 pessoas que necessitam de atendimento com o ensino superior, isso representa que o município atende apenas um percentual aproximado de 10,03% da demanda, deixando assim uma demanda de 89,97%.

A expansão da oferta do ensino superior em São Félix do Araguaia é questão fundamental para garantir a ampliação do universo cultural dos jovens e o desenvolvimento da qualidade do ensino ministrado nas escolas.

A necessidade dessa expansão se expressa no interesse manifestado por toda nossa comunidade, bem como nas exigências da sociedade atual que é construída de constantes mudanças forçadas pela globalização do mundo pós-moderno.



O ensino Superior em São Félix do Araguaia fundamenta-se no pressuposto de que a Educação é um direito social e uma obrigação do poder público.

O município de São Félix do Araguaia, a partir de 1997 tem tido um posicionamento firme no sentido de atender a este direito da população. Para tanto, o município recorreu a Universidade Federal de Mato Grosso, para que a mesma colocasse aqui uma extensão que atendesse os jovens egressos do Ensino Médio e demais pessoas interessadas, em cursos de bacharelado.

Além da extensão da UFMT, o município, através de um consórcio com os demais municípios da região, a SEDUC e a UNEMAT, atende, desde 1992 ao professorado da rede pública Estado/Município no Campus Universitário do Médio Araguaia, com sede em Luciara.

A administração municipal é sabedora do que preceitua a LDB no art. 211, § 2º " *Os municípios atuarão prioritariamente no Ensino Fundamental e na Educação Infantil* ". Entretanto, o mesmo art. 211 apresenta: " *A União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.* Com base nesse artigo da LDB e diante da constatação de que no sistema educacional brasileiro, principalmente nos municípios do interior, há um descompasso no ensino superior, entre a oferta e a demanda presente na sociedade, elitizando o mundo do saber e reiterando a exclusão de um grande contingente da população brasileira. Para corrigir essas distorções o município deve concentrar esforços, através do regime de colaboração e, criar todos os mecanismos necessários para atender ao pressuposto de que a Educação, em todos os níveis, é um direito de todos em um processo que deve dar-se durante toda a vida.

Isso não significa que o município está descolando para a esfera municipal uma função de outros entes da federação, e deixando de cumprir a sua responsabilidade com o Ensino Fundamental e a Educação infantil, o propósito é atender as necessidades de acesso ao conhecimento, a técnica, a pesquisa e a capacitação permanente dos munícipes de São Félix do Araguaia, atendendo a um direito do cidadão e as exigências que nos impõe a sociedade atual.



Quando ao financiamento do ensino superior, não pode ser visto como uma sobrecarga para os cofres públicos das diferentes esferas de governo, e sim como um investimento no desenvolvimento cultural da sociedade como um todo.

Diante deste cenário contraditório, de um lado a escassez de investimentos no ensino superior, que contrapõe com a necessidade de expansão e democratização do acesso ao ensino superior, em São Félix do Araguaia e a região, a situação se agrava devido o poder aquisitivo da população e a grande distancia, para os grandes centros.

Isto justifica e de certa forma obriga o município a recorrer as diferentes forma de parcerias, bem como disponibilizar recursos de acordo com a lei Orgânica e Autorizativa da Câmara Municipal, que garante o acesso a técnica e a pesquisa comprometida com o desenvolvimento socioeconômico, científico e cultural da comunidade de São Félix do Araguaia.

O conjunto de ações desencadeadas pelo município em parceria com União e o Estado ampliará a oferta do ensino superior tanto nos cursos de licenciatura como naqueles de bacharelado.

5.11.3 - Educação a Distância como um dos instrumentos para atender a demanda de Ensino Superior

A Educação a Distância (EAD) é uma forma de ensino que possibilita a auto -aprendizagem porque permite o desenvolvimento do conhecimento, de habilidades e competências por meio de recursos didáticos e suportes de informação variados e sistematicamente organizados – utilizados isoladamente ou de forma combinada – veiculados por diversos meios de comunicação.

É importante e necessária a integração de varias mídias na EAD, porque se procura otimizar as potencialidades, as características e a flexibilidade dos diferentes recursos tecnológicos de comunicação e informação (radio, tevê, informática, Internet, material impresso, multimídia etc.) a fim de garantir uma aprendizagem de qualidade.

A EAD incorpora os processos de ensino-aprendizagem utilizados no ensino presencial, no qual incentiva a participação e a interação, são condições para que ocorra a aprendizagem e



ainda suscita a expressão e a confrontação das subjetividades , o que supõe lidar com as diferenças, trabalhando a tolerância e a democracia.

Contudo, a EAD se distingue do ensino presencial ao modificar tanto a relação espaço/tempo como o conceito de interatividade, ao acelerar a transformação da informação em conhecimento significativo e ao ajudar a reduzir as desigualdades regionais.

A distância geográfica e o uso das múltiplas mídias são características inerentes à Educação a Distância, embora não suficientes para definirem sua concepção educacional. Ela nasceu das necessidades de divulgar conteúdos principalmente para a população que possuem dificuldades de acesso aos meios regulares da escolarização, contemplando o oral e o visual.

Há alguns entraves que dificultam a interpretação da EAD: a desinformação a respeito do tema, desde o desconhecimento das possibilidades que a internet desencadeou até o conceito de que essa modalidade de ensino se configura como uma Educação de segunda linha; a falta de recursos humanos preparados para atuar em EAD, capazes de otimizar as potencialidades dos recursos tecnológicos e a falta de mecanismo de controle de qualidade que essa modalidade de ensino exige como, por exemplo, a criação e a análise de indicadores.

5.11.4 - Diretrizes

Diante de uma sociedade cada vez mais competitiva em decorrência da industrialização, o conhecimento é primordial. Neste processo, a universalidade do Ensino Superior em São Félix do Araguaia é um fator que precisa acontecer nesse município que, vem buscando aprimoramento em diversas áreas, necessitando, para tanto, de cursos que supram tal demanda.

A tecnologia deverá ser utilizada como ferramenta, pois o fundamental é a proposta pedagógica, o pensar filosófico. Mesmo com o uso de novas tecnologias, corre-se o risco de reproduzir formas arcaicas de Educação, que contribuem para perpetuar e reforçar modelos excludentes da sociedade atual. Na nova metodologia, a noção do erro é algo que pode ser revisto e reformulado para possibilitar a produção de novos saberes. Deve-se incentivar a



consciência de que as novas tecnologias permitem partilhar saberes e sentimentos e de que se tem sempre a oportunidade de incorporar ideias do outro às suas.

A EAD pode ser utilizada em São Félix do Araguaia, como um importante instrumento de formação continuada para professores em serviço e, mediante parceria, também para profissionais de outras Secretarias Municipais. Os cursos de licenciatura devem usufruir das possibilidades da EAD e preparar futuros professores para interagirem com as novas tecnologias, com as rápidas mudanças do mundo do trabalho e de uma sociedade globalizada. A própria Lei de Diretrizes e Bases considera, explicitamente, a Educação a Distância como um importante instrumento de formação e capacitação de professores em serviço, desde que devidamente concebida e executada.

Neste contexto, os munícipes, bem como seus representantes, precisam conscientizar-se de seus respectivos papéis, na busca por investimentos para implantação e fortalecimento dos atuais cursos e na consolidação de novos cursos.

Conforme o artigo 43 da Lei de Diretrizes e Bases - LDB, a Educação Superior tem por finalidade:

- Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- Formar pessoas nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação científica;
- Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e tecnologia e criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem com o meio em que vive;
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituam patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;



- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual, sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- Estimular os conhecimentos dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios, resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica, geradas na instituição.

5.12 ETAPA: QUALIDADE DE ENSINO

5.12.1 Diagnóstico

Nos últimos anos, a estatística realizada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) nos revela um significativo decréscimo na aprendizagem dos alunos, principalmente séries iniciais.

A ausência de aprendizagem é o inverso da inclusão social e da cidadania assegurada pela constituição e LDB em vigência.

O mercado de trabalho e as mudanças constantes de paradigmas e os avanços tecnológicos engrenam-se em rede, formando um grande desafio para a população atual. Esta acaba buscando nas escolas, o aprendizado para enfrentar com sucesso tais desafios que são os mais diversos.

Para construir uma nova realidade educacional, o município em parceria com as universidades e o Estado de Mato Grosso precisam estar implementando permanentemente um conjunto de políticas estruturais, não só para os alunos, mas também para os professores, principais articuladores em uma nova Educação na sua finalidade, exclusivamente.



Em São Félix do Araguaia a formação dos professores apresenta um acréscimo positivo nos últimos anos. Os Gráficos 49 e 51 demonstram que ainda existem professores atuando em sala de aula com apenas o Ensino Médio, uma distorção que precisa ser corrigida, porém em relação à 10 anos atrás, período da aprovação do primeiro Plano Municipal, constata-se um avanço.

Segundo a Unesco, conforme reprodução na íntegra de seu relatório sobre a Educação, a má qualidade da Educação no Brasil ainda é crucial. São os fatores apresentados pela UNESCO que fazem com que o Brasil seja o 60º país no Ranking da Educação Mundial.

5.12.2 - Unesco Aponta má Qualidade como Principal Problema da Educação no Brasil

Relatório vê avanços no acesso ao ensino entre a população mais pobre, elogia o Fundeb como uma política de sucesso e diz que a solução dos problemas passa pela valorização dos professores.

Nenhum dos seis objetivos estabelecidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) será cumprido globalmente até 2015, segundo o Relatório de Monitoramento Global Educação para Todos. O levantamento, que será divulgado nesta quarta-feira (29/01) em Brasília e em Adis Abeba, na Etiópia, aponta que 250 milhões de crianças não conseguiram aprender o básico na escola primária e que um quarto da população jovem do mundo não é capaz sequer de ler parte de uma frase.

Apontado diversas vezes como exemplo positivo, o Brasil conseguiu atingir as metas de "Educação primária universal" e "habilidade de jovens e adultos", mas ainda precisa avançar para melhorar a qualidade do ensino e diminuir os índices de analfabetismo. Treze milhões de brasileiros não sabem ler nem escrever, o que faz do Brasil o oitavo país com maior número de analfabetos.

"O grande nó crítico do país é a qualidade da Educação, especialmente em relação ao aprendizado. O aluno está na sala de aula, mas não aprende. É uma exclusão intraescolar: 22% dos alunos saem da escola sem capacidades elementares de leitura e 39% não têm conhecimentos básicos de matemática. De qualquer maneira, não podemos negar os grandes



avanços que o Brasil apresentou", afirma Maria Rebeca Otero, coordenadora de Educação da Unesco no Brasil.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) é visto como uma política de sucesso. O relatório diz que o fundo aumentou em 20% a frequência escolar entre as crianças mais pobres e elevou o número de matrículas, especialmente no norte do país. "O Fundeb é tido como um exemplo para o mundo, mas devemos destacar que a gestão dos recursos ainda é muito deficitária", avalia Otero.

A Unesco critica o fato de as políticas sociais e educacionais não reduzirem a disparidade de investimento por aluno no país. Em 2009, o Estado gastou 611 dólares por aluno do ensino primário na região Nordeste, metade do que é investido em um estudante do Sudeste. O mínimo de gasto para uma Educação adequada seria 971 dólares por aluno, diz a publicação.

Valorização dos professores:

[É necessário treinar os professores e oferecer a eles uma remuneração adequada, afirma a Unesco]

O relatório, intitulado Ensinar e Aprender: atingindo a qualidade para todos, destaca que cerca de 10% do gasto na Educação infantil no mundo é perdido devido às falhas no sistema de ensino. A crise global do aprendizado custa aos governos 129 bilhões de dólares por ano. "No estágio atual, os países simplesmente não podem reduzir o investimento em Educação", ressalta o texto.

A Unesco conclui que a valorização dos professores pode mudar esse cenário e faz um alerta aos governos para que ofereçam melhores condições de trabalho a esses profissionais. "É preciso atrair melhores candidatos e preencher as vagas. Eles precisam ser treinados para entender as necessidades das crianças e também ser valorizados, com melhores salários e planos de carreira", diz Otero.

O especialista em políticas públicas de Educação Erasto Fortes, membro do Conselho Nacional de Educação, afirma que o governo deve se comprometer a construir uma política nacional de formação de professores e oferecer programas de especialização, como prevê o



Plano Nacional de Educação (PNE). "O piso salarial, que é muito baixo, também precisa corresponder à média paga a outros profissionais que tenham o nível de formação de ensino superior. Ainda assim, estados e municípios têm recorrido à Justiça para fazer com que essa lei não tenha vigência, em função de dificuldades orçamentárias", critica.

De acordo com a Unesco, será necessário recrutar 5,2 milhões de professores em todo o mundo até 2015.

Faltam docentes em várias disciplinas e jovens não têm interesse em seguir a profissão, que paga baixos salários e é uma das menos valorizadas pela sociedade. O Plano Nacional de Educação pode ser uma saída. (20.01.2014)

5.12.3 Lei Destina Royalties do Petróleo Brasileiro Para Saúde e Educação

de dez anos. O novo texto que tramita no Congresso Nacional estabelece 21 metas para O Brasil está sem um Plano Nacional de Educação desde 2011. O primeiro, aprovado em 2001, teve vigência aprimorar a Educação no país. "O problema principal a ser considerado é o prazo. O Congresso ainda não cumpriu com sua competência de aprovação do plano e precisa ser mais ágil", considera Fortes.

O PNE foi aprovado no Senado em dezembro de 2013, mas, como houve modificações, o texto voltou para a Câmara dos Deputados. A nova versão é alvo de críticas de movimentos de Educação, que veem um tom "privatista" nas mudanças.

Como exemplo do impacto do novo texto aprovado pelos senadores, o especialista em financiamento da Educação José Marcelino de Rezende Pinto explica que o Fies, que permite ao estudante financiar as mensalidades das instituições privadas, e o Prouni, que oferece bolsas de estudo em universidades particulares, seriam considerados gastos públicos. "É muito pior, porque infla o gasto e considera todos os repasses ao setor privado como gasto público. É o velho artifício de incrementar o gasto educacional", diz.

O coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, teme que o PNE não seja aprovado na Câmara antes das eleições, em outubro. "Durante todo o processo, o governo federal tentou protelar a votação. Se a pressão das eleições não fizer com



o que o governo aprove o plano, o debate pode ficar para 2015 ou 2016. É um momento muito delicado", avalia.

5.12.4 Financiamento da Educação

Pressionado pelos protestos de junho do ano passado, o Congresso Nacional aprovou em setembro a destinação de 75% dos royalties do petróleo para a Educação. Para Marcelino, os recursos não serão suficientes para bancar a elevação de 10% do PIB para gastos em Educação, como prevê o PNE.

No relatório, a Unesco estabelece que o mínimo a ser investido é 6% do PIB. De acordo com a entidade, o Brasil destina 5,9%. Segundo Marcelino, esse parâmetro internacional não pode servir de comparação. "Países ricos gastam cerca de 6% do PIB, mas o montante deles é muito maior. O que deve ser analisado é o gasto por aluno. Os Estados Unidos, por exemplo, investem seis vezes mais do que o Brasil", diz.

O especialista argumenta que, para cumprir a meta de 10% do PIB para Educação, o Congresso deverá fazer um grande esforço orçamentário. "O próprio ministro da Educação, Aloísio Mercadante, admitiu que os royalties não seriam suficientes. Agora, tudo depende da batalha dos deputados. Só o petróleo não dá. Acho que o exemplo da Copa é interessante: quando se precisa de dinheiro, ele aparece."

Em tempos digitais, necessidade de uma boa escrita à mão é questionada por políticos e educadores, mas há quem defenda a prática como expressão da personalidade e benéfica ao pensamento estruturado. Data 29.01.2014 Autoria Karina Gomes

5.13 ETAPA - FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

5.13.1 - Diagnóstico

Nos últimos anos, a estatística realizada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) nos revela um significativo decréscimo na aprendizagem dos alunos, principalmente séries iniciais.



A ausência de aprendizagem é o inverso da inclusão social e da cidadania assegurada pela constituição e LDB em vigência.

O mercado de trabalho e as mudanças constantes de paradigmas e os avanços tecnológicos engrenam-se em rede, formando um grande desafio para a população atual. Esta acaba buscando nas escolas, o aprendizado para enfrentar com sucesso tais desafios que são os mais diversos.

Em São Félix do Araguaia a formação dos professores apresenta um acréscimo positivo nos últimos anos.

Observando o quadro abaixo, verifica-se que o número de professores cursando curso superior pela UNEMAT, com investimentos municipais, dobrou em relação às primeiras turmas. Há também, nos últimos anos, o ingresso de outra parcela da sociedade não vinculada a Educação, foi a turma do Curso de Ciências Contábeis como mostra o quadro:

TABELA 11 – QUADRO DE PROFESSORES POR HABILITAÇÃO/2003

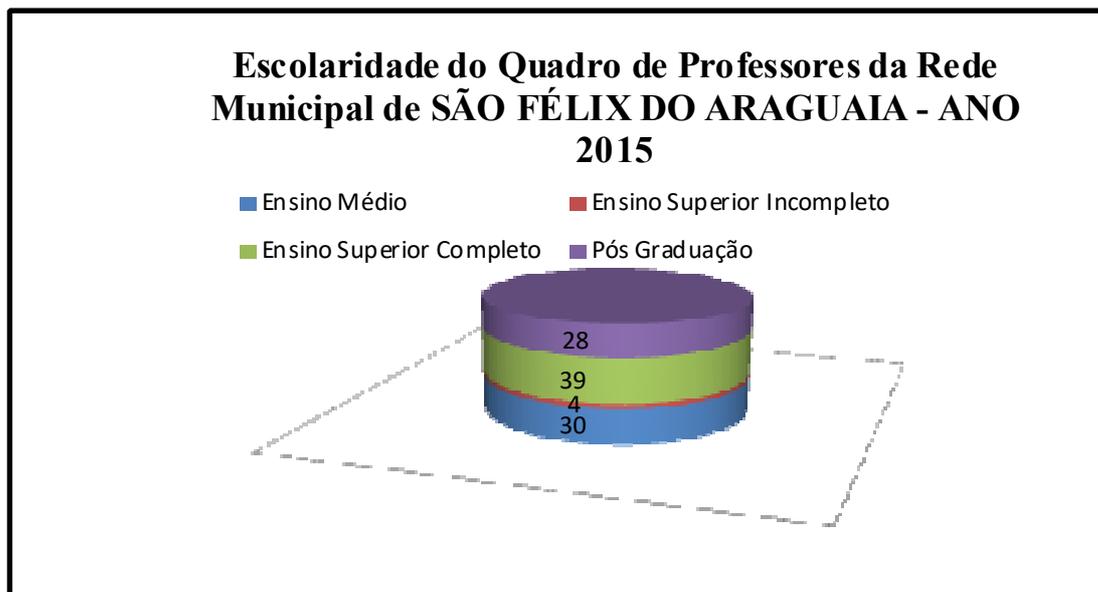
ESCOLA	ENS. MÉDIO	SUP. INCOMP.	SUP. COMPL.	TOTAL GERAL
Escola Severiano Neves	13	05	17	35
Escola Gov. José Fragelli	10	08	07	25
Escola José Ateneu Luz	01	05	07	13
Escola Tancredo Neves	01	03	10	14
Escola Caminho Feliz	06	-	-	06
Cooperativa de Ensino	03	01	07	11
Escola Mun. Nova Suiá	16	10	01	27
Escola Mun. Vila São Sebastião	08	05	-	13
Escola Municipal de Pontinópolis	13	09	01	23
Creche Municipal D ^a Tunica	08	03	03	14
Creche Municipal D ^a Elza	05	02	-	07
TOTAL GERAL	84	51	53	188



Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Escolas

GRÁFICO 53 - ESCOLARIDADE DO QUADRO DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL

Ano 2015

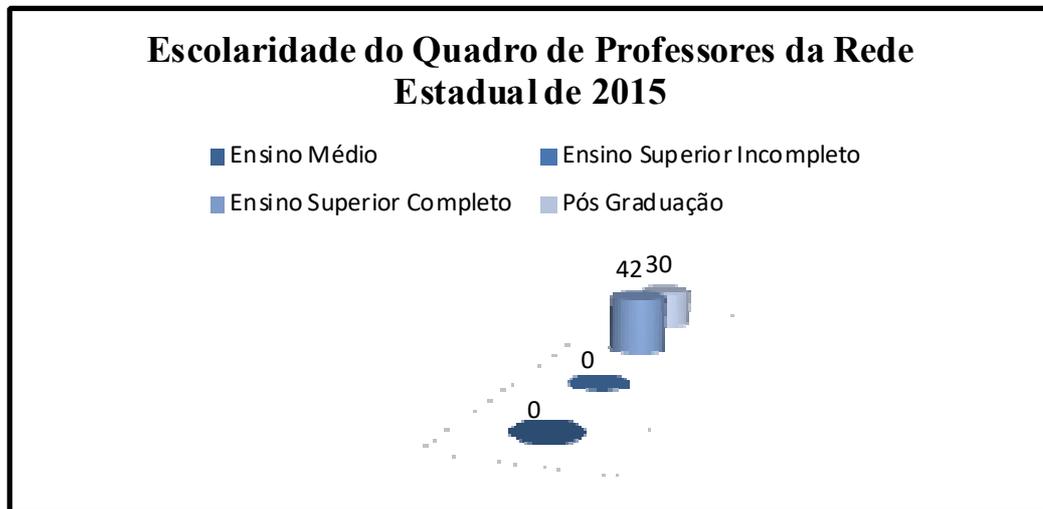


Fonte: Recursos Humanos/ Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Com os números apresentados no gráfico o número de professores do quadro de professores da rede municipal totaliza cento e um, desses, 30 professores possui apenas o Ensino Médio, o que representa 29,70%. E 04 (quatro) está cursando o ensino superior, o que representa 3,97% do quadro total de professores. Trinta e nove professores possui o ensino superior, o que representa 38,61% do quadro total e há apenas 28 professores que possui pós graduação, o que representa um percentual de 27,72%. Somando os professores graduados e pós graduados totalizam 66,33% do quadro total com nível superior. Porém ainda apresenta um quadro muito elevado com professores que possui apenas o Ensino Médio e não estão cursando o ensino superior, demonstrando uma demanda de 29,70%.



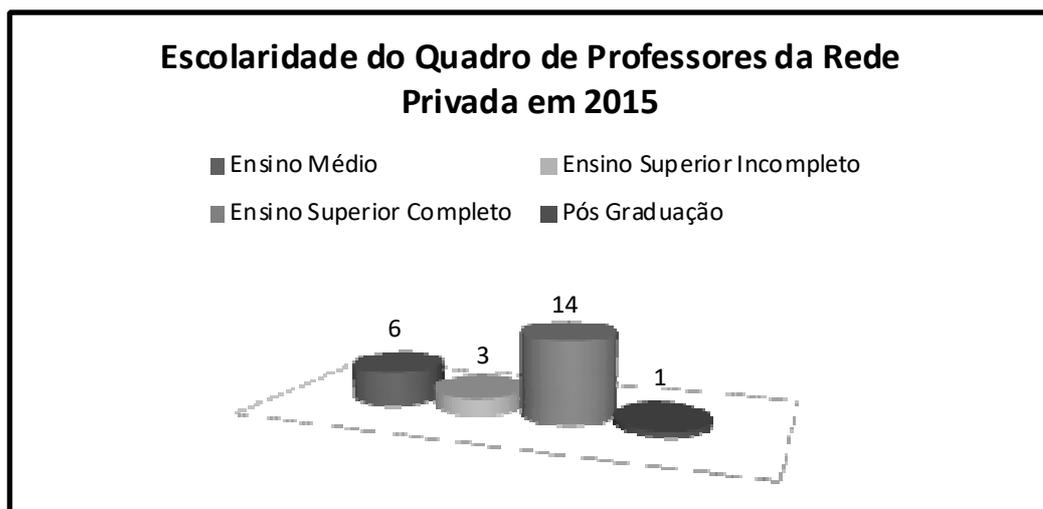
GRÁFICO 54 - ESCOLARIDADE DO QUADRO DE PROFESSORES DA REDE ESTADUAL



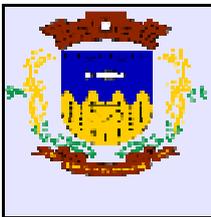
Fonte: Secretaria das Escolas Estaduais

O quadro de professores da rede estadual conforme os dados apresentados acima totalizam 72 professores, desse total 58,33% com o nível superior e 41,67% possui pós - graduação. Apresenta a inexistência de professores com formação de apenas Ensino Médio ou cursando, o que deixa claro aqui é que nenhum professor sem nível superior pode atuar no exercício da docência, dessa forma não apresenta demanda para tal escolarização.

GRÁFICO 55 - ESCOLARIDADE DO QUADRO DE PROFESSORES DA REDE PRIVADA



Fonte: Arquivo das escolas



Na rede privada de ensino no município de São Félix do Araguaia conforme gráfico apresentado, há 24 professores, desse total a maioria possui o ensino superior juntamente com pós, totalizam 15 professores, representando um percentual de 62,5%. Três desses que fazem parte do quadro estão cursando o ensino superior, o que representa 12,5%. Porém ainda apresenta um quadro de demanda para formação, 06 (seis) professores possuem apenas o Ensino Médio.

Observa-se na tabela acima que havia 84 professores, ou seja, 44,68% do total de 188 professores das redes públicas e privada deste município, que ainda não possuíam o curso superior. Esse quadro evolui após 10 (dez) anos, a realidade das escolas da Rede Pública e mesmo das privadas apresenta mais professores com licenciatura em Pedagogia e áreas específicas, uma realidade que alegra a sociedade, porém ainda existem nas escolas públicas, em especial as escolas do campo, professores atuando em sala com apenas o Ensino Médio.

A Unemat em parceria com o município de São Félix do Araguaia e demais municípios da Região do Araguaia formou mais de 500 professores em Pedagogia para as séries iniciais e para Educação Infantil. No caso de São Félix do Araguaia, 79 professores concluíram o curso. Muitos estão atuando em escolas públicas, seja Estadual ou Municipal, outros aposentaram, e alguns mudaram de cidade. Esse rodízio, comum na região, faz com que essa lacuna esteja em constante necessidade de preenchimento.

GRÁFICO 56 – PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA - 2011

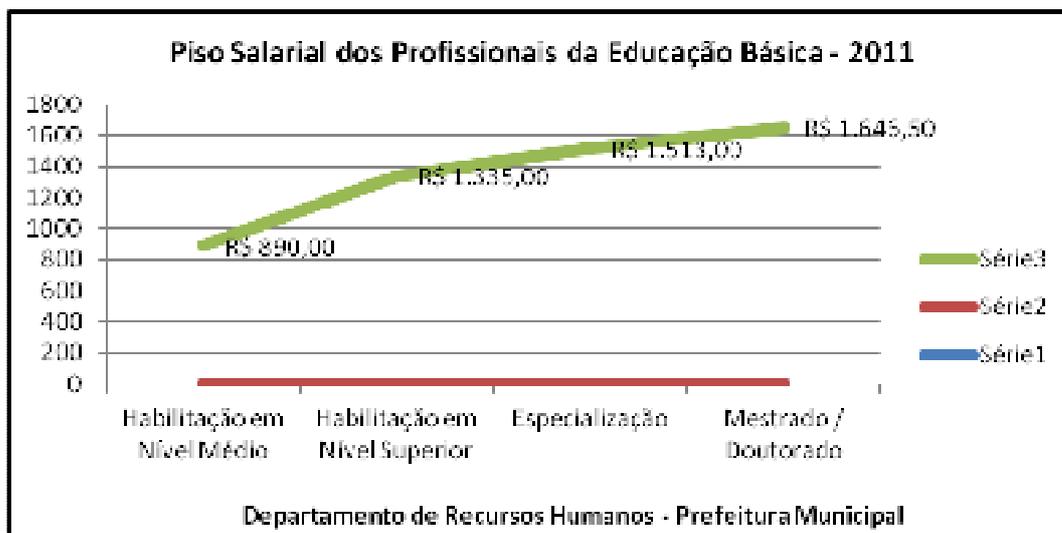




GRÁFICO 57 – PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA - 2012

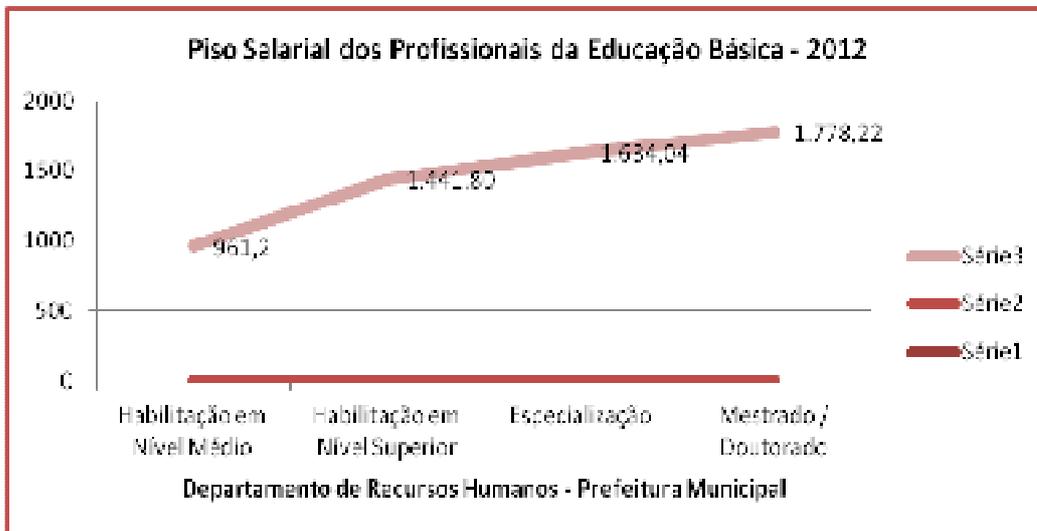
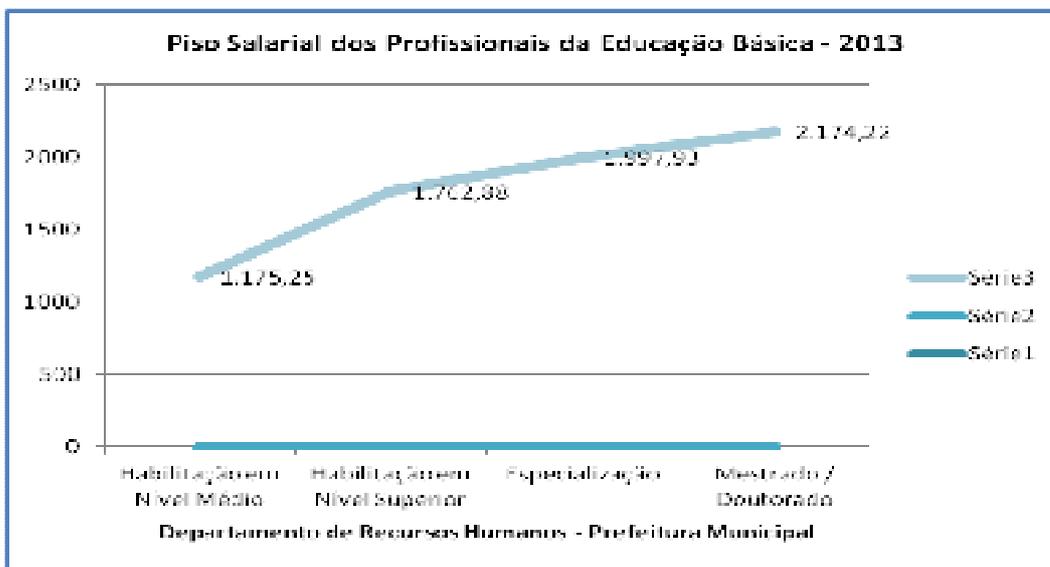


GRÁFICO 58 – PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA - 2013



A Lei de Diretrizes e Bases da Educação exige a valorização dos profissionais da Educação. E valorização dos profissionais da Educação de acordo com o artigo 67 da referida lei, significa que os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da Educação, assegurando-lhe, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:



- I – ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
- III – piso salarial profissional;
- IV – progressão funcional baseada na titulação ou habilitação e na avaliação do desempenho;
- V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho.
- VI – condições adequadas de trabalho.

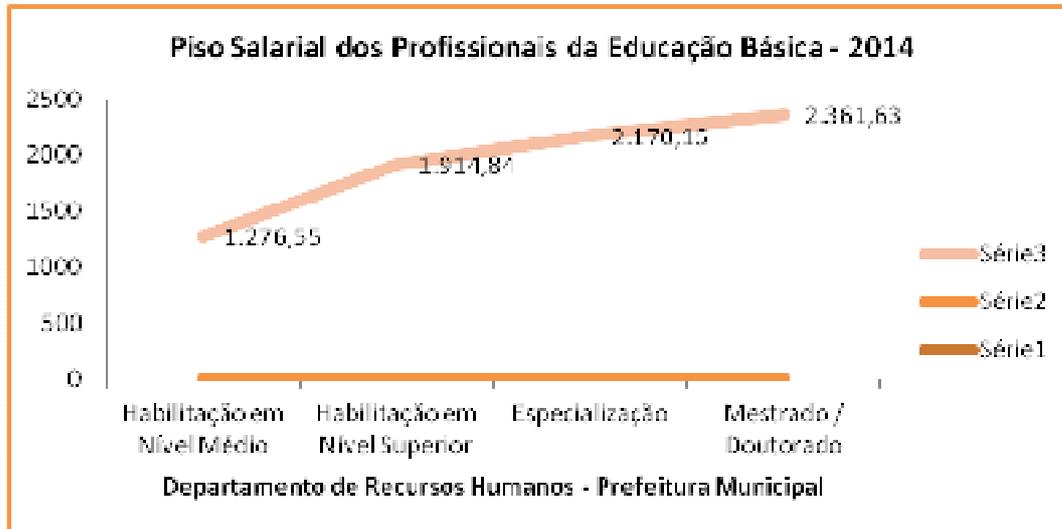
Para atender estes princípios da LDB algumas ações precisam ser garantidas, tais como: o fortalecimento dos programas de formação continuada, bem como a formação de nível superior em licenciaturas e a garantia da aplicação correta do montante dos recursos vinculados à Educação.

A valorização da carreira dos professores brasileiros passa pela elevação do nível salarial, mas também por um conjunto de instrumentos que aperfeiçoem as condições de exercício profissional. No entanto, em 2008, foi sancionada a lei 11.738, conhecida como Lei do Piso, que institui o piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica.

Atualmente, o professor do município de São Félix do Araguaia tem um piso salarial de R\$1.276,55 (mil duzentos e setenta e seis e cinquenta e cinco centavos) para uma carga horária de 30 horas/semanais, carreira inicial, Ensino Médio e R\$ 1.914,84(mil, novecentos e quatorze e oitenta e quatro centavos) para licenciatura, carreira inicial, conforme gráficos abaixo:



GRÁFICO 59 – PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA - 2014



Além dos aspectos financeiros, como citado anteriormente, há questões relacionadas à formação e a valorização do Magistério que devem ser alvo de políticas públicas afim de corrigir as distorções que põem em risco a vida profissional daqueles que têm um decisivo papel no progresso do país.

O frequente desrespeito aos profissionais do magistério tem provocado danos à sua saúde além da despersonalização e falta de realização pessoal. A consequência é o baixo comprometimento com o trabalho, adoção de comportamentos mecânicos e burocratizados e um distanciamento emocional dos professores com seu alunado e, por fim, a desistência da profissão.

Outro fator diz respeito às políticas de valorização e formação docente. Há no município um terreno enorme a ser cultivado no que tange às políticas de valorização e formação docente. A formação continuada em serviço que fortalece a prática docente encontra muitos obstáculos. Falta espaço destinado especialmente à formação permanente e qualificação contínua dos docentes e espaços disponíveis para promoção de cursos, oficinas, seminários e estudos relacionados às questões técnico-pedagógicas e equipados com laboratórios de tecnologias inteligentes. Essa situação se torna mais gritante na Escola Alberto Nunes da Silveira, localizada no distrito de Espigão do Leste; Falta espaço para atender os alunos com baixo rendimento e principalmente para implementação de programas para a Educação Integral,



caso do Mais Educação, oficinas de músicas, introduzida na escola através da Fanfarras Escolar, espaço para o professor planejar suas atividades, espaço para biblioteca, dada a quantidade de livros existentes nas escolas, entre outros obstáculos.

A partir dessas considerações, a análise do ambiente interno demonstrou que é necessário o fortalecimento das instâncias de controle social: Conselhos Municipais de Educação, os colegiados escolares, os sindicatos que representam os trabalhadores da Educação e também as organizações estudantis, todos eles com fraca e difusa atuação em nosso município. Isto porque a cultura de participação coletiva é ainda muito incipiente e agravada pelo afrouxamento da relação família-escola.

No que diz respeito, à remuneração, apresentamos uma tabela com dados dos últimos 04 anos anteriores ao primeiro plano, 2004, e dos últimos 04 anos que antecederam ao novo plano. Considerando o que foi pautado no Plano anterior, no que diz respeito a equiparação de salários, entre as duas Redes, constata-se que a Rede Municipal ainda não conseguiu, nestes 10 (dez) anos, igualar ao salário percebido pelos professores com a mesma formação, porém atuando na Rede Estadual. A disparidade entre uma Rede e outra tem sido maior nos últimos dez anos. Este quadro requer esforços das 3 instâncias, Federal, Estadual e Municipal para que, um dos fatores, para a garantia da qualidade do ensino oferecido, seja concretizada.

TABELA 12 - NÚMERO DE APOIO ADMINISTRATIVO POR GRAU DE FORMAÇÃO - ANO 2004

Nível Completo	Rede Est.	Rede Mun.	Rede Privada
Fundamental Incompleto	05	14	04
Fundamental completo sem profissionalização	04	01	-
Fundamental completo com profissionalização	-	-	-
II grau completo sem Com profissionalização	06	06	03
II grau completo com profissionalização	10	01	-
Superior sem profissionalização	01	-	-

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Escolas



As tabelas acima mostram que, quanto à qualificação dos docentes já havia um avanço significativo, e estava mais ou menos equiparada a situação da Rede Estadual com a Rede Municipal. Em relação aos demais profissionais da Educação, as tabelas revelam a necessidade de políticas urgentes e cooperadas entre Estado e município para garantir a profissionalização deste segmento.

GRÁFICO 60 – PISO SALARIAL DE APOIO ADMINISTRATIVO ESCOLAR NÃO PROFISSIONALIZADO - 2014

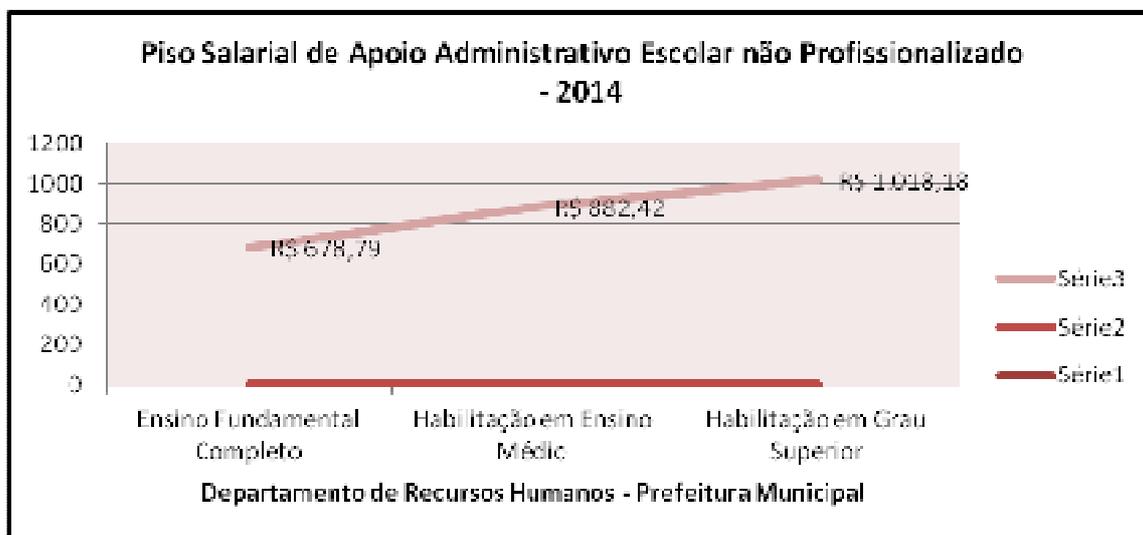


GRÁFICO 61 – PISO SALARIAL DE APOIO ADMINISTRATIVO ESCOLAR PROFISSIONALIZADO - 2014

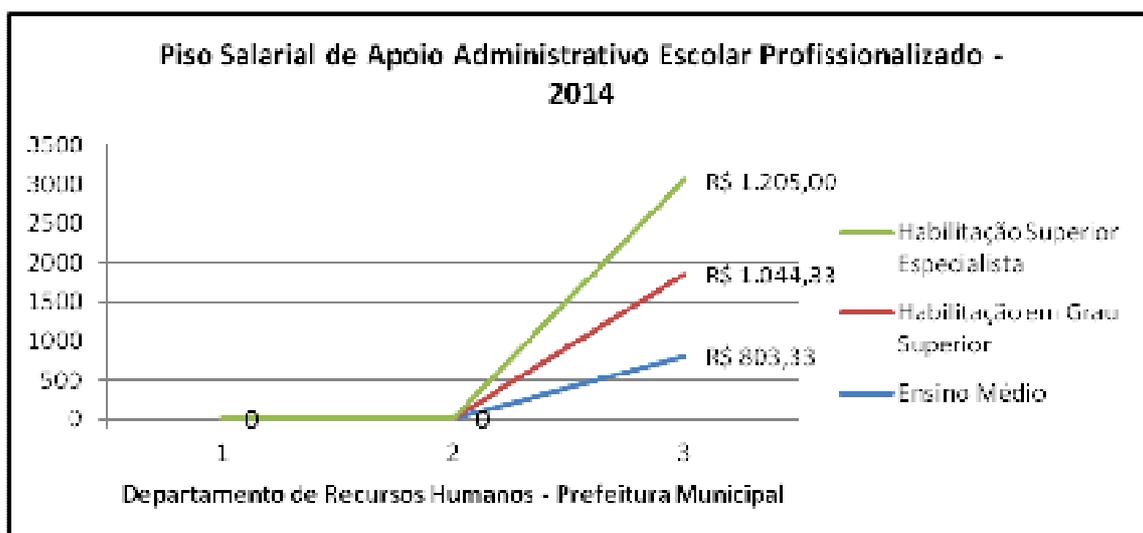




GRÁFICO 62 – PISO SALARIAL DE TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NÃO PROFISSIONALIZADO - 2014

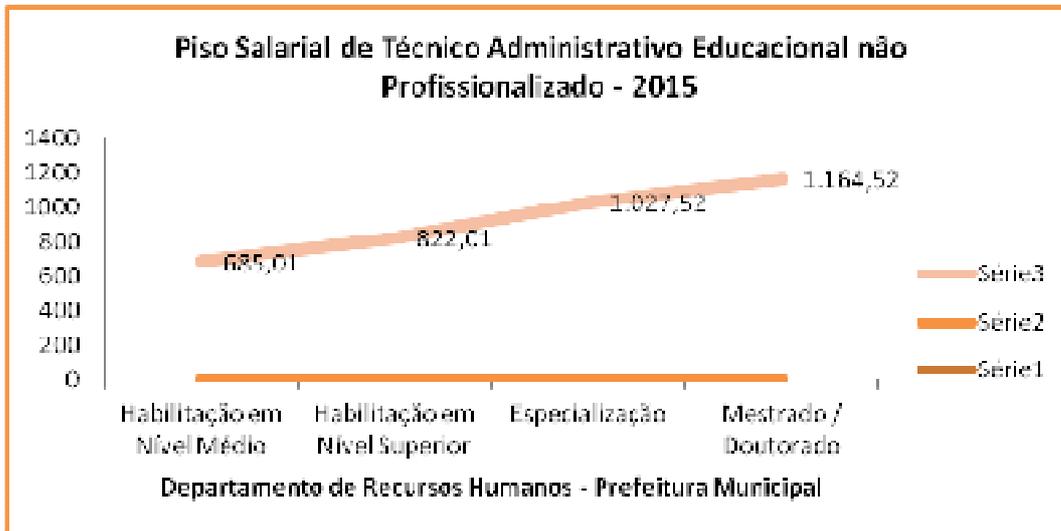


TABELA 13 – CARGA HORÁRIA 30 HORAS /PROFESSORES - ANO 2004

	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Privada
Magistério – Ensino Médio	R\$ 589,80	R\$ 648,90	R\$ 558,00
Propedêutico-Ensino Médio	R\$ 530,70	R\$ 389,10	R\$ 501,60
Licenciatura	R\$ 885,00	R\$ 973,20	R\$ 654,40

Fonte: Recursos humanos da Prefeitura e folha de pagamento da Rede Estadual /Assessoria Pedagógica e Escolas Privadas

TABELA 14 - TABELA SALARIAL DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT - 2015

FORMAÇÃO	MUNICÍPIO	ESTADO	PRIVADA
Ensino Médio	1.276,55*	1.901,07**	1.113,75***
Nível Superior	1.914,84	2.851,51	1.215,00

Fonte: * Secretaria Municipal de Educação** Portal sad/MT ***Secretaria da Escola

5.14 ETAPA - FINANCIAMENTO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO



5.14.1 - Diagnóstico

O Estado tem o dever constitucional de assegurar o Ensino Fundamental obrigatório, bem como a progressiva universalização do Ensino Médio e gratuito. O Município organizará, igualmente, seus sistemas de ensino e responsabilizar-se-ão, prioritariamente, pelo Ensino Fundamental – inclusive para os que a ele não tiverem acesso na idade própria – e pela Educação Infantil.

Para o fiel cumprimento desses deveres, o município deve elaborar e executar políticas públicas que estejam em consonância com os preceitos constitucionais vigentes e com as diretrizes emanadas do Plano Nacional de Educação, de modo a possibilitar a integração e a coordenação de suas ações no âmbito educacional.

Em função da natureza federativa do Estado brasileiro, a Constituição Federal definiu uma divisão de responsabilidade entre União, Estados e Municípios que determinam a organização dos sistemas de ensino em regime de colaboração. Para tanto, a União, no exercício de sua função redistributiva e supletiva, incumbir-se-á de garantir a equalização de oportunidades educacionais, bem como o padrão mínimo de qualidade do ensino, mediante efetiva assistência técnica e financeira a todos os Estados e Municípios. Cabe, portanto ao Estado e aos seus municípios definirem, conjuntamente, as formas de colaboração na oferta do Ensino Fundamental, assegurando a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma das esferas do poder público.

Para garantir plenamente a execução dos seus programas e das diretrizes do Plano Municipal de Educação, assegurando o atendimento de acordo com os dispositivos da Lei Orgânica do município de São Félix do Araguaia aplicara, anualmente, na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental público, no mínimo 28% da receita resultante de impostos, incluindo os recursos provenientes de transferências.

No cenário atual, com a Lei que estabelece o Piso Nacional para professores é necessário uma ação conjunta, entre município e sociedade para o cumprimento desta, uma vez que o FUNDEB, na maioria das vezes, não consegue cobrir a folha de pagamento.



É indispensável que os governantes tenham absoluta clareza quanto à necessidade da adoção de uma política integrada de financiamento para o desenvolvimento da Educação Básica, uma vez que a equalização do financiamento e a garantia de recursos estão diretamente ligadas ao padrão de qualidade de ensino pretendido pelo Governo, com vistas à construção de um sistema educacional que garanta, efetivamente, a equidade de oportunidades educacionais para todos os cidadãos do município de São Félix do Araguaia.

A Educação é um requisito essencial para o exercício pleno da cidadania, para melhoria de qualidade de vida e para a elevação do índice de desenvolvimento humano de um país. Sintonizada com as conquistas sociais da modernidade, consagradas, especialmente, pela Declaração Universal dos Direitos do Homem e pela Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, a Constituição Federal de 1988 determinou, expressamente, que a Educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, de acordo com o artigo 205, devendo ser assegurada " com absoluta prioridade " à criança e ao adolescente, conforme consta no *caput* do artigo 227, pela família, pelo Estado e pela sociedade. Assim, o fundamento da obrigação do poder Público de financiar a Educação está no fato dessa se constituir num direito e não necessariamente num valor econômico.

Como a União, os Estados e os Municípios têm a incumbência legal de elaborar planos de Educação (LDB artigo 9º, inciso I e artigo 10, III), é imprescindível que a Secretaria Municipal de Educação de São Félix do Araguaia mantenha o seu sistema de informação, com a garantia do aprimoramento da base de dados educacionais e o aperfeiçoamento dos processos de coleta e armazenamento de dados censitários e estatísticos, devidamente disponibilizados para toda a sua população. Essa base contribui para a consolidação do sistema de avaliação educacional, que é de fundamental importância para verificar a eficácia das políticas públicas adotadas, definir prioridades e melhorar a qualidade do ensino (LDB, artigo 9º, e artigo 10, IV). Para tanto, é preciso assegurar recursos financeiros para garantir a viabilização das propostas de capacitação e aprimoramento dos usuários desse sistema, bem como suprir as necessidades básicas de consumo, de manutenção e de conservação dos equipamentos disponíveis para que a informação dos serviços e a interconexão em rede, desde as escolas até o MEC, ocorram com sucesso.



Há que se adotar políticas eficientes voltadas para a otimização dos recursos financeiros existentes, bem como para a capacitação de novas fontes de financiamento, que garantam a efetiva implementação do Plano Municipal de Educação, conforme o proposto.

A descentralização da gestão deve ser oferecida nas dimensões pedagógicas, administrativa e da gestão financeira, como determina a LDB (artigo 15), para que as escolas continuem contando com repasse direto de recursos e possam implementar suas respectivas propostas pedagógicas e garantir as despesas de manutenção. A maior autonomia das escolas corresponderá proporcionalmente à responsabilidade perante a sociedade de oferecer uma escola pública de qualidade para todos os cidadãos.

5.14.2 - Finanças Públicas

A receita orçamentária do município passou de R\$ 12,4 milhões em 2005 para R\$ 18,0 milhões em 2009, o que retrata uma alta de 44,9% no período ou 9,72% ao ano.

A proporção das receitas próprias, ou seja, geradas a partir das atividades econômicas do município, em relação à receita orçamentária total, passou de 10,03% em 2005 para 13,17% em 2009, e quando se analisa todos os municípios juntos do estado, a proporção aumentou de 19,15% para 19,28%.

A dependência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) aumentou no município, passando de 22,26% da receita orçamentária em 2005 para 26,55% em 2009. Essa dependência foi superior àquela registrada para todos os municípios do Estado, que ficou em 19,74% em 2009.



GRÁFICO 63 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS CINCO MAIORES DESPESAS DO MUNICÍPIO EM 2009



5.15 ASPECTOS DE GESTÃO MUNICIPAL

5.15.1 - Finanças Públicas

As despesas com saúde, administração, Educação, legislativa e assistência social foram responsáveis por 90,34% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 3,58% do orçamento total, valor esse inferior à média de todos os municípios do estado, de 3,86%.

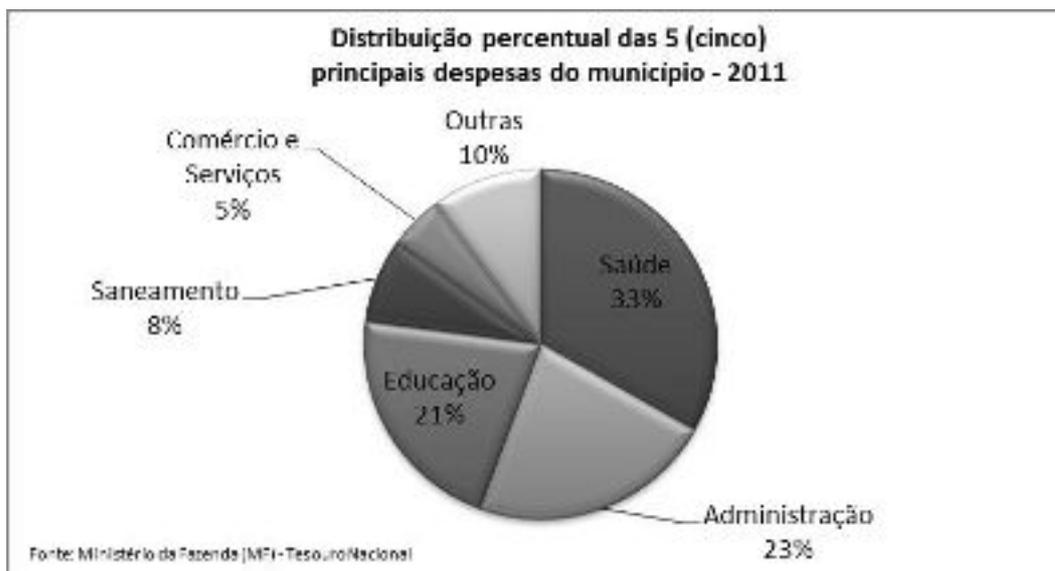
A receita orçamentária do município passou de R\$ 12,4 milhões em 2005 para R\$ 18,0 milhões em 2011, o que retrata uma alta de 44,9% no período ou 9,72% ao ano.

A proporção das receitas próprias, ou seja, geradas a partir das atividades econômicas do município, em relação à receita orçamentária total, passou de 10,03% em 2005 para 13,17% em 2011, e quando se analisa todos os municípios juntos do estado, a proporção aumentou de 19,15% para 19,28%.



A dependência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) aumentou no município, passando de 22,26% da receita orçamentária em 2005 para 26,55% em 2011. Essa dependência foi superior àquela registrada para todos os municípios do Estado, que ficou em 19,74% em 2011.

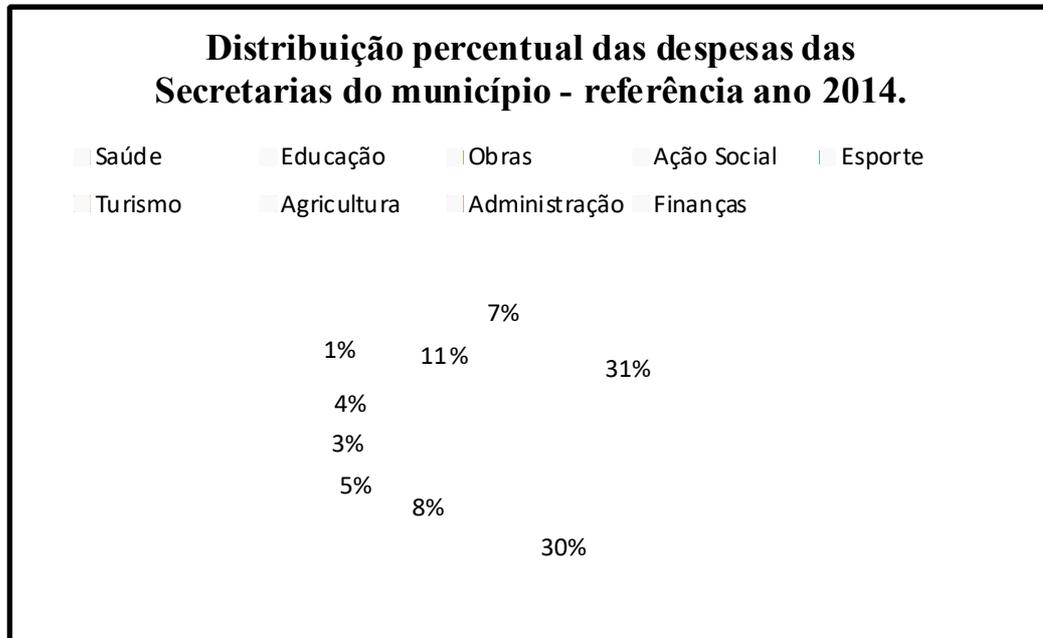
GRÁFICO 64 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS CINCO PRINCIPAIS DESPESAS DO MUNICÍPIO EM 2011



As despesas com saúde, administração, Educação, legislativa e assistência social foram responsáveis por 90,34% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 3,58% do orçamento total, valor esse inferior à média de todos os municípios do estado, de 3,86%.



GRÁFICO 65 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS DESPESAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO - 2014



Fonte: Contabilidade da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia – MT.

5.15.2 – INVESTIMENTOS EM FOLHAS DE PAGAMENTO

GRÁFICO 66 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS DESPESAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ANUAL - 2011

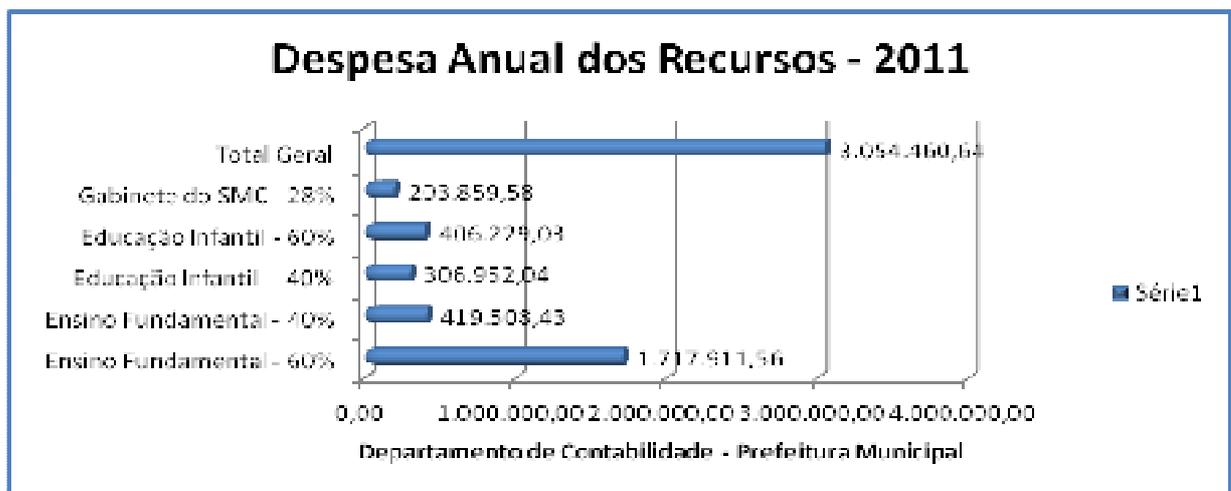




GRÁFICO 67 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS DESPESAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ANUAL - 2012

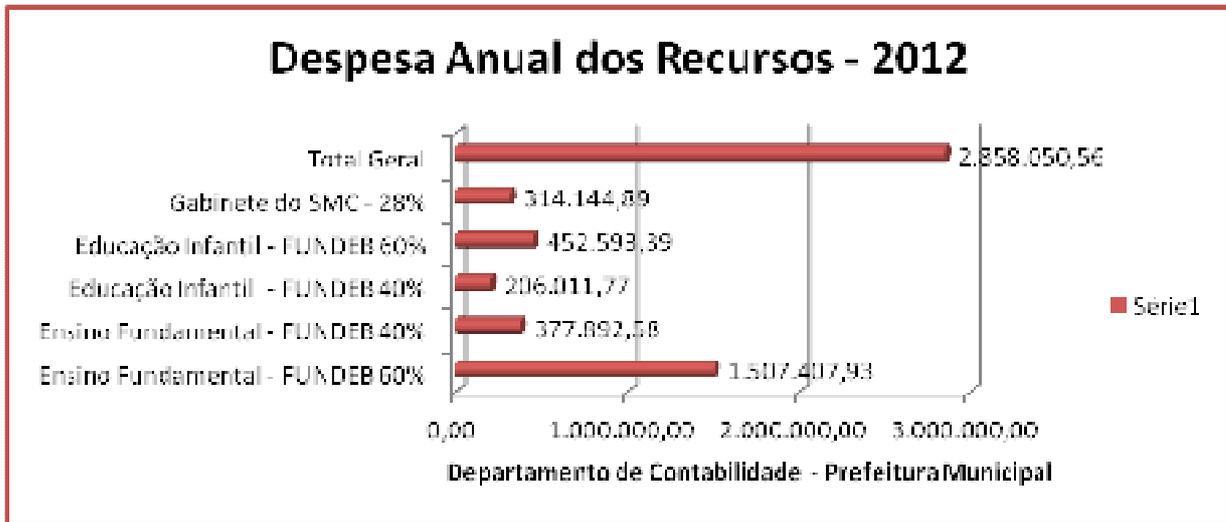


GRÁFICO 68 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS DESPESAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ANUAL - 2013

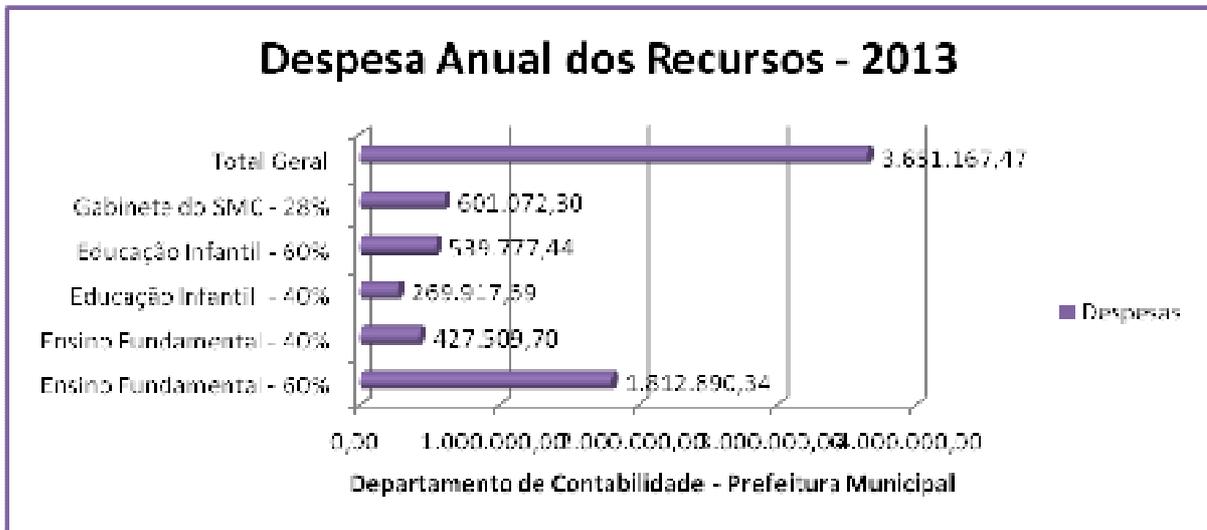
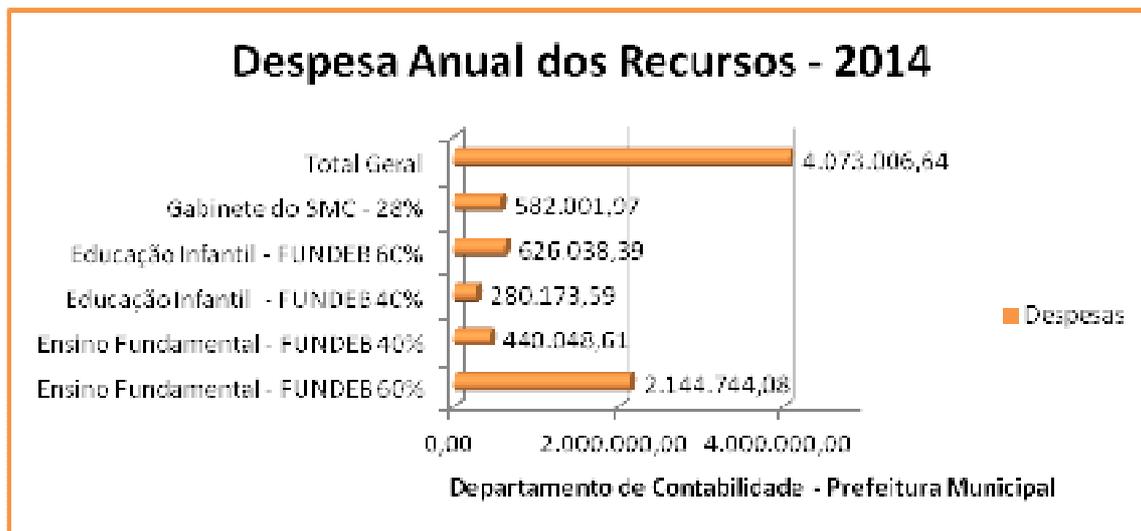




GRÁFICO 69 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS DESPESAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ANUAL - 2014



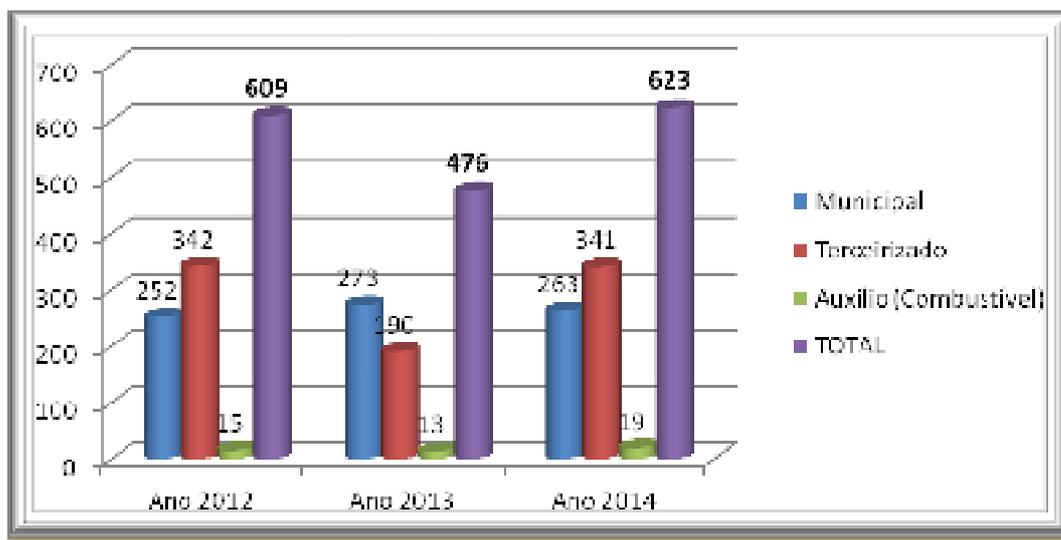
16. 5.16 TRANSPORTE ESCOLAR

O município de São Félix do Araguaia contempla um crescimento considerável no número de alunos matriculados; todavia, esse crescente número deságua parte no transporte escolar, tendo em vista a migração de mão de obra agrícola ou pecuária para as fazendas e assentamentos, aonde se cultivam lavouras ou lida com pecuária, haja vista, que os pais desses alunos residem nessas fazendas ou assentamentos próximos aos Distritos aonde se encontram as escolas do Campo.

No município o Distrito de Espigão do Leste recebe destaque pelo seu potencial agrícola e pecuário em crescimento contínuo ano a ano, esse é considerado como a última fronteira agrícola do Norte Araguaia contemplando uma área agrícola cultivada gigantesca, com extensões territoriais elevadas, dificultando o acesso do aluno à escola. Para se evitar a evasão escolar/exclusão e atender a toda demanda educacional do município o poder público disponibiliza meios de transporte escolar gratuito aos alunos, seja veículos de propriedade do município ou terceirizados, em conformidade com descrições a seguir e demonstrativos em gráficos e tabelas.



GRÁFICO 70 - NUMERO DE ALUNOS QUE USAM O TRANSPORTE ESCOLAR OU RECEBEM AUXILIO DA PREFEITURA EM TODO O MUNICÍPIO.



Em referencia ao ano 2012, do numero de alunos que utilizaram o transporte escolar, 252 foram transportados por veículos de propriedade do município, 342 terceirizados e 15 desses utilizaram veículos próprio, recebendo da Prefeitura Municipal o auxilio combustível.

Em 2013 houve uma diminuição do numero de alunos que utilizaram o transporte escolar, considerando a desocupação e extinção do Distrito de Estrela do Araguaia (Posto da Mata), em devolução das terras aos indígenas xavante, vindo o município sofrer grandes perdas populacionais, em especial a evasão dos alunos residente no referido Distrito.

O ano de 2014 mostra bem a recuperação das matrículas e o aumento de alunos que utilizaram o transporte escolar em face do crescimento da mão de obra principalmente no Distrito de Espigão do Leste, que trouxe inúmeras famílias temporárias e permanentes para o município.

No gráfico apresenta ainda um crescimento do numero de alunos que requerem o auxilio combustível, em conformidade com a Lei Municipal, Estadual e Federal que regulamenta o transporte escolar. O acréscimo se deve ao aumento da população na zona rural e da moradia dos alunos em localidades de difícil acesso pelos veículos escolares (Kombi, Van, Micro-Ônibus ou Ônibus). Na impossibilidade dos meios convencionais de transporte escolar o aluno utiliza-se de veículos próprio para sua locomoção até a escola, na contra partida o



município concede aos mesmos o auxílio combustível, parceria entre pais de alunos, alunos e prefeitura.

Na análise geral fica explícito a necessidade de maior investimento na aquisição de novos veículos, com intuito de aumentar a oferta e a qualidade no transporte escolar do município, considerando que São Félix do Araguaia detém somente 25% das rotas do transporte escolar, ficando 75% com empresas terceirizadas.

5.16.1 - Gastos referente ao ano 2014.

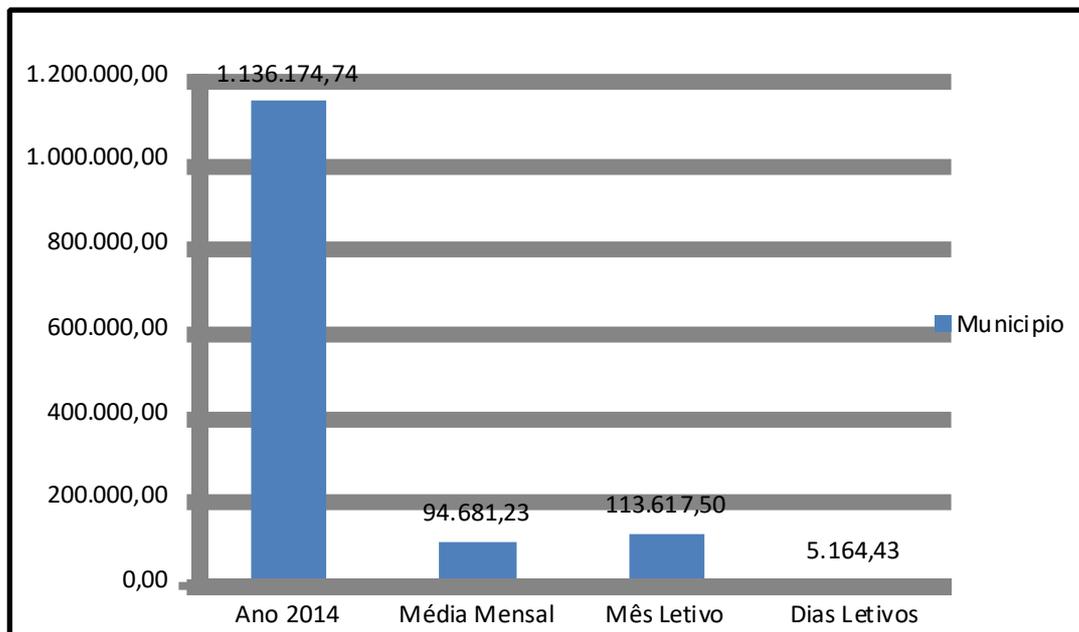
O gasto anual com transporte escolar tem sido um gargalo para Administração Pública, o município com um constante crescimento populacional e perspectiva de aumento anual, gera despesas em níveis maiores que o potencial de arrecadação, isso tem dificultado a melhoria tão desejada para o transporte gratuito de alunos do município. Contudo, a economia realizada nos anos 2013 e 2014 foram suficientes para adquirirmos 04 (quatro) ônibus, sendo 02(dois) com recursos próprios e 02 (dois) cedidos pelo governo federal, com a finalidade de diminuir as despesas com o transporte terceirizado e a melhorar a qualidade do transporte aos alunos que o utilizam.

Os demonstrativos abaixo, referente ao ano 2014, mostram a preocupação do município em adquirir novos veículos para atender a toda demanda e diminuir a contratação de terceirizado, haja vista, que o investimento é alto na forma que estar, com veículos próprios o município irá economizar e investir em outras áreas para melhoria da Educação.

As despesas compostas no gráfico abaixo estão inclusas com terceirizados, diárias, peças, combustíveis, pagamentos de motoristas, pneus, borracharia e outros com manutenção da frota do município.



GRÁFICO 71 - DEMONSTRATIVO DE GASTOS COM O TRANSPORTE ESCOLAR.

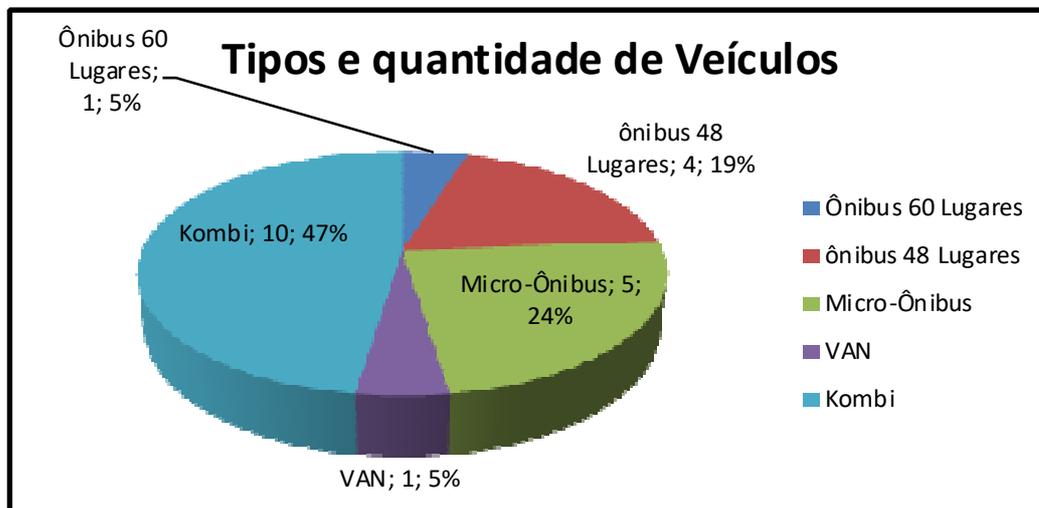


O gasto anual apurado no transporte escolar de alunos ano 2014 mostra um montante de R\$ 1.136.174,74, sendo uma despesa mensal de R\$ 94.681,23, se consideramos somente os dias letivos teremos um valor real de R\$ 5.164,43, despesas essas diária para o município de São Félix do Araguaia – MT.

O quadro abaixo demonstra o número de veículos terceirizado e municipal, bem como o modelo de cada veículo que atende aos alunos.



GRÁFICO 72 – TIPOS E QUANTIDADE DE VEÍCULOS.



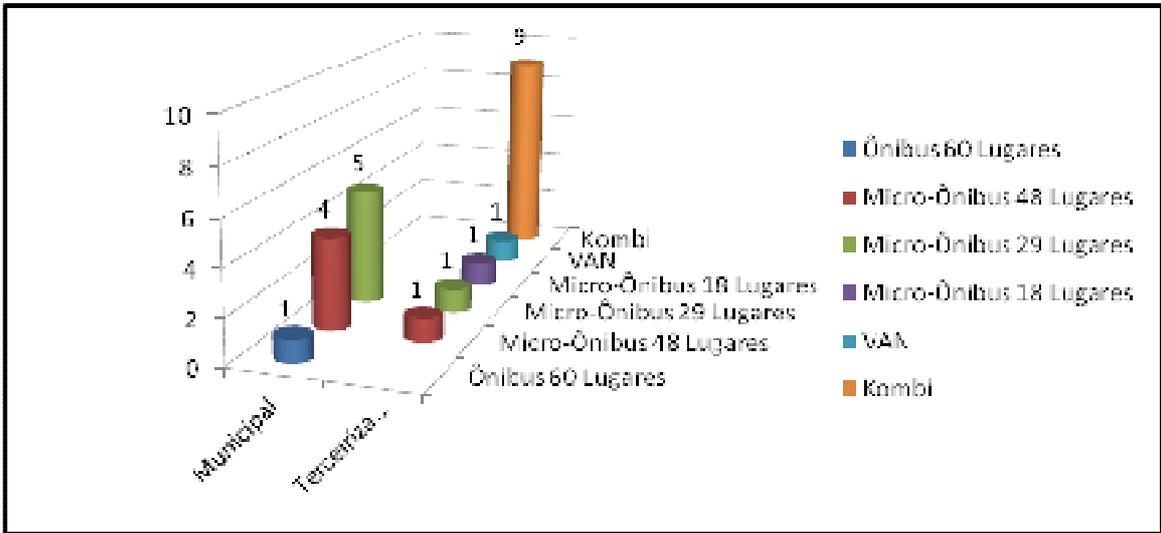
Na demonstração acima o domínio é das Kombi no cenário do transporte escolar do município de São Félix do Araguaia, com 47% do mercado, em seguida os Micro-Ônibus com 24%, ônibus 48 lugares com 19%, Ônibus 60 lugares 5% e VAN 5% do total dos veículos em atividade.

Em face do crescimento do número de alunos dependentes do transporte escolar e do aumento da quilometragem (distâncias) das rotas se faz necessário a renovação de toda a frota escolar do município, atualizando o veículo Kombi para Micro-Ônibus, Ônibus ou VAN, veículos com maior capacidade de carga, como intuito de melhorar a qualidade do nosso transporte escolar e atenuar as despesas com terceirizados em razão da diminuição das viagens em uma mesma rota para conseguir transportar todos os alunos.

5.16.2 - Distribuição por modelo de veículos Município x Terceirizado

A frota municipal é composta por 01 (um) Ônibus de 60 lugares, 04 (quatro) Micro-Ônibus de 48 lugares, e 05 (cinco) Micro-Ônibus de 29 lugares, os terceirizados é demandado por kombi no total de 09 (nove), 01 (um) Micro-Ônibus de 18 lugares, 01 (um) Ônibus de 48 lugares e 01 (uma) VAN.

GRÁFICO 73 - DISTRIBUIÇÃO POR MODELO DE VEÍCULOS



No município de São Félix do Araguaia o transporte terceirizado predomina com 57% da frota e o município com 43% da frota. Em relação a anos anteriores o município tem evoluído na aquisição de novos veículos pra o transporte escolar, visando adquirir veículos suficientes para assumir 100% das rotas existentes até o fim da vigência deste plano.

GRÁFICO 74- PROPORÇÃO MUNICÍPIO X TERCEIRIZADO EM RELAÇÃO VEÍCULOS



O município tem uma frota de veículos (Ônibus, Micro-Ônibus) com capacidade bem maior que os terceirizados, porém não atende na mesma proporção que o terceirizado, haja vista, que os veículos longos têm uma menor habilidade que os veículos mais curtos e não atende a

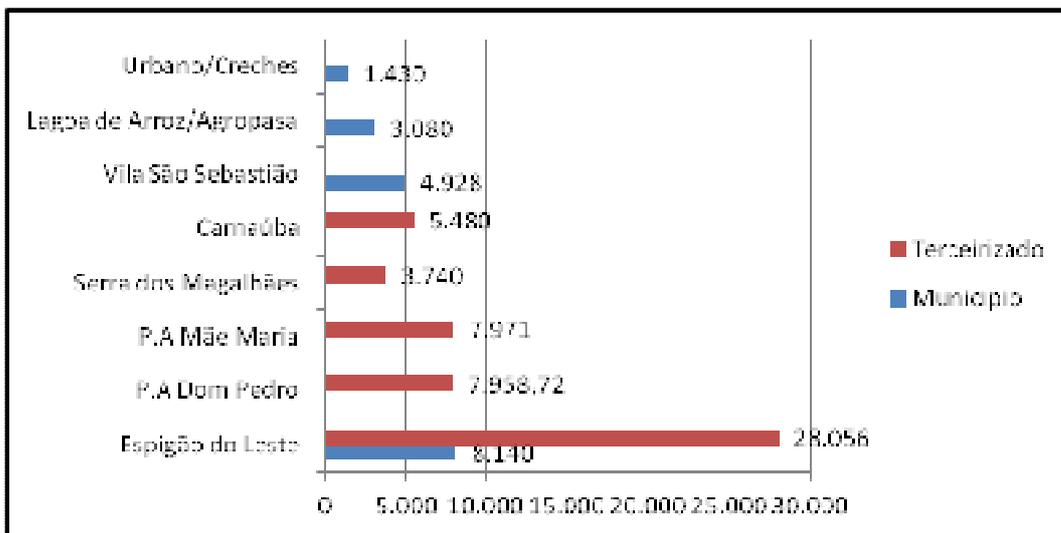


todas as regiões que mais necessita, considerando que as rotas nem sempre suporta o tráfego de veículos longos, devido obstruções nas vias, por galhos, pontes e outros que impedem o tráfego normal dos veículos maiores, havendo a necessidade de veículos menores tipo Kombi para conseguir atender um número maior de alunos.

5.16.3 - Estimativa de KM rodado mês letivo

Na leitura do gráfico se percebe a distribuição por região, soma total das rotas de cada região para terceirizados e município com ênfase no maior entendimento do leitor.

GRÁFICO 75 – ESTIMATIVA DE KM RODADO MÊS LETIVO



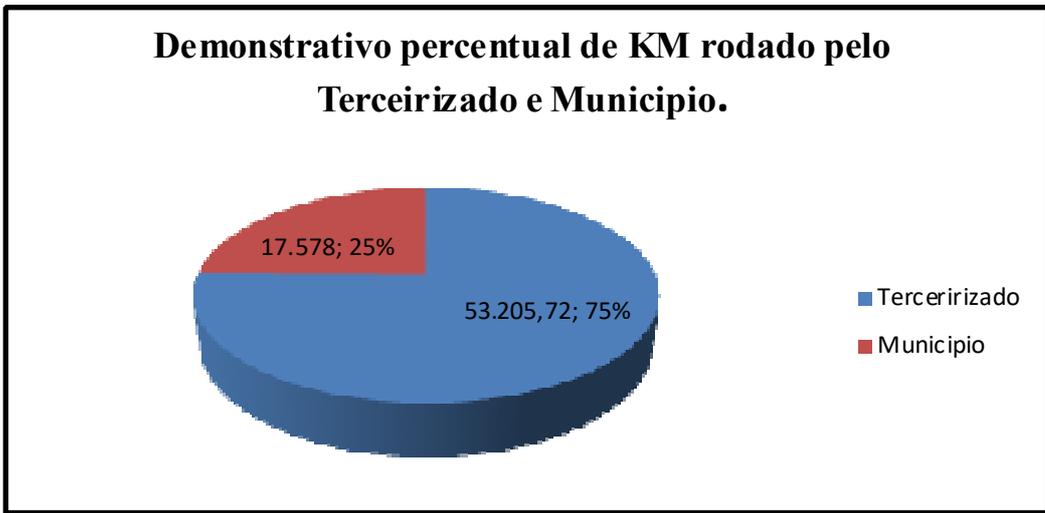
Na demonstração acima fica bem expressiva a grande demanda do Distrito de Espigão do Leste com um montante de quilômetros (terceirizado) rodados superiores a soma total das outras rotas terceirizadas do município, as rotas terceirizadas de Espigão do Leste representa 40% de todas as rotas do município e 78% de todas as Rotas do Distrito de Espigão do Leste rodando um total de 28.056 quilômetros mês letivo, o município fica com 28% das rotas da localidade com 8.140 km rodados mês letivo.

GRÁFICO 76 - DEMONSTRATIVO DE ROTAS E KM RODADO MUNICÍPIO X TERCEIRIZADO



Da soma total de todas as rotas, o município transporta em 25% delas, total de 17.578 km mês letivo, o terceirizado 75% de todas as rotas do município. Da soma total Espigão do Leste fica 40% (28.056 km) rodado mês letivo, outras rotas terceirizadas soma um total de 35% (25.150 km) ano letivo.

GRÁFICO - 77 DEMONSTRATIVO PERCENTUAL DE KM RODADO PELO TERCEIRIZADO E MUNICÍPIO



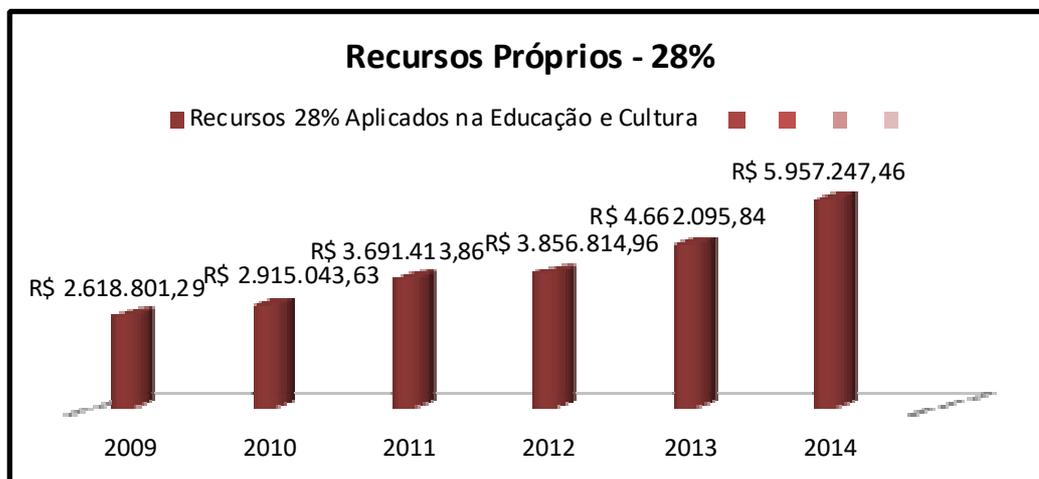
O transporte terceirizado representa 75% (53.205,72 km) de todas as rotas do município, enquanto que o município detém 25% (17.578 km).



17.5.17 - MERENDA ESCOLAR E OUTRAS TRANSFERÊNCIAS

Os valores abaixo referem-se a transferência de recursos federais para investimentos na Educação: Merenda Escolar, Transporte Escolar, Pro jovem Saberes da Terra, Educação Infantil entre outros recursos, entre os quais o município poderá garantir o cumprimento das Metas aqui estabelecidas.

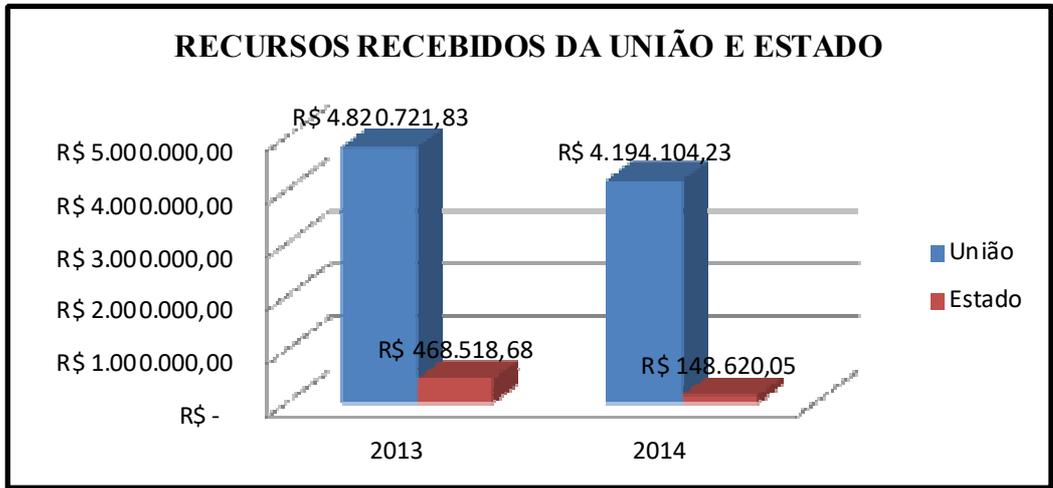
GRÁFICO 78 - INVESTIMENTOS DOS RECURSOS PRÓPRIOS – 28% APLICADOS NA EDUCAÇÃO E CULTURA



Os recursos oriundos dos impostos pertencentes à receita própria do município tiveram anualmente um crescimento significativo, conforme demonstra o gráfico.



GRÁFICO 79 - TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO FEDERAL E ESTADO PARA A EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT.



Os recursos recebidos da União e do Estado de Mato Grosso tiveram uma redução no ano de 2014, impacto sentido devido aos ajustes governamentais, planos de contenção de gastos e diminuição dos recursos de investimentos do PAC 2.

TABELA 15 – REPASSE DIRETO DO GOVERNO FEDERAL -

REPASSES DO ANO 2011

Entidade.: 03.918.869/0001-08 - PREF MUN DE SAO FELIX DO ARAGUAIA		Município.: SAO FELIX DO ARAGUAIA – MT - 2011	
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PROG.NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR			
	Valor		
Total:	108.180,00		
PNATE - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSP DO ESCOLAR			
	Valor		
Total:	68.001,80		
PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA TD - PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA			
	Valor		
Total:	226.840,00		
QUOTA - QUOTA ESTADUAL / MUNICIPAL			
	Valor		
Total:	180.124,79		



TOTAL DOS RECURSOS EM 2011	583.146,59
-----------------------------------	-------------------

TABELA 16 – REPASSE DO ANO 2012

Entidade.: 03.918.869/0001-08 - PREF MUN DE SAO FELIX DO ARAGUAIA		Município.: SAO FELIX DO ARAGUAIA – MT – ANO 2012
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PROG. NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR		
	Valor	
Total:	109.272,00	
PAR - TD - PLANO DE AÇÃO ARTICULADA - TRANSFERÊNCIA DIRETA		
	Valor	
Total:	344.959,00	
PEJA - PROGRAMA APOIO SIST ENSINO P/ ATENDIMENTO AO EJA		
	Valor	
Total:	298.568,30	
PNATE - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSP DO ESCOLAR		
	Valor	
Total:	50.557,50	
QUOTA - QUOTA ESTADUAL / MUNICIPAL		
	Valor	
Total:	190.219,80	
TOTAL DOS RECURSOS EM 2012		993.576,60

18. METAS E ESTRATÉGIAS

META 1 – Universalizar a oferta de Educação Infantil para 100% (cem por cento) de crianças de 04 e 05 anos até 2016 e ampliar a oferta da Educação Infantil em Creches de forma a atender 80% (oitenta) da demanda existente até 2017 das crianças de 0 a 03 anos de idade.

Indicador - número de crianças de 0 a 3 anos atendidas em relação ao total de crianças nessa faixa etária.

ESTRATÉGIAS



1. Realizar, em regime de colaboração, levantamento anual da demanda por creche para a população de 0 (zero) a 03 (três) anos, criando banco de dados e publicizando-o para planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta;
2. Somente autorizar a construção e o funcionamento de instituições de Educação infantil, que atendam aos requisitos previamente definidos;
3. Garantir que, no prazo de 01 (um) ano a partir da aprovação deste plano, as instituições que ofertam a Educação Infantil tenham formulado seus projetos pedagógicos, com a participação dos profissionais de Educação e comunidade escolar, observando o Plano Municipal de Educação e os seguintes fundamentos norteadores:
 - a) princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum;
 - b) princípios políticos dos direitos e deveres de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática;
 - c) princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais;
4. Criar e construir Centros de Educação Infantil, ampliando os já existentes, para atendimento de crianças de 0 a 03 anos, em tempo integral, conforme padrões mínimos exigidos pela Legislação, considerando a demanda do município com a contrapartida da União;
5. Garantir alimentação escolar de qualidade que supram as necessidades nutricionais para todas as crianças atendidas nos estabelecimentos da Educação Infantil;
6. Garantir ações complementar sócio educativa de apoio às famílias de crianças de 0 a 03 anos, tais como palestras sobre desenvolvimento infantil e oficinas pedagógicas, promovendo a interação pais/crianças;
7. Descentralizar a Educação Infantil, hoje concentrada no centro da cidade, para o atendimento ao Pré I, Pré II e alfabetização e na Vila Santo Antônio, berçário, maternal I e II e Jardim I e II que a partir de 2017, gradativamente, oferecendo atendimento à Educação



Infantil nos diversos bairros existentes no município e nos distritos com maior número de habitantes, no caso atual do distrito de Espigão do Leste;

8. Estabelecer, que os padrões mínimos de infraestrutura para o funcionamento adequado das instituições de Educação Infantil contemplem:

a) espaço para recepção;

b) aparelhos tecnológicos para sala de professores, de serviços administrativos, pedagógicos e de apoio;

c) salas para atividades das crianças, com boa ventilação e iluminação, visão para o ambiente externo, com mobiliário e equipamentos adequados, respeitando área mínima de 1,5 metros quadrados por criança atendida;

d) refeitório, instalações e equipamentos para o preparo de alimentos, que atendam as exigências de nutrição, saúde, higiene e segurança, nos casos de oferecimento de alimentação;

e) instalações sanitárias completas, suficientes e adequadas a faixa etária próprias para o uso das crianças;

f) instalações sanitárias para o uso exclusivo dos adultos;

g) berçário, com área livre para movimentação das crianças;

h) locais para amamentação e higienização, com balcão e pia;

j) área coberta para atividades externas, compatível com a capacidade de atendimento, por turno;

l) parque infantil;

m) brinquedoteca.

9. Instituir o atendimento a Educação infantil de 0 a 3 anos de idade no distrito de Espigão do Leste, no máximo em 02 anos, a partir da aprovação deste plano com a adequação do espaço escolar existente para garantir a oferta desta faixa etária;



10. Implantar, até o segundo ano de vigência deste PME, avaliação da Educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;
11. Preservar as especificidades da Educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do(a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental;
12. Estimular o acesso à Educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;
13. Garantir a Educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas;
14. Implementar no mínimo três refeições diárias em todas as escolas que implantarem carga horária de 07 horas.
15. Construir, a partir da aprovação deste Plano, em 04 (quatro) anos, novas instituições públicas municipais de Educação Infantil, bem como ampliar as já existentes, para atender, a oferta de vagas, priorizando os bairros com alto índice de população infantil e com baixo poder aquisitivo e os distritos com o maior número de habitantes, inicialmente Espigão do Leste e gradativamente os demais, conforme o índice populacional;
16. Assegurar, somente a admissão de professores na Educação infantil da rede municipal de ensino, mediante concurso público e que possuam a titulação mínima em nível médio, na modalidade normal, dando-se preferência à admissão de profissionais, graduados em curso específico de nível superior;



17. Estabelecer, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano, que para assumir a direção das instituições municipais de Educação infantil, o profissional possua formação em nível superior ou curso de pós-graduação (lato sensu) e que sejam lotados na unidade de ensino;
18. Fortalecer, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano, os mecanismos de colaboração entre os setores da Educação, saúde e assistência social, para o atendimento das instituições de Educação infantil, de acordo com as suas necessidades;
19. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, o atendimento em tempo integral, em todas as Escolas Municipais de Educação Infantil às crianças de 0 (zero) a 05 (cinco) anos de idade, em um prazo de até 04 (quatro) anos, adequando e considerando as especificidades das escolas do campo;
20. Garantir cursos de Capacitação com temas específicos para professores que atuam na Educação infantil, bem como aquisição de material didático específico para esta modalidade em todas as escolas da rede;
21. Aquisição de materiais pedagógicos específico para Educação infantil do campo;
22. Expandir a oferta da Educação infantil para atender em quatro anos 80% da população de 0 a 3 anos de idade e até o final da década, atingir 100% da clientela dessa faixa etária tanto na zona urbana como na zona rural;
23. Expandir a oferta da Educação infantil para atender, em três anos 100% da população de 4 e 5 anos ;
24. Garantir que o regime de funcionamento da Educação infantil atenda as necessidades da comunidade, respeitando os direitos trabalhistas estatutários de acordo com a realidade do campo e da cidade;
25. Criar um banco de dados por meio do censo educacional das crianças fora da escola por bairro, distrito, residências tanto zona urbana e rural, visando localizar demanda de oferta da Educação infantil;



META 2: Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

Indicador - percentual da população atendida no ensino fundamental na idade apropriada em relação ao total da população escolarizável, nesta faixa etária.

ESTRATÉGIAS:

1. Realizar anualmente, juntamente com as escolas, o mapeamento da população escolarizável em idade escolar obrigatória que se encontra fora da escola, por residência e local de trabalho dos pais.
2. Reduzir em 100% (cem por cento) a distorção idade/ano, com qualidade na aprendizagem.
3. Realizar 100% enturmação e reclassificação conforme legislação vigente até o final do decênio do plano municipal de Educação.
4. Reduzir em 100% (cem por cento) a repetência e a evasão no ensino fundamental, primando pela qualidade da Educação.
5. Atender a demanda de transporte escolar para alunos oriundos de locais distantes nas áreas de assentados, e filhos de trabalhadores nas grandes fazendas em regime de colaboração entre União, Estado e empresários, observando aos princípios básicos de segurança exigidos pelo Departamento Nacional de Trânsito, e ainda, levando em consideração:
 - a) tempo de permanência e transporte adequado de acordo a idade dos alunos que se beneficiarão dele, observando os princípios legais amparados na Lei que regulamenta o transporte escolar;
6. Implantar num prazo de até 04 anos, 2018, um monitor por veículo para acompanhar os alunos no trajeto escolar;
7. Desenvolver formas alternativas de oferta de ensino fundamental para atender os filhos de profissionais que se dedicam à atividade de caráter itinerante.



8. Assegurar a universalização do ensino fundamental, garantindo a permanência e aprendizagem de 100% da população escolarizável no prazo de dois anos a partir da data de aprovação deste plano;

9 – Assegurar programas e projetos que visem à permanência do aluno na escola.

META 3: Ofertar Educação básica a toda população escolarizável que mora no campo, em escolas do e no campo, até 2017.

Indicador - Número de alunos da Educação básica atendidos no e do campo pela população escolarizável da Educação básica que mora no campo.

ESTRATÉGIAS:

1. Assegurar a universalização do ensino nos diferentes níveis e modalidades à população do campo, garantindo a permanência e a aprendizagem de todos os alunos.
2. Implementar e consolidar a proposta pedagógica das escolas, colada a luta dos trabalhadores, das famílias e comunidades camponesas, aqui entendida como uma categoria política que se faz no dia a dia, na luta pelos seus ideais e pela melhoria das condições de vida.
3. Assegurar uma cultura de avaliação permanente, objetivando aprimorar os caminhos que serão percorridos na busca de superação dos resultados já alcançados.
4. Promover, de maneira especial, programas de formação de educadoras e educadores, com currículos adequados às necessidades dos sujeitos sociais do campo.
5. Garantir a criação de um selo municipal para a aquisição da produção da agricultura familiar durante a vigência deste plano.
6. Garantir espaço adequado para os educadores realizarem as horas/atividades em 100% das escolas até 2018.



7. Garantir as estratégias de atendimento das demandas dos movimentos sociais e de todos os povos do campo, a importância das diferentes experiências que possam subsidiar os componentes das políticas educacionais.
8. Garantir a articulação das ações entre os diferentes sujeitos que atuam no campo. Os espaços de participação social deve estar abertos para implementar, acompanhar e avaliar as políticas de Educação. Nesse sentido, os conselhos municipais e estaduais de Educação precisam se tornar espaços democráticos que incluam a participação dos povos do campo e incorporem suas demandas.
9. Promover o acompanhamento das experiências inovadoras e a sistematização dos seus resultados divulgando em âmbito municipal, estadual e nacional, ampliando a capacidade de pesquisa e de difusão dos conhecimentos.
10. Exigir o cumprimento do artigo 6º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (CNE), no que se refere ao dever que tem o Poder Público de proporcionar Educação Infantil e Ensino Fundamental nas comunidades rurais e ao papel do Estado na oferta do Ensino Médio e Técnico Profissional.
11. Incluir no orçamento as ações em Educação do Campo, para que possam ser implementadas por convênios entre o MEC, Secretaria de Educação do Estado, municípios, universidades e entidades da sociedade civil que desenvolvam ações correlatas.
12. Implementar programas de formação para todas as educadoras e educadores do campo, de nível médio e superior, por meio de convênios e parcerias entre secretarias, universidades, movimentos sociais e organizações do campo.
13. Promover cursos de formação em serviço para educadores e educadoras não habilitados.
14. Garantir políticas específica para as escolas multisseriadas com material didático, formação das educadoras e educadores e equipamentos adequados ao perfil destas escolas.



15. Desenvolver uma política integrada com os ministérios e secretarias municipais de saúde, do trabalho, da Educação, da Agricultura, da Cultura, do Meio Ambiente, dentre outras, para viabilizar a resolução dos problemas da Educação e da sustentabilidade dos povos do campo.
16. Estabelecer parcerias com Estado e a União para a realização de mapeamento e busca ativa de estudantes fora da escola em parceria com as áreas de assistência social, saúde e demais instituições de assistência ao homem do campo, por residência ou local de trabalho.
17. Ofertar Educação básica no e do campo, respeitando as peculiaridades de cada região, com infraestrutura apropriada, estimulando a prática agrícola e tecnológica com base na agro ecologia e na socioeconomia solidária.
18. Implementar e garantir cursos profissionalizantes nas escolas do campo, de acordo com a demanda, com profissionais capacitados nas áreas técnicas, atendendo a singularidade de cada região e suas diferentes formas de produção, por intermédio de parcerias firmadas entre as diferentes esferas de governo e outros órgãos e instituições, visando à sustentabilidade no uso da terra de forma equilibrada e outras demandas locais.
19. Promover a formação continuada em Educação Ambiental do trabalhador rural e agricultor familiar para a conservação e sustentabilidade ambiental: reflorestamento, culturas adaptadas à região e conservação do solo, por intermédio de parcerias entre diferentes esferas de governo e outros órgãos e instituições.
20. Destinar área específica às práticas agro ecológicas, oportunizando ação pedagógica nas escolas do campo.
21. Implementação da Tecnologia em 100% das Escolas do Campo.
22. Promover projetos voltados para Educação Infantil do campo.
23. Garantir o atendimento do Ensino Médio na modalidade EJA no Campo.
24. Adequar e melhorar a estrutura física das salas de aulas que atendem as turmas de Educação Infantil nas escolas do campo.
25. Apoiar e incentivar as organizações estudantis (Grêmios Estudantis), como espaço de participação democrática, formação de lideranças políticas e exercícios da cidadania.



26. Construir e equipar até o termino de vigência deste Plano laboratório de ciências para todas as escolas sede da Rede Municipal de Ensino.
27. Assegurar transporte escolar a todos os alunos que residam em locais de difícil acesso, com distância superior a 2 (dois) quilômetros, ou 1 km e ½ se em locais de matas ou outros obstáculos, conforme previsto na Lei do transporte Escolar municipal, até 2018.
28. Assegurar na proposta pedagógica das escolas, projetos inovadores que estimulem a leitura e atividades recreativas como oficinas de música, dança, teatro e outros, em horários extracurriculares, implantando gradativamente o período integral.
29. Assegurar e garantir, até o final da década, padrões mínimos de infra-estrutura adequada para a Educação no campo, compatíveis com o tamanho dos estabelecimentos, incluindo:
- a) espaço, iluminação, insolação, ventilação, água potável, rede elétrica, segurança, e climatização.
 - b) instalações sanitárias e para higiene;
 - c) espaço para esporte, recreação com quadra coberta, biblioteca, refeitório e serviço de merenda escolar;
 - d) adaptação dos prédios escolares para o atendimento dos alunos com necessidades especiais;
 - e) atualização e ampliação do acervo das bibliotecas e adequação dos espaços
 - f) implantar no prazo de 02 anos a internet nas escolas do campo;
 - g) mobiliários adequados e adaptados, recursos tecnológicos, materiais de suporte à práticas esportivas;
 - h) construir no prazo de dois anos, depósitos para armazenamento da merenda escolar, nas escolas que ainda não dispõe de uma infraestrutura adequada para esse fim.
30. Assegurar o cumprimento de objetivos e metas que assegurem a implementação de políticas educacionais das relações raciais na Educação do município.
31. Dotar num prazo de 03 (três) anos as escolas sedes dos distritos de Vila São Sebastião, Pontinópolis, e Espigão do Leste, de refeitórios e quadras cobertas para recreação e práticas esportivas.



32. Construir no prazo de 03 (três) anos, salas para funcionamento das bibliotecas nas sedes dos distritos;
33. No prazo de no máximo, 02 (dois) anos, 2016, incluir um psicólogo a equipe pedagógica da Secretária Municipal de Educação, com o objetivo de assessorar as escolas no e do campo e as creches municipais;
34. Cumprir a determinação da Lei na adequação dos espaços escolares para a acessibilidade.
35. Fomentar políticas públicas em parcerias com os governos estadual e federal e setores da agricultura e meio ambiente que mantenha o aluno do campo no campo.
36. Incentivar a elaboração de livros e materiais didático/ pedagógicos com conteúdos regionalizados, para que os alunos possam intensificar políticas curriculares baseadas na identidade cultural dos povos do campo;
37. Criar, progressivamente, a jornada escolar, visando expandir ou implantar escolas de tempo integral, abrangendo o período de pelo menos sete horas diárias, com no mínimo três refeições, apoio às tarefas escolares, à prática planejada de esportes e atividade artística, com previsão de espaço físico, recursos financeiros e profissionais da Educação em número suficiente e com salários compatíveis à carga horária trabalhada.
38. Garantir que todas as escolas do Ensino Fundamental tenham, no mínimo, um coordenador pedagógico, garantindo a ampliação do número de coordenadores pedagógicos mediante os seguintes critérios: Números de alunos matriculados, níveis de turma, níveis e modalidade atendidos e turno de funcionamento.

META 4 - Garantir a oferta de Ensino Médio a 100% da demanda, gradativamente, até 2017.

Indicador: número de matrículas no Ensino Médio em relação a população escolarizável.

ESTRATÉGIAS

1. Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo, por meio do acompanhamento individualizado do estudante com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas



como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação de forma que possibilite sua inserção e permanência no Ensino Médio.

2. Redimensionar a oferta de Ensino Médio na distribuição territorial das escolas de Ensino Médio, de forma a atender a toda a demanda.
3. Garantir no currículo a inserção de atividades que utilizem outros espaços pedagógicos além da sala de aula, possibilitando o acesso a esses locais em todos os turnos.
4. Atender a demanda por Ensino Médio nas populações do campo, preferencialmente com professores das próprias comunidades.
5. Estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, no Ensino Médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências; práticas irregulares de trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce; em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude.
6. Garantir em parceria com o Estado o atendimento do Ensino Médio a todos os alunos concluintes do Ensino Fundamental com ensino de qualidade equipando a unidade escolar com material pedagógico, livros didáticos, merenda escolar de forma a proporcionar aos alunos do campo iguais oportunidades de aprendizagens nas escolas do campo.
7. Garantir no currículo cursos preparatórios para vestibulares nas unidades escolares municipais.
8. Garantir transporte escolar de qualidade, dentro dos padrões de legislação de trânsito para os alunos e professores do Ensino Médio do campo que comprovadamente necessitem dele.

META 5 – Implantar e ampliar as matrículas da Educação profissional técnica de nível médio, já existente na sede do município e implantar a proposta nas escolas do Campo de modo a triplicá-las até o término da vigência deste plano.

Indicador: acréscimos anuais da oferta de Educação Profissional técnica de nível médio.

ESTRATÉGIAS:



1. Implantar Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, concomitante ou subsequente aos estudantes da EJA.
2. Elaborar padrões mínimos de funcionamento que contemplem a relação professor/estudante, infraestrutura e materiais didáticos adequados ao processo educativo do campo.
3. Realizar avaliação institucional, com participação efetiva da comunidade escolar, do órgão gestor, dos profissionais da Educação profissional e dos estudantes.
4. Elaborar programas para garantir o acesso e a permanência dos jovens e adultos do campo em cursos de Educação Profissional e Tecnológica em parceria com o Estado e Governo Federal.
5. Buscar junto ao Estado a oferta, na rede pública de cursos referentes ao eixo tecnológico de serviços de apoio escolar por meio de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.
6. Promover a interação entre escola e sociedade por meio da prestação de serviços realizados pelos estudantes.
7. Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo e das pessoas com deficiência.
8. Ofertar para a Educação básica do e no campo, respeitando as peculiaridades de cada região, com infraestrutura apropriada, estimulando a prática agrícola e tecnológica com base na agroecologia e na socioeconomia solidária.

META 6 - Expandir o atendimento aos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, atendendo a 100% (cem por cento) durante a vigência deste Plano.

Indicador: número de estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidade ou superdotação atendidos em relação à demanda total.

ESTRATÉGIAS:



1. Estabelecer parcerias com Estado para a realização de mapeamento e busca ativa de pessoas com deficiência fora da escola, em parceria com as áreas de assistência social e saúde, por residência ou local de trabalho.
2. Oferecer espaços físicos com adequação de acessibilidade aos diversos tipos de deficiências, além de incluir os profissionais da Educação que tenham algum tipo de necessidade especial, durante a vigência deste Plano.
3. Garantir salas de recursos nas escolas da rede pública de Educação básica sempre que se fizer pertinente ou necessário.
4. Ampliar a oferta de Educação de Jovens e Adultos, no período diurno para contemplar os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
5. Fortalecer o atendimento especializado aos estudantes da Educação especial inclusos na Educação de Jovens e Adultos.
6. Ampliar e fortalecer o atendimento individualizado aos estudantes que tenham impedimento comprovado por meio de laudo médico.
7. Atender a demanda pelos serviços e apoios especializados como complementação do processo de escolarização.
8. Fortalecer e ampliar transporte adaptado para estudantes com necessidades especiais das escolas urbanas e do campo.
9. Capacitar os profissionais da Educação das unidades escolares estaduais e municipais, bem como assessores pedagógicos estaduais, para que se assegure, na proposta pedagógica, a inclusão dos estudantes com necessidades educacionais especiais.
10. Disponibilizar livros de literatura e didáticos em Braille, falados e em caracteres ampliados, às escolas que têm estudantes cegos e de baixa visão, bem como livros adaptados para alunos com deficiência física, por intermédio de parcerias com instituições de assistência social, cultura e organizações não governamentais, União e Estado.
11. Estabelecer parcerias com a área de saúde e assistência social do Estado, previdência e outras instituições civis afins, para aplicar testes de acuidade visual, auditiva e demais exames especializados nos estudantes das instituições de Educação básica.



12. Implantar, em parceria com as Secretarias de Saúde e de Assistência Social, programas de orientação e acompanhamento às famílias dos estudantes com necessidades educacionais especiais.
 13. Apoiar ações e programas de inclusão digital às pessoas com necessidades educacionais especiais.
 14. Oferecer qualificação profissional por polos aos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, considerando as demandas locais e visando sua colocação e permanência no mercado de trabalho, em parceria com organizações governamentais e não governamentais.
 15. Elaborar estudos quanto à viabilidade de se disponibilizar monitor ou cuidador dos alunos com necessidades de apoio nas atividades de higienização, alimentação e locomoção entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar.
 16. Ofertar treinamentos esportivos aos estudantes com deficiências em parceria com as demais Secretarias.
 17. Assegurar o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, na rede municipal de ensino, com profissional especializado, respeitando o direito ao atendimento adequado em seus diferentes aspectos, bem como em instituições especializadas, conforme legislação específica.
 17. Criar uma equipe multidisciplinar dentro da Educação escolar para melhor atendimento aos educando com necessidades especiais e suas famílias.
 - 18 Construir um centro especializado pedagógico no município com apoio psicossocial.
 - 19 Incluir os familiares como parceiros no desenvolvimento das atividades escolares dentro da Educação especial.
 - 20 – Assegurar os recursos destinados à Educação especial vinculados a manutenção e desenvolvimento do ensino cumprindo o previsto em lei vigente.
- META 7** - Ofertar vagas de Educação de Jovens e Adultos - EJA para 100% (cem por cento) da demanda existente até 2017.



Indicador: número de vagas ofertadas para EJA em relação à demanda de jovens e adultos.

ESTRATÉGIAS:

1. Estabelecer, a partir da aprovação do Plano, programas visando beneficiar, em três anos, 50% de Jovens e Adultos analfabetos do município, de modo especial na zona rural e ampliar progressivamente essa faixa de atendimento até o final da década.
2. Assegurar, em três anos, a oferta de Educação de jovens e adultos equivalente às quatro séries iniciais do Ensino Fundamental para 100% da população de 15 anos concluírem seus estudos.
3. Assegurar, até o final da década, a oferta de cursos equivalentes às quatro séries finais do Ensino Fundamental para toda a população de 15 anos ou mais que concluiu as quatro séries iniciais.
4. Aperfeiçoar os mecanismos de cooperação entre a União, o Estado e o município, objetivando a divisão de responsabilidades na erradicação do analfabetismo, ampliação da oferta e alternativas de cursos e exames que atendam, com qualidade, às necessidades específicas dos jovens e adultos que não tiveram acesso à escolarização formal na idade própria ou que não concluíram seus estudos.
5. Estabelecer políticas para Educação de jovens e adultos que facilitem parcerias para o aproveitamento dos espaços existentes na comunidade, bem como o efetivo aproveitamento do potencial de trabalho comunitário das entidades da sociedade civil.
6. Mapear, por meio de censo educacional, nos termos do artigo 5º, § 1º da LDB, a população analfabeta, por bairro, assentamento ou distrito, nas residências e/ou locais de trabalho, visando localizar a demanda e viabilizar a oferta de Educação de Jovens e Adultos para essa população.
7. Ampliar a capacidade de atendimento nos cursos de nível médio para jovens e adultos, em especial para a população rural, de forma a garantir e incentivar a permanência dos mesmos no campo.



8. Implantar sistemas de avaliação sistêmica e formal, como instrumento norteador das metas e ações desta modalidade de ensino.
9. Recensear e fazer chamada anual, em parceria com o Sistema Estadual de Educação, da demanda a ser atendida na Educação de jovens e adultos, a partir do primeiro ano de implantação do Plano.
10. Reivindicar junto aos órgãos competentes a elaboração e distribuição de materiais didáticos para a Educação de EJA.
11. Ampliar em 80% a participação dos profissionais da EJA em encontros regionais e nacionais concernentes a esta modalidade de ensino;
12. Garantir a alunos/alunas da EJA o acesso às tecnologias da informação;
13. Garantir material didático apropriado a essa modalidade de ensino, oportunizando a participação dos profissionais especializados na elaboração, seleção ou adoção dos mesmos;
14. Reduzir em, no mínimo, 50% a taxa de evasão na EJA, até o final do ano 2017;
15. Incentivar continuamente a expressão e preservação das manifestações artísticas e culturais oriundas das comunidades onde estão inseridos os alunos da EJA;
16. Garantir que, em até três anos da aprovação deste plano todas as Unidades Escolares da Rede que oferecem EJA possuam um laboratório de informática e uma sala de vídeo;
17. Divulgar as ações dos programas de EJA para incentivar a participação e a mobilização dos munícipes.
18. Estabelecer parcerias Estado/municípios para a realização de mapeamento e busca ativa de jovens e adultos fora da escola, com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude, por residência ou local de trabalho, visando identificar a demanda e programar a oferta da EJA desde a alfabetização ao Ensino Médio.
19. Alfabetizar todos os jovens e adultos no município de São Félix do Araguaia – MT, com garantia da continuidade da escolarização básica em todos os turnos, conforme a necessidade.
20. Garantir a relação professor/estudante, infraestrutura e materiais didáticos adequados ao processo educativo, considerando as características da demanda da EJA.
21. Garantir acesso gratuito a exames de certificação de conclusão e/ou de prosseguimento de estudos nos ensinos fundamental e médio.



22. Estabelecer parcerias entre União, Estado, envolvendo Secretarias de Educação, de Saúde, de Bem Estar Social, Ambiental, de Cultura, de Ação Social, executando ações de atendimento ao estudante da EJA por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, durante a vigência deste plano.
23. Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de Educação de jovens e adultos.
24. Assegurar a oferta de Educação de Jovens e Adultos, nas etapas de ensino fundamental, médio e Educação profissional, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais do município, buscando parcerias com o Estado e a União para a formação específica dos professores e cobrando do Estado, sistema sócio educativo e unidades prisionais espaço físico adequado, material pedagógico para docentes e discentes, com segurança aos que realizam esse atendimento.
25. Garantir a diversificação curricular da EJA integrando a formação geral à preparação para o mundo do trabalho, estabelecendo inter-relação entre teoria e prática nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e os espaços pedagógicos adequados às características desses estudantes.
26. Realizar parcerias com instituições de Educação superior e de Educação profissionalizante para a oferta de cursos de extensão, de acordo com a demanda apresentada, para prover as necessidades de Educação continuada de jovens e adultos.
27. Desenvolver formas alternativas de oferta de ensino fundamental para atender os profissionais que se dedicam à atividade de caráter itinerante.
28. Garantir a reestruturação do espaço físico das escolas públicas de EJA com ambiente apropriado para a prática da disciplina de Educação física.
29. Garantir a oferta de EJA nas escolas do campo com Educação profissionalizante, observadas as especificidades desta demanda e as condições financeiras do município.
30. Implantar e garantir em todos os sistemas de ensino instrumentos que garantam o aproveitamento das horas aula cumpridas pelos alunos que evadiram no ano anterior,



propiciando continuidade dos estudos no ano atual, desde que concluído com a avaliação da aprendizagem dos conteúdos.

31. Fomentar programas especiais de Educação à população do campo, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, com qualificação social e profissional para jovens que estejam fora da escola e com defasagem idade série.

32. Assegurar à demanda da EJA profissional capacitado e ambiente diferenciado para atender as necessidades de pais alunos cujos filhos menores de 10 anos necessitem de acompanhamento enquanto estudam, para que não haja desistência.

META 8 – Garantir o desenvolvimento da Educação tecnológica nas escolas de Educação Básica, promovendo a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação nos processos sociais e produtivos.

ESTRATÉGIAS

1. Universalizar, até o quinto ano da vigência deste PME, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, ou a rede que estiver disponível na região e ampliar, até o final da década, a relação de recursos tecnológicos por aluno nas escolas da rede pública de Ensino Fundamental e Médio, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.

2. Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar em todas as escolas de Ensino Fundamental e Médio das redes públicas.

3. Fomentar o desenvolvimento das tecnologias educacionais nas escolas públicas e privadas de Educação Básica divulgando e assegurando a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, que promovam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes.

4. Instituir política de Educação digital nas escolas de Educação Básica, de forma a contribuir para que alunos e profissionais da Educação se utilizem de recursos tecnológicos, de maneira ética e segura, no exercício de seu direito de cidadania.



META 9- Prover a oferta de Educação superior para, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) da população do município com Ensino Médio concluído na faixa etária de 18 a 24 anos, garantindo seu financiamento, ampliando gradativamente a oferta para toda sociedade.

Indicador: número de matrículas de alunos, na faixa etária de 18 a 24 anos, na Educação Superior pelo número total de jovens desta mesma faixa etária com Ensino Médio concluído.

ESTRATÉGIAS:

1. Firmar convênios com as Universidades para fortalecer o oferecimento de cursos de acordo com as necessidades da administração pública municipal, visando a qualificar seu quadro de funcionários para melhor servir à sociedade.
2. Ampliar através de parcerias com a União, o Estado e consórcio a oferta de ensino intermunicipal público de nível superior, de modo a garantir que até o final da década de vigência deste plano, pelo menos 50% da faixa etária de 18 a 24 anos deste município tenha acesso a este nível de ensino.
3. Incentivar as instituições de ensino superior com ação no município, UFMT, UNEMAT e IFMT a ações educativas e culturais de forma a atender a toda a comunidade.
4. Prover, em parceria com o Estado e a União, que até o final deste plano seja garantida a oferta de ensino superior para pelo menos 30% da demanda existente nas populações fora da idade de 18 a 24 anos.
5. Garantir investimentos necessários para dotar o município de infra-estrutura básica na criação de Cursos a Distância, mantendo-se o Município polo de EAD, tendo como instituições mantenedoras as Universidades Públicas, através do sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB.
6. Propor a inserção, nos currículos de Licenciaturas, de questões relacionadas às demandas da Educação contemporânea, a exemplo de propostas de formação para brinquedistas,



Educação inclusiva, questões étnico-raciais, meio ambientes, novas tecnologias e outras relacionadas às demandas locais e regionais.

7. Assegurar o estabelecimento de convênios com as IES para garantir a formação dos profissionais de Educação do município.

8. Intensificar a relação entre Município e as IES, visando a atender às demandas da sociedade são-felixcense.

9. Incentivar e cobrar a criação de cursos nas IES nas áreas de agricultura, pecuária, engenharia agrícola e outros, valorizando as atividades econômicas do município.

10. Criar, na estrutura organizacional do Município, um cargo com atribuições voltadas ao relacionamento entre o executivo e representante das IES, com relatórios periódicos sobre sua atuação e os resultados alcançados.

11. Firmar convênios com as IES para fortalecer o oferecimento de cursos de acordo com as necessidades da administração pública municipal, visando a qualificar seu quadro de funcionários para melhor servir à sociedade são-felixcense.

12. Capacitar, em 01 (um) ano os professores da rede pública nas escolas dos distritos em informática básica, internet e para o manuseio e aplicação pedagógica dos equipamentos tecnológicos, como projetor de slides, TV Vídeo e outros.

13. Implementar permanentemente o sistema de avaliação interna e externa para as IES públicas para o estado de Mato Grosso com fomento público visando á promoção da melhoria da qualidade de ensino da pesquisa, da extensão e da gestão acadêmica. De acordo com cada realidade;

14. Fortalecer e ampliar a prática da pesquisa como princípio integrador do processo de ensino aprendizagem em toda a Educação superior no campo.

15. Criar dispositivos para garantir tratamento igualitário a estudantes de cursos presenciais e a distancia com relação à meia passagem. Firmando convênio com empresas de transporte de passageiros.



META 10 - Atender a população indígena, em todos os níveis de ensino, em 100% (cem por cento) da demanda em idade apropriada até 2017.

Indicador: quantidade de alunos em idade apropriada atendidos pela quantidade de demanda em idade apropriada não atendida.

ESTRATÉGIAS:

1. Realizar, anualmente, em parceria com os municípios, o mapeamento da população escolarizável que se encontra fora da escola residente na sede do município ou em áreas rurais.
2. Garantir que as ações da política da Educação escolar indígena estejam implantadas, em Mato Grosso de acordo com o Parecer 14/99 do Conselho Nacional de Educação.
3. Garantir a implantação de programas de avaliação, por meio de comissões específicas, para acompanhar os programas de formação do professor indígena, conforme estabelece a legislação da Educação escolar indígena.
4. Garantir as condições necessárias infraestruturais e pedagógicas para atendimento de estudantes indígenas com necessidades especiais.
5. Realizar intercâmbio entre estudantes indígenas e não indígenas.

META 11 - Igualar a escolaridade média entre grupos de cor e raça, declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, até 2017.

Indicador: escolaridade média de cada um dos grupos de cor e raça.

ESTRATÉGIAS:



1. Estabelecer políticas de ações afirmativas a partir de pesquisas, junto ao censo escolar sobre reprovação, evasão/abandono escolar, fazendo um recorte de gênero, cor/raça, renda e nível de escolaridade dos pais.
2. Garantir cursos de capacitação e formação continuada aos professores da Rede Pública sobre a Educação das relações étnico-raciais.
3. Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo por meio do acompanhamento individualizado do estudante com rendimento escolar defasado e em condição socialmente vulnerável e da adoção de práticas, como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade.
4. Apoiar técnica e financeiramente projetos inovadores que visem o desenvolvimento de propostas pedagógicas adequadas às necessidades específicas dos estudantes quanto ao conhecimento das diversidades étnico-racial, de gênero, sexualidade e orientação sexual.
5. Adotar oficialmente, no calendário escolar, a semana da Consciência Negra para organização de eventos, tais como Conferências, apresentações culturais, envolvendo escolas, sociedade, meios de comunicação, entre outros, oportunizando a avaliação da implementação da Lei Federal nº 10.639/03.
6. Assegurar o cumprimento de objetivos e metas que assegurem a implementação de políticas educacionais das relações raciais na Educação do município.

META 12. Assegurar condições, no prazo de, no máximo 2 anos, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas municipais, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

ESTRATÉGIAS:



1. Garantir, no primeiro ano de vigência do PME, a realização de Audiências Públicas para a discussão e reformulação dos Conselhos deliberativos, possibilitando o funcionamento dos mesmos;
2. Assegurar a realização de Audiências Públicas para discussão do PPA, LOA e LDO, com ampla divulgação nos meios de comunicação social;
3. Instituir, no calendário do ano letivo, período de avaliação institucional, aqui entendido como avaliação interna própria em todas as unidades escolares, primando pela qualidade do Ensino oferecido, bem como de todos os trabalhadores da Educação;
4. Garantir ambiente informatizado em 100% das unidades escolares até o 2º (segundo) ano de vigência do PME;
5. Redefinir regras considerando mérito e desempenho, para eleição, reeleição, nomeação e exoneração dos membros da direção escolar;
6. Zelar pela transparência da gestão pública na área da Educação, garantindo o funcionamento efetivo, autônomo e articulado dos conselhos de controle social;
7. Fomentar e apoiar os conselhos escolares, envolvendo as famílias dos educandos, com as atribuições, dentre outras, de zelar pela manutenção da escola e pelo monitoramento das ações e consecução das metas dos compromissos estabelecidos;
8. Criar comitê local do Plano de Ações Articuladas que atue em parceria com o CME, com vistas a fortalecer a implementação das políticas públicas da Educação estabelecidas através dos objetivos e metas deste Plano, com representantes das associações de empresários, trabalhadores, sociedade civil, Ministério Público, Conselho Tutelar e dos dirigentes do sistema educacional público, encarregado da mobilização da sociedade;
9. Mobilizar Ministério Público, entidades da sociedade civil organizada, representantes da Educação, entre outros setores sociais, para fiscalização e acompanhamento da implementação do PME;



10. Viabilizar a construção, implementação, consolidação e avaliação do Projeto Político Pedagógico em cada instituição de ensino, de acordo com a concepção de escola democrática, inclusiva e participativa;

11. Fortalecer as instâncias colegiadas para proceder à fiscalização da qualidade da merenda escolar.

META 13 - Valorizar os (as) profissionais do magistério da rede pública municipal e tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

ESTRATÉGIAS:

1. Garantir que, no prazo de cinco anos, 100% dos professores da Educação Básica (em todas as modalidades) possuam a **formação específica** de nível superior, de licenciatura plena em instituições qualificadas.
2. Propor às instituições públicas de nível superior, a oferta de cursos de especialização voltados para a formação de professores para as diferentes áreas de ensino e, em particular, para a Educação especial, a gestão escolar, a formação de jovens e adultos e a Educação infantil.
3. Ampliar e divulgar a oferta gratuita nas escolas de periódicos destinados à formação pedagógica.
4. Criar, em parcerias com instituições financeiras, programas de financiamento para aquisição de computadores para professores e de softwares educacionais.
5. Utilizar a Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, como patamar mínimo de referência para a elaboração do Plano de Carreiras, Cargos e Salários para os profissionais da Educação.
6. Garantir no plano de carreira a inclusão até o nível doutorado aos profissionais da Educação.



7. Garantir no Plano de Carreira política de incentivo de salário para os profissionais da Educação do campo.
8. Garantir nos Planos de Carreiras, Cargos e Salários que a elevação por tempo de serviço se dê por intermédio da avaliação de desempenho na função de atuação.
9. Garantir concursos públicos para a rede municipal de ensino, respeitando o plano de carreira, a habilitação e as qualificações exigidas para os cargos e a disponibilidade de vagas reais.
10. Assegurar 02 horas de formação continuada computada na hora de trabalho dos profissionais técnicos e apoio da Educação.
11. Garantir direitos e condições dignas de atendimento ao profissional da Educação Municipal e Estadual e agilidade nos processos de aposentadoria para que seja publicada em no máximo 03 meses, a partir do momento da solicitação.
12. Garantir, aos profissionais das redes públicas estaduais e municipal atendimento da perícia médica em cada município Polo.
13. Elaborar e executar instrumentos legais que amparem o profissional da Educação pública e privada preservando a integridade física, psíquica e moral em caso de agressões de natureza verbal, física e psicológica, denúncias sem provas, punições sem justa causa.
14. Garantir assistência médica ao tratamento dos problemas relacionados à saúde adquiridos no exercício da profissão.
15. Estabelecer planos anuais de trabalho com base nos resultados do processo de avaliação institucional, assegurando aos profissionais da Educação profissional e tecnológica que prestam serviço na unidade central às condições necessárias a sua atualização profissional.
16. Garantir vigia nas unidades escolares, de grande porte, no caso mais urgente a Escola Alberto Nunes da Silveira em todos os turnos de funcionamento.



18. Garantir que os profissionais da Educação tenham acesso à aquisição de equipamentos essenciais à sua qualificação profissional e aprimoramento de suas condições de trabalho.

META 14 - Oportunizar formação específica inicial e continuada, de modo que todos que atuam na Educação possuam formação em nível superior até final da vigência deste plano.

Indicador - número de vagas oferecidas para formação específica inicial e continuada pelo total de pessoas que atuam na Educação e não possuem formação em nível superior.

ESTRATÉGIAS:

1. Garantir a oferta de cursos de nível superior em licenciatura em instituições públicas para os profissionais da rede pública que atuam na Educação básica, em todas as etapas e modalidades.
2. Garantir aos profissionais da Educação formação inicial e continuada com ênfase na Educação especial, Educação quilombola, (caso necessário) Educação indígena, Educação do Campo, Educação para o trabalho e respeito às diversidades em parceria com os CEFAPRO (Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica) e instituições superiores públicas.
3. Garantir a partir do primeiro ano de vigência do plano, o programa de formação continuada de professores em língua espanhola independente da área de formação de cada um, de acordo com a lei 3.987/00.
4. Expandir a oferta de vagas para pós-graduação stricto sensu na área da Educação.
5. Ofertar curso de formação continuada aos profissionais da Educação, prioritariamente no local de trabalho, de forma articulada e integrada com a prática no contexto do processo educativo.
6. Acompanhar e avaliar a formação docente inicial e continuada dos profissionais da Educação.



7. Garantir, financiar e ampliar programas de formação que garantam cursos de extensão e pós-graduação, por meio de convênios com IES, para a formação de docentes voltados às modalidades e especificidades.
8. Estabelecer e garantir parcerias para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão, entre instituições formadoras e os sistemas de ensino Federal, Estadual e Municipal.
9. Ampliar a oferta de cursos de licenciatura e de formação continuada para profissionais da Educação básica pública e privada, possibilitando que tenham, também, conhecimento do mundo virtual e das novas tecnologias educacionais.
10. Garantir, em parceria com o Governo Estadual e Federal, formação continuada específica aos professores e gestores indígenas, do campo que atuam na Educação de Jovens e Adultos e na Educação profissional e tecnológica.
11. Garantir no plano de carreira a inclusão até o nível doutorado aos profissionais da Educação.
12. Oferecer formação continuada com especialistas aos profissionais da Educação básica pública e privada que atendem alunos com necessidades educacionais especiais.
13. Promover e dar condições de formação aos professores das redes pública e privada que atuam em língua espanhola ou inglesa para atender a demanda estabelecida.
14. Oferecer cursos de formação continuada sobre História e Cultura Afro-Brasileiras e Relações Étnico-Raciais e Indígenas aos profissionais da Educação e de maneira específica aos professores das redes pública e privada que atuam nas disciplinas referidas nas Leis Federais n.º 10.639, de 09 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008.
15. Oferecer formação continuada aos profissionais da Educação pública e privada referente a gênero, sexualidade e orientação sexual, dentro do segmento diversidade, visando o enfrentamento do sexismo e da homofobia/lesbofobia/transfobia na perspectiva dos direitos humanos.



16. Oferecer formação continuada na área da agroecologia, sustentabilidade e economia solidária aos profissionais da Educação do campo, em parceria com as Secretarias Municipal e Estadual de Meio Ambiente, Agricultura, Educação e outras instituições.

17. Garantir e aplicar recursos pedagógicos, financeiros, humanos e físicos para a participação dos profissionais da Educação das redes pública e privada em fóruns, seminários e grupos de estudos relativos à temática da Educação.

18. Estabelecer/ampliar parcerias para o oferecimento de cursos de formação inicial, complementação pedagógica e pós-graduação aos docentes que atuam na Educação Profissional e Tecnológica.

19. Garantir, de forma gradativa, a equiparação dos salários, ao profissional de Apoio Administrativo Escolar que concluíram o Pós Médio através dos cursos Arara Azul e hoje Pro funcionário, em relação ao piso da Rede Estadual.

META 15 – Alfabetizar 100% das crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental a partir da aprovação deste documento.

Indicador: Número de crianças matriculadas X demanda existente

ESTRATÉGIAS:

1. Promover e fortalecer ações, visando à integração entre escola, família e comunidade;
2. Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental articulados com estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;
3. Garantir a aplicação de instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como fomentar o Sistema de Avaliação Interno, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos até o final do terceiro ano do ensino fundamental;



4. Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;
5. Garantir a parceria com o Governo Federal através do programa Pacto pela de Alfabetização na Idade Certa/Pnaic.

META 16 - Aferir a qualidade da Educação em 100% (cem por cento) das unidades de ensino rede municipal de Educação até 2016.

Indicador – número de escolas com qualidade aferida por número total de escolas do sistema municipal (pública).

ESTRATÉGIAS:

1. Assegurar, durante a vigência deste Plano, a universalização do atendimento a toda clientela do Ensino Fundamental, garantindo o acesso e permanência, com sucesso, de todas as crianças na escola.
2. Manter, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano, um sistema de avaliação, a fim de diagnosticar o nível de desempenho dos alunos do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, e desenvolver ações direcionadas à superação das dificuldades, apresentadas, com objetivo de melhorar a qualidade do ensino.
3. Assegurar, durante a vigência deste Plano, o atendimento, na rede municipal de ensino, aos alunos com defasagem no processo de aprendizagem, por meio de programas e/ou medidas de acompanhamento psicopedagógico e pedagógico, orientados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
4. Assegurar, durante a vigência deste Plano, o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, na rede regular de ensino, com profissional especializado, respeitando o direito ao atendimento adequado em seus diferentes aspectos, bem como em instituições especializadas, conforme legislação específica.



5. Garantir, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano, a inclusão do atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, na Proposta Pedagógica das unidades escolares.
6. Promover, durante a vigência deste Plano, programas de integração entre escola e pais, visando efetivar o acompanhamento destes no rendimento escolar de seus filhos.
7. Assegurar, durante a vigência deste Plano, um programa de capacitação continuada aos profissionais da Educação da rede municipal de ensino, através de cursos, seminários, oficinas, grupos de estudo e palestras.
8. Promover, durante a vigência deste Plano, a participação dos membros da Associação de Pais Mestres e dos conselhos escolares da rede municipal de ensino em cursos de capacitação, seminários e palestras com temas que tratem sobre o papel da comunidade na gestão democrática, cidadania e outros temas de interesse específico dos colegiados.
9. Garantir, durante a vigência deste Plano, a participação dos profissionais da Educação e da Comunidade Escolar, na revisão permanente da Proposta Pedagógica do sistema de ensino e do regimento escolar das instituições de ensino da rede municipal, com observância das Diretrizes Curriculares Nacionais e da proposta curricular em vigência para o Ensino Fundamental.
10. Desenvolver, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano, projetos de literatura nas escolas da rede municipal de ensino, disponibilizando profissionais capacitados para este trabalho.
11. Assegurar, durante a vigência deste Plano, o pleno funcionamento do ensino fundamental da rede municipal, nas escolas do campo, com professores capacitados para atender as especificidades da Educação no campo.
12. Assegurar e expandir, gradativamente, a partir da aprovação deste Plano, o atendimento da Educação em tempo integral, nas escolas do campo, como contra-turno social, visando a complementação da Educação do ensino regular.



13. Garantir, a partir da aprovação deste Plano, a ampliação e adequação do espaço físico das bibliotecas das escolas da rede municipal de ensino, com acervo literário da cultura mato-grossense.

14. Garantir, a partir da aprovação deste Plano, a continuidade da readequação da estrutura física interna e externa das escolas, na rede municipal de ensino, visando, principalmente, a superação das barreiras arquitetônicas, permitindo um atendimento digno aos alunos com necessidades educacionais especiais.

15. Garantir, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano, a continuidade do ingresso, por meio de concurso público, de professores de Educação física, com formação específica na área, para atuar nas escolas da rede municipal de ensino.

16. Assegurar, durante a vigência deste Plano, a oferta de aulas de xadrez para os alunos do ensino fundamental da rede pública municipal, com professores capacitados para esta área.

17. Assegurar, durante a vigência deste Plano, a oferta do ensino da língua estrangeira (Inglês/espanhol) a partir das séries iniciais para os alunos do Ensino Fundamental da rede pública municipal com professores capacitados nesta área.

18. Assegurar, o provimento da merenda escolar, de qualidade, aos alunos do Ensino Fundamental, garantindo o acompanhamento de um profissional da área de nutrição.

19. Assegurar, o transporte escolar nas zonas rurais e localidades distantes, quando necessário, conforme critérios definidos pela Secretaria Municipal de Educação, com colaboração financeira da União e do Estado, de forma a garantir a escolarização de todos os alunos.

20. Ampliar a partir da aprovação deste plano para os anos iniciais do ensino fundamental a oferta da língua estrangeira.

META 17 - Garantir, imediatamente, a aplicabilidade integral dos recursos financeiros públicos, conforme previsto em lei, destinados à Educação.



Indicador - total de recursos aplicados na Educação pelo total de recursos destinados para a Educação.

ESTRATÉGIAS:

1. Garantir, imediatamente, a aplicabilidade integral dos recursos financeiros destinados à Educação, conforme previsto em Lei.
2. Garantir, imediatamente, a aplicabilidade integral dos recursos financeiros públicos destinados à Educação, conforme o estabelecido na Lei Orgânica Municipal.
3. Assegurar outras fontes de receita à Educação, incluindo na vinculação todos os tributos (impostos, taxas e contribuições).
4. Elaborar estudos para que se assegure a utilização do PIB como referência de financiamento para a Educação, conforme preconiza a Emenda Constitucional nº 59/2009.
5. Utilizar o piso salarial profissional nacional pautado na Lei Federal nº 11.738 de 16 de julho de 2008, como patamar mínimo de referência para a elaboração do Plano de Carreiras Cargos e Salários para os profissionais da Educação, até o final da vigência deste Plano.
6. Implantar um padrão de gestão que priorize a destinação de recursos para as atividades-fim, a descentralização, a autonomia da escola, a equidade, o foco na aprendizagem dos alunos e a participação da comunidade.
7. Assegurar, por intermédio de instrumentos legais, a autonomia administrativa, pedagógica e financeira das escolas públicas, garantindo o repasse direto de recursos para despesas de manutenção e capital para o cumprimento de sua proposta didático-pedagógica, instituindo a exemplo do governo Federal o PDE municipal.
8. Avaliar os mecanismos atualmente existentes de gestão dos recursos financeiros da escola, construindo um plano de trabalho conjunto órgão gestor/unidade escolar/CDCE;



9. Assegurar, por intermédio de instrumentos legais específicos, que o pagamento das tarifas de água, energia elétrica, conta telefônica e internet das escolas públicas sejam mantidos pelas respectivas entidades mantenedoras, independente dos repasses de manutenção e conservação;
10. Estabelecer políticas públicas de financiamento em parceria com o MEC e o Estado, que possibilitem garantir o transporte escolar, garantindo o acesso a todos os que dele necessitem.
11. Garantir a continuidade do programa de merenda escolar, fornecendo às escolas da rede o indispensável suporte para que a Merenda Escolar seja preparada e distribuída, diariamente, aos alunos das creches, pré-escolas e ensino fundamental.
12. Garantir, entre as metas dos Planos Plurianuais vigentes nos próximos dez anos, a previsão do suporte financeiro às metas constantes deste PME;
13. Estabelecer a Educação Infantil como prioridade para aplicação dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino e não destinados para o Ensino Fundamental;
14. Dar continuidade e estimular parcerias envolvendo União, Estado e o Município, para a manutenção da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Ensino Médio, tendo em vista suprir o transporte escolar, a merenda, o livro didático e material pedagógico adequado para a execução dos projetos das escolas públicas;
15. Continuar a promover a equidade entre os alunos e entre as escolas pertencentes a um mesmo sistema de ensino.
16. Investir em programas de formação continuada que ofereçam aos profissionais que atuam em atividades docentes e de suporte pedagógico, na rede pública do município, a oportunidade de aperfeiçoamento permanente, que resultem no aprimoramento das práticas escolares e garanta contínuas melhorias do processo ensino-aprendizagem;
17. Investir na implementação de programas de Educação a Distância, voltados aos diversos níveis e modalidades de ensino, incorporando a utilização de diferentes tecnologias, seja por



intermédio de transmissão televisiva, programas de computador ou rede de comunicação multimídia;

18. Assegurar mecanismo de fiscalização e controle que garantam o rigoroso cumprimento do artigo 212, da Constituição Federal, em termos de aplicação dos percentuais mínima vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino e do artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em termos do que pode ser considerada despesa de manutenção e desenvolvimento do ensino;

19. Melhorar as condições gerais de trabalho e de remuneração para os profissionais da Educação, observando também critérios de evolução na carreira;

20. Ampliar a carga de trabalho renumerada do docente destinada à realização de atividades pedagógicas na escola, como a preparação e o desenvolvimento de projetos curriculares e de trabalho coletivo, valorizando a qualidade de ensino e a dedicação profissional;

21. Garantir a continuidade, em cada unidade escolar, eleições para diretores, normas de gestão democrática do ensino público, por intermédio da gestão coletiva e da ampliação do processo de democratização e participação da comunidade e de todos os segmentos da sociedade, promovendo a conscientização de todos quanto aos seus respectivos papéis na melhoria do padrão de qualidade da escola pública no município de São Félix do Araguaia.

22. Fortalecer a integração com a comunidade e incentivar os jovens para a realização de atividades extras – curriculares, transformando as relações humanas no ambiente escolar, possibilitando vivenciar, na escola, os valores do indivíduo como pessoa, como cidadão solidário e como participante de outros grupos sociais.

23. Ampliar as parcerias entre estabelecimentos de ensino, empresas, ONGs, sociedade civil e outras instituições, tendo em vista propiciar uma reflexão quanto ao aprimoramento da escola pública e ao processo de construção da verdadeira escola – cidadã.

24. Criar no Município de São Felix do Araguaia, o sistema de informatização Escolar, de maneira a possibilitar a interligação das Unidades Escolares e a Secretaria Municipal e do Estado da Educação, viabilizando maior agilidade e eficácia na administração escolar.



25. Viabilizando a Educação para Todos por intermédio da implementação de metodologias facilitadoras da inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais, fazendo prevalecer o respeito às diferenças para que possam conviver numa sociedade heterogênea, de maneira integrada e harmônica.

26. Garantir transparência na aplicação dos recursos públicos, através de orçamento participativo e audiências públicas para prestação de contas das ações e dos recursos da Educação municipal;

27. Definir percentual financeiro para subsidiar a Educação especial, seja nas escolas e/ou através da APAE.

19. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O documento final do Plano Municipal de Educação de São Félix do Araguaia, mantendo o princípio da participação democrática, constituiu-se em uma aula de Democracia, um momento ímpar, no qual segmentos das esferas pública e privada, bem como a comunidade civil e organizada definiram os caminhos da Educação do município para os próximos dez anos, após sua aprovação.

Uma ação, cujo processo percorreu os seguintes passos: levantamento diagnóstico da situação educacional do município, análise dessa realidade e definição de metas e estratégias do PME com a sociedade, consolidação do texto base sobre as políticas educacionais para o município, culminando com a realização de Conferência com a população em todos os distritos e sede do município.

De forma articulada com o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano Estadual de Educação (PEE) e em consonância com a Constituição Federal de 1988, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9394/96, o PME responde as expectativas e especificidades da Educação para atender aos anseios da comunidade são-felicense.

Uma realidade que, tendo em vista a adequação às constantes mudanças sofridas pela sociedade, precisa ser constantemente considerada. Nesse contexto, faz-se necessário criar



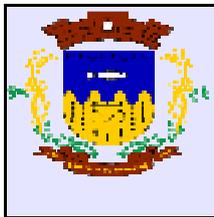
mecanismos de acompanhamento e avaliação da implementação do mesmo, assegurando que prioridades sejam respeitadas, atingindo objetivos e metas estabelecidos através da análise de resultados e redirecionamento de estratégias e execução.

De acordo com determinação prevista em legislação afim, o Fórum Municipal de Educação, por meio de seus membros e comissões instituídas, acompanhará e avaliará o PME após sua aprovação. É importante ressaltar que o respectivo órgão contará com o apoio e assessoramento técnico e financeiro da Secretaria Municipal de Educação.

A Comissão trabalhará na implantação do PME, registrando, sistematizando e analisando, constantemente, o desenvolvimento das ações, operacionalizando as metas estabelecidas e realizando avaliações com levantamentos periódicos dos resultados alcançados e replanejamento de novas ações. Para que a sociedade civil possa acompanhar a execução e a avaliação do PME, serão realizadas, de dois em dois anos, encontros com o objetivo de promover balanços dos resultados alcançados, garantindo o princípio da participação e o exercício da Democracia.

A implementação, com sucesso, deste Plano Municipal de Educação (PME) de São Félix do Araguaia vai depender não só da mobilização e vontade política das forças sociais e institucionais, mas também de mecanismos e instrumentos de acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas no ensino nos dez anos de sua vigência. A Secretaria Municipal de Educação é, no âmbito do município, responsável pela coordenação desse processo de implantação e consolidação do Plano. Além dela, desempenha papel relevante, no acompanhamento das questões ligadas à Educação Básica, o SINTEP – Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público, a Câmara Municipal de Vereadores e as entidades representativas de estudantes e pais.

Além de dados quantitativos levantados nos índices de atendimento, matrícula e evasão, as informações qualitativas sobre a aprendizagem resultante de avaliação externa são relevantes nesse acompanhamento. O Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB) o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e avaliação sistêmica do município, constituem



instrumentos orientadores para a gestão da Educação Básica, notadamente para subsidiar o processo decisório relativo à Política Educacional do município.

Os dados e análises fornecidos por esses sistemas de avaliação configuram indicadores qualitativos e quantitativos para:

- Acompanhar o desempenho escolar dos alunos;
- Identificar como vem processando a aprendizagem;
- Criar novas formas de agir o sistema de ensino e as escolas;
- Reorganizar as ações educacionais com adoção de estratégias diferenciadas;
- Instaurar uma reflexão sobre a qualidade do ensino nas instâncias centrais do sistema educacional;
- Estabelecer uma cultura avaliativa no município de São Félix do Araguaia e;
- Engajar a sociedade civil, através da divulgação dos resultados da avaliação, na programação da melhoria da qualidade de ensino.

Este Plano deve ser assumido, então, como um compromisso da própria sociedade, condição essencial para que seus objetivos e metas sejam plenamente alcançados. Sua aprovação pela Câmara Municipal de Vereadores, num contexto de expressiva participação social, seu acompanhamento e avaliação pelas instituições governamentais e da sociedade civil são fatores decisivos para que a Educação produza a grande mudança na perspectiva da inclusão social e da cidadania plena.

Nesse sentido, deve ficar assegurada uma ação supervisora da Prefeitura Municipal, do SINTEP, do Fórum Municipal de Educação, como forma de possibilitar o melhor acompanhamento da execução deste Plano Municipal de Educação. As diferentes Escolas e Instituições do município ligadas à Educação deverão, portanto, dar ênfase à implementação de uma política voltada para a divulgação e socialização dos resultados das experiências vivenciadas nas redes de ensino.



ESTRATÉGIAS

As características e especificidades de cada nível e modalidade de ensino exigem processos peculiares de acompanhamento e avaliação.

1. Investir na consolidação e no aperfeiçoamento de Sistemas de Avaliação de Desempenho dos alunos, como instrumento essencial para garantir o direito ao acesso, à permanência e à aprendizagem bem sucedida em todos os níveis e modalidades de ensino, observando a proposta pedagógica e os domínios de passagem de uma fase para outra.
2. Assegurar a ação supervisora da Secretaria Municipal de Educação e das entidades representativas nas redes de ensino, como forma de possibilitar o melhor acompanhamento da execução deste Plano Municipal de Educação.
3. Implementar uma política voltada para a divulgação e socialização dos resultados das experiências vivenciadas pelas escolas, ajudando a romper com o isolamento que impede a relação e o intercâmbio entre os sistemas educacionais públicos que têm a responsabilidade de garantir a qualidade e a integridade em todos os níveis e modalidades de ensino.
4. Promover, em ação conjunta com todas as escolas do município, a avaliação periódica da atuação dos professores, com base nas diretrizes curriculares para os cursos de formação de docentes e de profissionais da Educação, com vistas à identificação de necessidades e características dos cursos de formação continuada.
5. Instituir mecanismos de colaboração entre os setores da Educação, Saúde e Assistência social, na manutenção, administração, controle e avaliação das instituições que atendam a crianças de 0 a 3 anos de idade.
6. Elaborar, com as próprias Instituições de Ensino Superior, as diretrizes para a avaliação dos cursos de formação de professores, incluindo procedimentos diversificados e incluindo sobre todos os aspectos relevantes, conteúdos trabalhos, modelo de organização e desempenho do quadro de pessoa docente das escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio.



7. Utilizar instrumentos de acompanhamento e avaliação que permitam assegurar a articulação entre teoria e prática nos programas de formação continuada em serviço, visando o aperfeiçoamento do desempenho das equipes escolares, sob a ótica da gestão democrática e participativa.
8. Realizar avaliações periódicas da execução deste Plano, sendo a primeira delas no 2º ano após sua implantação.

20. CONCLUSÃO

Em São Félix do Araguaia a concepção de Educação do campo, expressa no projeto Tybysirá defende a construção de um espaço rural de desenvolvimento auto sustentável, que responda aos interesses e necessidades das famílias camponesas. O projeto descarta toda a qualquer forma de exclusão social, política, econômica, cultural, religiosa e artística da população do campo.

O Projeto Tybysirá – Proposta de Educação das escolas do campo do município de São Félix do Araguaia, não se afirma em si mesma, mas se insere e se constrói no cenário da luta social e política dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Na perspectiva apontada, torna-se imperativo e inadiável a definição e aplicação de políticas agrícolas, criteriosamente voltada à construção de um novo modelo agropecuário que viabilize a produção e o êxito de diferentes formas de produção rural, com garantia de crédito adequado, comunicação, armazenagem, transporte, comércio, renda, trabalho, serviços sociais básicos, cultura, lazer e ganhos reais para todo aquele que vive, trabalha e produz na terra.

Nesta perspectiva o Projeto de Educação do campo deste município, processo de Educação e escolaridade, dará conta nesta década de universalizar o ensino fundamental considerando a indissociabilidade entre acesso, permanência e qualidade da Educação escolar oferecida, para todas as crianças de 04 a 17 anos, bem como para as pessoas que não tiveram acesso a esta modalidade, nesta faixa etária, e ampliar juntamente com o Estado, o atendimento para o Ensino Médio, seja na modalidade regular, seja modalidade EJA.



Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA
CNPJ/MF n.º: 03.918.869/0001-08
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA



O município trabalha também na perspectiva de que a população do campo não pode estar condenada a encerrar os seus estudos apenas com Ensino Médio. Precisa avançar, precisa cursar com sucesso a universidade. E esta precisa com a escola de Educação Básica, ser adequada à realidade e vocação do campo.

Também na área urbana é urgente o atendimento aos jovens e pessoas acima de 19 anos que desejam cursar uma universidade; é urgente a união dos municípios do Araguaia para o retorno do Núcleo Pedagógico, já criado neste município, através da Universidade do Estado de Mato Grosso, para o atendimento de cursos superiores que atendam aos anseios da sociedade são-felicense.

Que neste decênio, todas as metas aqui estabelecidas, sejam concretizadas, para desta forma, garantir, de fato, Educação de qualidade.



21. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. - Aspectos Históricos, Geográficos e Econômicos.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. – Dados Populacionais e Aspectos Socioeconômicos.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.– Taxa de Analfabetismo e Escolaridade Média. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br>.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, MEC. Ideb, 2011. Disponível em BRASIL, MEC. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF, 2004.

BRASIL, MEC. Plano Decenal de Educação para Todos – Brasília: MEC, 1993 – versão acrescida.

BRASIL, MEC/INEP - Censo da Educação Básica INEP/MEC, 2010.

BRASIL, MEC/INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Índices de aprovação, reprovação e abandono no Município.

BRASIL, MEC/INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Matrícula inicial por dependência administrativa no Educação Básica no Município.

BRASIL, MEC. Parecer CNE/CEB nº 7/2010, aprovado em 7 de abril de 2010.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS – Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem – Conferência Mundial Sobre Educação Para Todos. 5 a 9 de março de 1990.

FORNARI, Liamara Teresinha, Secretaria Municipal de Educação de Concórdia, Brasil. v. 17, n. 1 (2010): Educação e Inclusão - Artigo
Reflexões acerca da reprovação e evasão escolar e os determinantes do capital

INVESTIMENTOS COM A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO do Ensino – São Félix do Araguaia – MT - Disponível em <http://www.tce.mt.gov.br/>



Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA
CNPJ/MF nº.: 03.918.869/0001-08
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA



MOLEVADE, João – Plano Municipal de Educação. Brasília, 2013.

LEI COMPLEMENTAR Nº 058/2008 – Alterada pelas Leis complementares: nº 72 de 19/12/2011; nº 79, de 19/08/2013; nº 80, de 10/10/2013; nº 81, de 26/11/2013; nº 84, de 24/06/2014; -Dispõe sobre o Plano de Cargos e Vencimentos dos Servidores Integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério da Administração Pública Direta do Município de São Félix do Araguaia e dá Outras Providências.

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009 - Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, Modalidade Educação Especial.

SITES CONSULTADOS

www.mda.gov.br e www.incra.gov.br

http://sistemas.mda.gov.br/encontro_prefeitos/

<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/index.php>

<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/index.php>

<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/index.php>

http://portal.cnm.org.br/sites/6700/6745/AtlasIDHM2013_Perfil_Sao-Felix-Do-Araguaia_mt.pdf